

Crescer com Propósito



Relatório Anual
2023

Índice

I. O ano em relance

Mensagem do CEO

04

Comissão de Liderança

05

Destaques operacionais

06

Desempenho financeiro

08

II. Visão dos Negócios

Portefólio

10

Prioridades estratégicas

11

III. Sustentabilidade em relance

O nosso compromisso

13

Eixos de atuação

14

IV. Princípios e práticas governativas

Estrutura acionista

21

Governo societário

21

Política de remuneração

22

Gestão de risco

23

V. Demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras
consolidadas

28

Demonstrações financeiras
separadas

88

Certificação Legal
das Contas

117

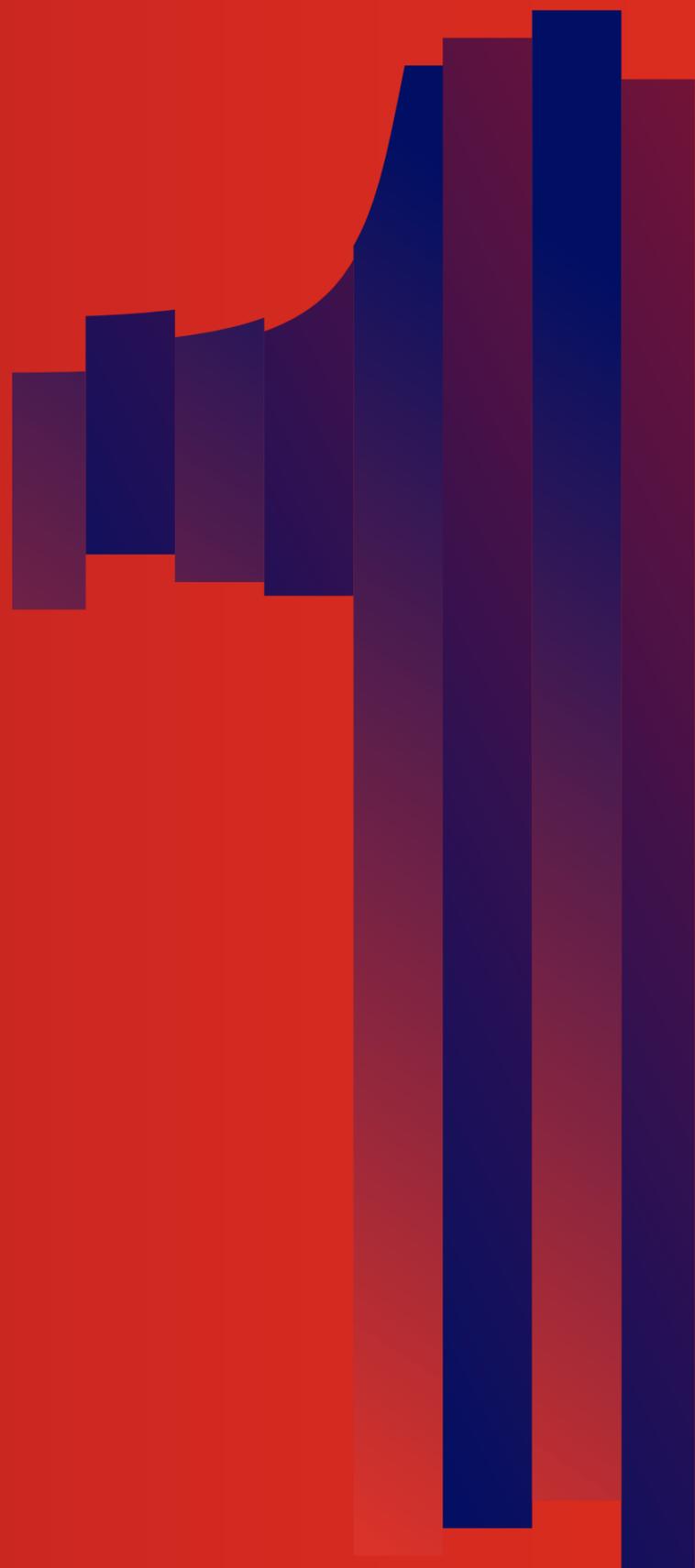
Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal

121

VI. Anexos

Reporte de
Sustentabilidade

125



**O ano
em relance**

Mensagem do CEO

“ Continuar a crescer com propósito, sempre com as famílias no centro do negócio! ”

Em 2023, um ano marcado por um exigente contexto geopolítico e económico, a MC demonstrou novamente a sua capacidade de se reinventar, e de continuar a investir e a crescer.

Com níveis historicamente muito elevados de taxas de juro e de inflação durante o último ano, as famílias viram o seu poder de compra significativamente afetado. Face a estas restrições, os consumidores foram obrigados a ajustar o seu perfil de consumo, levando a movimentos de *trading down* e à fragmentação dos cabazes de compra.

Em paralelo, do lado da oferta de retalho, observámos um ambiente altamente competitivo, marcado por fortes investimentos em preço e promoção, e por ambiciosos planos de expansão por parte da generalidade dos operadores.

O compromisso da MC em apoiar as famílias em tempos difíceis obteve o reconhecimento dos Clientes, e permitiu-nos terminar o ano com um sentimento de realização e dever cumprido. No negócio de retalho alimentar, apesar do desafiante contexto concorrencial, consolidámos a nossa posição de liderança em Portugal. Esta conquista foi possível graças à oferta de elevada qualidade e aos preços competitivos do Continente nas lojas físicas e no seu canal *online*. Simultaneamente, ao longo do ano, avançámos na expansão e modernização do nosso parque de lojas, destacando a abertura de mais de 20 novas lojas próprias alimentares. Inaugurámos também novos formatos de ultra-proximidade em zonas urbanas, e expandimos o conceito de restauração Cozinha Continente a várias lojas Continente do país, procurando oferecer um serviço mais próximo e conveniente aos nossos Clientes.

No segmento de retalho de saúde, beleza e bem-estar, atingimos um marco histórico, ao firmar o acordo de parceria para a combinação dos negócios da Druni e da Arenal, que aguarda a aprovação da autoridade de concorrência competente. Juntamente com a operação da Wells em Portugal, esta transação levará à criação do operador líder na Ibéria neste segmento. Crescemos também organicamente, com a abertura de 15 lojas Wells e 7 lojas Arenal, expandimos conceitos especializados em ótica e beleza seletiva, e renovámos a primeira *flagship store* da Wells, localizada em Matosinhos. Procedemos a alterações estratégicas no nosso portefólio, destacando-se o acordo que alcançámos para a venda da Dr. Wells, fruto de uma oportunidade de mercado, e o encerramento da operação dos supermercados Go Natural, ocorrida já no início de 2024.

Prossequimos a trajetória de crescente digitalização dos nossos negócios: expandimos o modelo de *instant delivery* do Continente, melhorámos soluções digitais em loja, como o novo conceito de *self-checkouts* nas lojas de retalho alimentar, e lançámos a nova plataforma de *e-commerce* da ZU. Continuámos a promover e a tirar partido das nossas competências em *data analytics* para personalizar a oferta e aumentar o envolvimento com o Cliente, com inovadoras iniciativas como a venda de bilhetes para a Liga Portugal, através da *app* do Cartão Continente.

No total, o volume de negócios da MC atingiu os 6,6 mil milhões de euros em 2023, mais 10,5% do que no ano anterior, com resultados sólidos quer nos negócios alimentares, quer nos não alimentares. A rentabilidade operacional, medida através da margem EBITDA, situou-se em 9,7%, beneficiando de todo o nosso trabalho na implementação de medidas de melhoria

da eficiência, mas também da significativa redução dos custos de energia, que permitiu compensar a pressão de um ambiente concorrencial muito competitivo.

Continuámos a ser um exemplo na promoção da sustentabilidade no retalho. No contexto ambiental, registámos importantes avanços a nível da produção da energia renovável, da circularidade e do desperdício alimentar evitado. Voltámos a reforçar o nosso apoio aos mais carenciados, num ano especial para nós, em que a Missão Continente celebrou 20 anos de dedicação à Comunidade. Implementámos também diversas iniciativas para fomentar o desenvolvimento, bem-estar e segurança das nossas Pessoas, e superámos a nossa meta de 40% de cargos de liderança exercidos por mulheres.

Estas conquistas que tanto nos orgulham são o resultado da dedicação e talento das nossas equipas, parceiros e acionistas, a quem agradeço.

No início de 2024, mantêm-se várias incertezas no horizonte. Embora o retorno da inflação a níveis mais baixos possa aliviar alguma pressão sobre o consumo das famílias, os desafios do atual ambiente geopolítico, económico e concorrencial continuarão a estar bem presentes no nosso dia-a-dia. Mantemo-nos confiantes na execução da nossa estratégia, comprometidos em fortalecer a nossa posição nos mercados em que operamos, e sempre com as famílias no centro do negócio, para continuarmos a crescer, com propósito!

Luís Moutinho
CEO



Comissão de Liderança



Luís Moutinho
CEO



Fernando Van Zeller
CFO



Isabel Barros
People, Transformação e Sustentabilidade



José Fortunato
Operações, Marketing, Digital e E-commerce



João Afonso
Comercial Alimentar e Frescos



David Alves
Comercial Bazar



Miguel Águas
Saúde, Beleza e Bem-estar



Miguel Moreira
Tecnologias de Informação e Logística

Destques operacionais

Em 2023, nos nossos negócios de base alimentar, lançámos novos conceitos e reforçámos soluções inovadoras, com destaque para:

A expansão da marca “Cozinha Continente”, com refeições prontas a comer, para levar ou encomendar, a várias lojas Continente do país



Saiba mais em Vídeo Cozinha Continente



e cozinha.continente.pt



A inauguração do novo Laboratório de Inovação com o Cliente (Co.Lab), dedicado ao desenvolvimento de produtos de marca própria, em conjunto com parceiros e consumidores



Saiba mais em feed.continente.pt/co-lab



A introdução de novos formatos Continente Bom Dia de ultra-proximidade, com lojas de cerca de 300 m² em bairros urbanos ou com forte afluência de turistas



No negócio de saúde, beleza e bem-estar, posicionámos a MC como líder do setor na Península Ibérica, realçando-se:



Saiba mais em druni.es



O acordo para a combinação dos negócios da Druni, um dos maiores retalhistas de perfumaria, cosmética e parafarmácia em Espanha, e da Arenal, levando à criação do operador líder em Espanha no setor (acordo ainda sujeito a aprovação pela autoridade de concorrência competente)

Saiba mais em arenal.com



O rollout de novos conceitos de loja da Wells, como a renovação da primeira **flagship store** em Matosinhos, ou a expansão das lojas de ótica *stand alone*

Saiba mais em wells.pt



Registámos progressos na transformação digital e na valorização da nossa proposta omnicanal, tais como:



Temos tudo, patudo **ZU.PT**

O lançamento da nova plataforma de e-commerce da **Zu**, reforçando o *powercenter* digital da MC

Saiba mais em zu.pt

Robustecemos as nossas operações e base logística, focando-nos na agilidade e eficiência, com iniciativas como:



O alargamento da utilização de **etiquetas eletrónicas**, disponíveis em cerca de 145 lojas



A internalização da operação de congelados no **Centro de distribuição da Azambuja**



O *rollout* do novo conceito de caixas **self-checkouts**, já presente em cerca de 70 lojas

A criação de funcionalidades inovadoras na *app* do **Cartão Continente** (venda bilhetes Liga Portugal, Continente Carrega, etc)

Saiba mais em cartaocontinente.pt

É PARA CARTÃO CONTINENTE

BILHETES PARA OS JOGOS LIGA PORTUGAL

DISPONÍVEIS EM LOJA E APP CARTÃO CONTINENTE*

DESCONTO **50%** EM CARTÃO

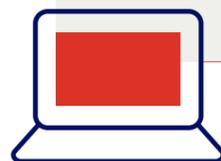
CONTINENTE

Saiba mais em quico.com

Compras CONTINENTE em 30 min

PEDE JÁ NA APP

A expansão do serviço de entregas imediatas **Quico Continente** a novas zonas do país, como Lisboa, Coimbra e Braga



Criámos valor de forma sustentável, progredindo nos vários domínios da agenda de Sustentabilidade da MC, com resultados como:

O aumento da produção de **energia renovável** em 30,4% face a 2022



20 anos

MISSÃO CONTINENTE

O crescimento do montante de apoio à Comunidade para 30,8M€, no ano em que celebrámos os 20 anos da **Missão Continente**

Saiba mais em [Video 20 anos Missão Continente](https://video.20anos.missaocontinente.pt)



e missao.continente.pt



O aumento dos **cargos de liderança** ocupados por mulheres para 40,6% (+0,9 pp face a 2022)



Desempenho financeiro

Em 2023, a MC apresentou um sólido desempenho financeiro e operacional, resultado do investimento numa proposta de valor competitiva e de elevada qualidade, num contexto de consumo frágil, marcado pela elevada inflação geral e taxas de juro. O volume de negócios da Empresa atingiu 6,607 milhões de euros, aumentando 10,5% face a 2022, e 8,9% no universo comparável de lojas, com desempenhos robustos tanto a nível do retalho alimentar, como do retalho de saúde, beleza e bem-estar.

No retalho alimentar, a MC preservou a sua posição de líder de mercado em Portugal, num ambiente operacional fortemente competitivo. O setor continuou a operar sob elevados níveis de inflação alimentar (10,4% em 2023), apesar da tendência de desaceleração ao longo do ano. Os volumes da MC, numa base comparável de lojas, permaneceram relativamente estáveis, enquanto que o efeito-preço compensou o impacto negativo do *trading down* no *mix* de vendas.

No retalho de saúde, beleza e bem-estar, a MC manteve um desempenho favorável, registando taxas de crescimento *like-for-like* de dois dígitos, impulsionado tanto pela Wells como pela Arenal. A Empresa beneficiou da extensão dos conceitos especializados de ótica e beleza seletiva, e do crescimento orgânico através da ampliação do seu parque de lojas, bem como da trajetória generalizada de crescimento do setor, tanto em Espanha como em Portugal.

Em termos de rentabilidade, o EBITDA subjacente atingiu 639 milhões de euros com uma margem de 9,7%, aumentando 0,2 pp face a 2022, fruto da implementação de medidas de melhoria de eficiência e da redução dos custos de energia, o que permitiu à Empresa compensar a pressão na margem bruta devido a um ambiente concorrencial muito competitivo.

O resultado líquido de operações continuadas atingiu 171 milhões de euros no ano, ligeiramente abaixo do ano anterior (-4,8%), refletindo um maior nível de (i) depreciações, em linha com o aumento do ativo; (ii) encargos financeiros, na sequência do aumento das taxas de juro; e (iii) impostos, devido ao aumento da base tributável.

O investimento em 2023 totalizou 310 milhões de euros, e foi direcionado para a expansão e modernização do parque de lojas, e para a otimização do parque logístico e da arquitetura tecnológica. No ano, a MC abriu 65 novas lojas próprias (32 mil m²), com destaque para 21 novas lojas de retalho alimentar (das quais 19 lojas Continente Bom Dia), 15 Wells e 7 Arenal. No final de 2023, a MC detinha um parque de 1.094 lojas próprias com uma área bruta de venda de 881 mil m².

O *free cash-flow* da MC situou-se em 136 milhões de euros em 2023 (214 milhões de euros em 2022), com um rácio de *cash conversion* de 52,1%. Apesar da disciplinada execução do seu ambicioso plano de investimento e do aumento dos encargos financeiros e impostos em 2023, o forte desempenho operacional permitiu à MC manter um sólido perfil de geração de *free cash-flow*.

A Empresa manteve também uma estrutura de capitais equilibrada e sólida, com a dívida financeira líquida (excluindo passivos de locação) a situar-se em 486 milhões de euros e o rácio de dívida líquida total (incluindo passivos de locação)/ EBITDA a atingir 2,8x a 31 de dezembro de 2023, após o pagamento de dividendos de 214 milhões de euros durante o 2.º trimestre de 2023.

Adicionalmente, a MC preservou uma posição de liquidez e financiamento confortável, com um calendário de reembolsos de dívida com maturidade média de cerca de 4 anos. Durante o ano, a MC concluiu operações relevantes de refinanciamento, a condições competitivas, e privilegiando a emissão de dívida sustentável, *Green* ou *ESG-linked*, que representa já uma proporção significativa da totalidade das emissões de dívida de longo prazo da MC.

No restante do ano de 2024, apesar da expectativa de manutenção de um exigente contexto económico e concorrencial, a MC continuará a priorizar a agilidade e a digitalização na gestão do dia-a-dia dos seus negócios, confiante na sua capacidade de adaptação para superar desafios futuros.

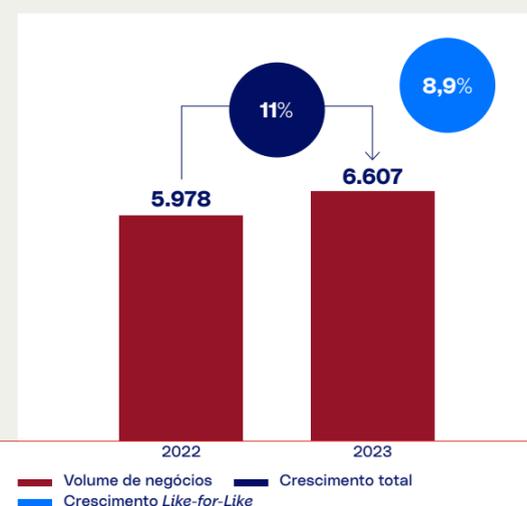
Na área de retalho alimentar, a Empresa estará focada em manter a preferência do cliente e apoiar as famílias num contexto exigente, intensificando o investimento na sua rede omnicanal e consolidando a liderança em áreas-chave da sua proposta de valor. Simultaneamente, no retalho de saúde, beleza e bem-estar, a MC continuará a preparar o futuro, estabelecendo bases sólidas para acelerar o desenvolvimento da plataforma de crescimento ibérica.

Parque de lojas (n.º)



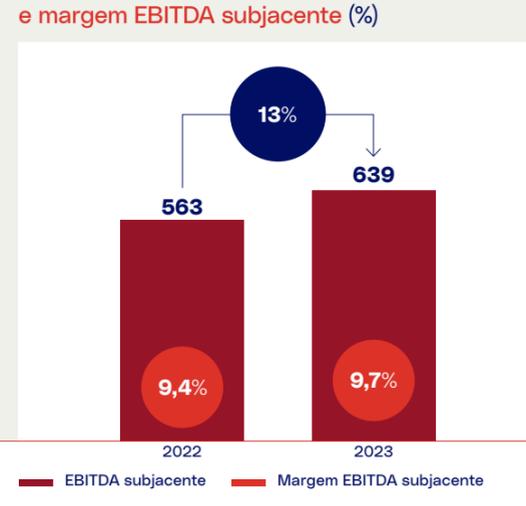
Lojas próprias (vermelho escuro)
Franquiadas (vermelho claro)
Aberturas lojas próprias (azul)
Área venda lojas próprias (mil m²) (preto)

Volume de negócios (M€)

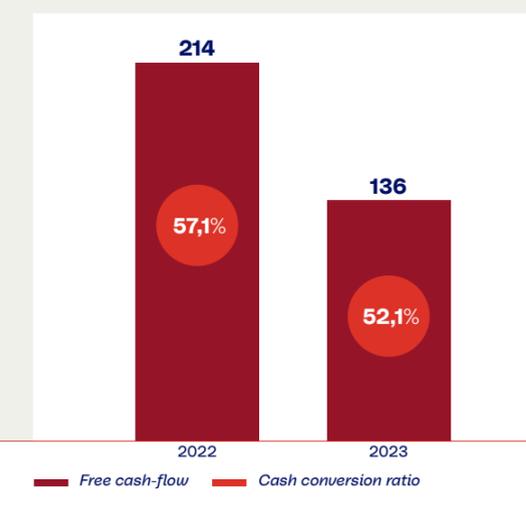


Volume de negócios (vermelho escuro)
Crescimento total (preto)
Crescimento Like-for-Like (azul)

EBITDA subjacente (M€) e margem EBITDA subjacente (%)



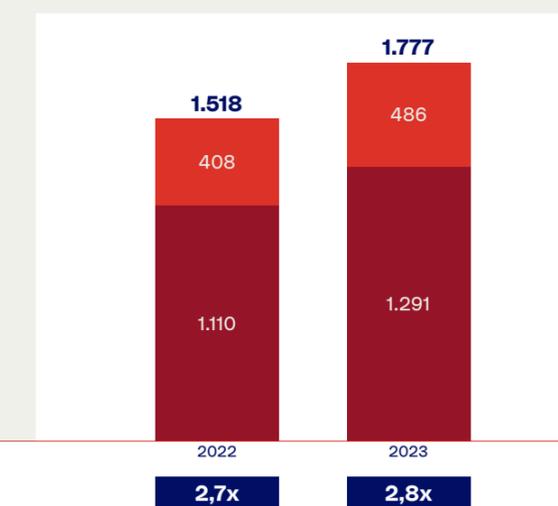
EBITDA subjacente (vermelho escuro)
Margem EBITDA subjacente (vermelho claro)

Free cash-flow (M€) e cash conversion ratio¹ (%)

Free cash-flow (vermelho escuro)
Cash conversion ratio (vermelho claro)

1. EBITDA menos rendas fixas, menos investimento de manutenção e otimização, como percentagem do (EBITDA menos rendas fixas)

Dívida líquida total (M€)



Dívida financeira líquida (vermelho escuro)
Passivos de locação (vermelho claro)
Dívida líquida total / EBITDA (x) (preto)



Visão dos Negócios

Portefólio

Contando com mais de 38 anos de história, iniciada com a abertura do primeiro hipermercado do país em 1985, a MC destaca-se hoje como uma empresa de referência no setor de retalho na Ibéria.

Com uma proposta omnicanal e multiformato, a MC procura satisfazer uma variedade de missões de consumo, através de um conjunto de negócios de retalho complementares entre si, nas áreas de:

- **retalho alimentar**, através do Continente (hipermercados urbanos), do Continente Modelo (supermercados de grande dimensão), do Continente Bom Dia (supermercados de proximidade), do Continente Online (plataforma de *e-commerce*) e do Meu Super (lojas franquizadas de proximidade). Os cinco formatos têm lojas estrategicamente localizadas em áreas de elevado tráfego populacional em Portugal, oferecendo uma gama de produtos abrangente e diferenciadora. A MC opera também um conjunto de formatos adjacentes (como a Zu e a note!), em setores de retalho especializados;
- **retalho de saúde, beleza e bem-estar**, com destaque para a insígnia Wells, em Portugal, que oferece uma ampla gama de produtos de saúde, beleza, ótica e perfumaria e Arenal, em Espanha, que disponibiliza uma vasta seleção de artigos de saúde, beleza, bem-estar e perfumaria.

Em junho de 2023, foi anunciada a assinatura de um acordo para a combinação dos negócios da Druni¹, empresa de retalho de perfumaria, cosmética e parafarmácia, e da Arenal, em Espanha. A conclusão desta transação, aliada à operação da Wells em Portugal, resultará na criação do operador líder no segmento de saúde, beleza e bem-estar na Península Ibérica².

Saiba mais em
mc.sonae.pt/historia



Portefólio de marcas principais

alimentar

CONTINENTE

Hipermercados urbanos
41 Lojas

CONTINENTE modelo

Supermercados de grande dimensão
136 Lojas

CONTINENTE bom dia

Supermercados de proximidade
177 Lojas

CONTINENTE ONLINE

Plataforma de *e-commerce*
177 pontos Click & Go

continente.pt



Lojas franquizadas de proximidade
304 Lojas

NEGÓCIOS COMPLEMENTARES

ZU

Artigos e serviços para
animais de estimação
49 Lojas

zu.pt

note

Artigos de papelaria, livros
e serviços de conveniência
85 Lojas

noteonline.pt

saúde, beleza e bem-estar

wells

Produtos de saúde, bem-estar,
beleza, ótica e perfumaria
285 Lojas

wells.pt

arenal

Produtos de saúde, bem-estar,
beleza e perfumaria
72 Lojas

arenal.com

DRUNI¹

Produtos de saúde, bem-estar,
beleza e perfumaria

druni.es

1. Acordo ainda sujeito à prévia aprovação pela autoridade de concorrência competente

2. Adicionalmente, fruto de uma oportunidade de mercado, foi comunicado em novembro que a MC chegou a acordo para a venda da Dr. Wells ao Grupo Lusiadas Saúde. A transação teve a aprovação da autoridade da concorrência já no início

de 2024. Em janeiro de 2024, ocorreu, também, o encerramento da operação dos supermercados Go Natural, composta por 8 supermercados focados em alimentação saudável

Nota: O número de lojas refere-se apenas a lojas próprias, excluindo franquizadas (excepto no Meu Super)

Prioridades estratégicas

Retalho

alimentar



Crescimento acelerado

- Investir na expansão do parque de lojas, em particular nos formatos de proximidade, bem como na sua contínua modernização e na integração com os canais digitais (omnicanalidade)
- Acelerar o crescimento da parceria Ibérica (Wells, Druni¹ e Arenal) com uma expansão sustentada da rede de lojas e da operação de *e-commerce*

Oferta distintiva

- Fortalecer a liderança em áreas chave da proposta de valor (ex., marca própria, frescos, *food solutions*), assegurando uma oferta democrática, variada e distintiva aos olhos do Cliente
- Explorar novas oportunidades no setor, apostando na evolução da oferta e na expansão de novos conceitos (ex., ótica e beleza)

saúde, beleza e bem-estar



SUPORTADOS EM 3 ALICERCES

Digital

- Fortalecer a proposta digital sendo uma referência na experiência em loja e em soluções de *e-commerce*
- Capturar oportunidades de simplificação da operação, com recurso a tecnologia, automação e *data analytics*

Pessoas

- Ser um empregador de referência, capaz de atrair e promover o talento, com uma cultura que fomente a agilidade e o espírito empreendedor
- Preparar a organização para as exigências de futuro, assegurando o *upskilling & reskilling* dos colaboradores

Sustentabilidade

- Ser um exemplo na promoção da sustentabilidade no setor do retalho, promovendo boas práticas ambientais e sociais na nossa atividade e na nossa cadeia de valor
- Apoiar o Cliente nas suas decisões de consumo, informando-o e democratizando o acesso a um estilo de vida mais saudável e sustentável



**Sustentabilidade
em relance**

O nosso compromisso com a Sustentabilidade

Na MC, os princípios do desenvolvimento sustentável são um elemento orientador da nossa ação, do desenvolvimento das nossas Pessoas, da nossa interação com o Planeta, e da nossa presença na Comunidade.

Ambicionamos ser um catalisador da transformação necessária no sistema alimentar, alinhando a cadeia de abastecimento em torno das dimensões mais materiais e com as melhores práticas, promovendo maior transparência e incentivando comportamentos mais sustentáveis entre os consumidores.

Ao mesmo tempo, temos um compromisso firme com as nossas Pessoas e Comunidades. Colocamos as nossas Pessoas no centro da nossa atividade e cultura, e estamos conscientes do nosso papel na construção de comunidades mais resilientes e autónomas.

A nossa agenda de Sustentabilidade abrange quatro eixos de atuação:



Planeta

Ação Climática / Circularidade



Produtos

Produção Sustentável / Oferta Responsável



Pessoas



Comunidades

Planeta

Ação climática

Targets

- Alcançar a neutralidade carbônica das operações até 2040
- Até 2032, reduzir em 51% as emissões de gases com efeito de estufa das operações face a 2022

Ambição

Assegurar a descarbonização e adaptação das operações da MC, em conformidade com o cenário de 1,5°C

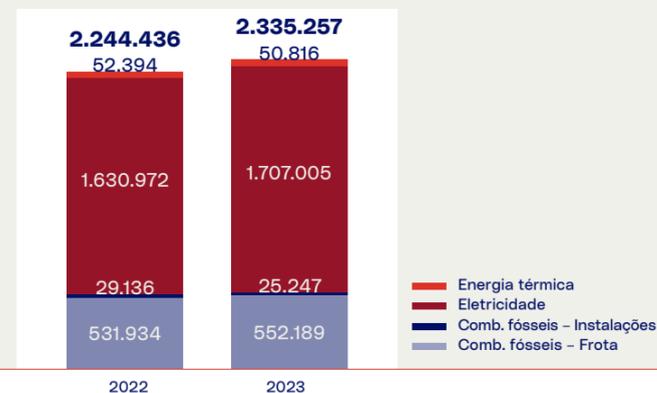
Linhas de ação

- Promover a eco-eficiência das operações
- Investir na produção e aquisição de energia renovável
- Assegurar o *retrofit* e a substituição das centrais de frio
- Reduzir as emissões associadas à logística e acelerar a eletrificação dos transportes

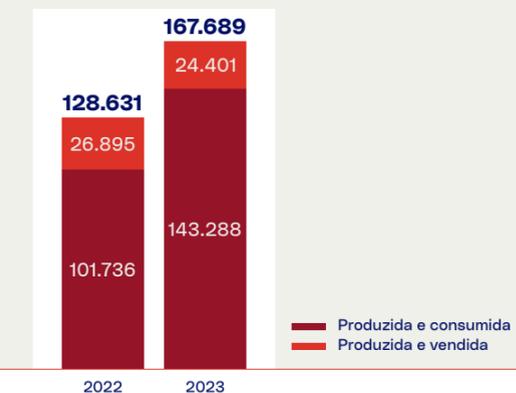
Desempenho no ano

- O consumo total de energia atingiu 2.335.257 GJ (+4% em comparação com 2022), impulsionado pelo crescimento orgânico da MC e pela expansão de novos formatos
- A produção de energia renovável alcançou os 167.689 GJ (+30,4% face a 2022), o que reflete o investimento na descarbonização da matriz energética da MC, nomeadamente pela produção local de eletricidade e reforço de *Power Purchase Agreements (PPAs)*
- As emissões próprias de gases com efeito de estufa (GEE) diminuíram cerca de 6,4% face a 2022 e 34,7% vs. 2018

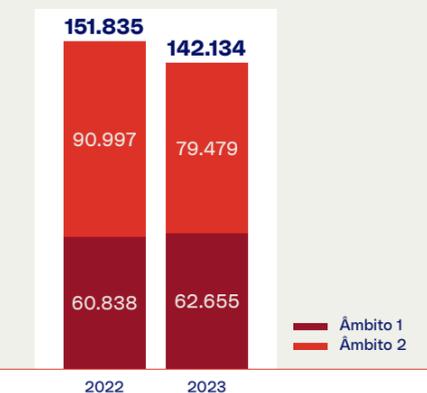
Consumo de energia por fonte (GJ)



Energia renovável produzida (GJ)



Emissões próprias de GEE por âmbito (t CO₂e)



Iniciativas em destaque



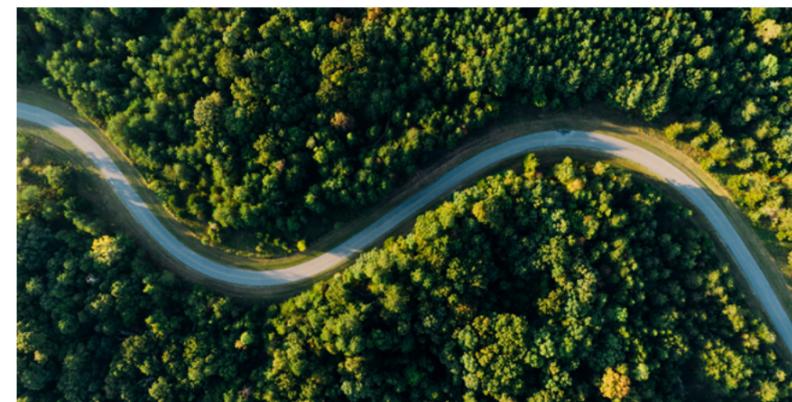
Expansão Plug & Charge:

o serviço de carregamento de viaturas elétricas da MC duplicou o número de clientes ao longo de 2023, assim como o número de utilizações. Atualmente, a rede Plug & Charge possui 254 lugares em 69 lojas, constituindo-se desta forma como uma importante rede de carregamento de viaturas elétricas a nível nacional



Parque fotovoltaico:

a MC encerrou o ano com 264 centrais instaladas e em funcionamento, e um parque fotovoltaico com uma potência instalada de cerca de 52 MWp, o que representou um crescimento de 40,5% face a 2022



Aprovação SBTi:

os objetivos de descarbonização das operações e cadeia de valor da MC foram validados pela *Science Based Targets initiative (SBTi)*, uma iniciativa que promove o estabelecimento de metas de redução de emissões alinhadas com a ciência climática



Líder Global no Combate às Alterações Climáticas:

a MC foi distinguida pelo CDP (*Carbon Disclosure Project*) ao integrar a sua "A List", que reúne as companhias com melhor desempenho e transparência a nível mundial nesta matéria

Planeta

Circularidade

Ambição

Orientar a nossa atuação para maior eficiência no consumo de recursos e reforçar a circularidade

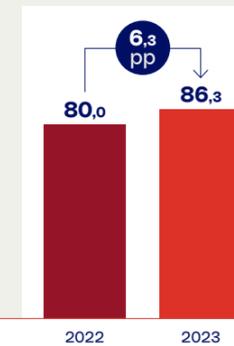
Linhas de ação

- Assegurar a criação de soluções de embalamento sustentáveis
- Promover o desenvolvimento de produtos e serviços circulares
- Reforçar as iniciativas de combate ao desperdício alimentar nas operações
- Otimizar os sistemas de recolha e triagem de resíduos com vista a uma maior valorização e/ou reintegração de materiais na cadeia

Desempenho no ano

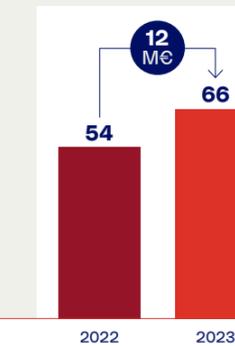
- Concluímos 2023 com uma taxa de reciclabilidade das nossas embalagens de 92,9%, considerando os diferentes tipos de materiais e de acordo com a matriz de reciclabilidade da MC. A taxa de reciclabilidade da pegada de plástico de embalagem foi de 86,3%, o que denota um crescimento de 6,3 pp face a 2022

Taxa de reciclabilidade de embalagens de plástico (%)



- Os mecanismos de aceleração do escoamento de produtos e o programa de doação de excedentes permitiram evitar cerca de 65,7M€ de desperdício alimentar, mais 12M€ do que em 2022

Desperdício alimentar evitado (M€)



- ### Targets
- Garantir que todas as embalagens de marca própria serão recicláveis, compostáveis ou reutilizáveis até 2025 e que incorporarão em média 30% de matéria reciclada
 - Até 2028, reduzir em 50% o desperdício alimentar das nossas operações, face a 2020

- No âmbito da gestão de resíduos, a MC geriu 73.612 ton de resíduos, correspondendo a um aumento de 1% relativamente a 2022, impulsionado pelo crescimento orgânico da empresa. Registámos uma taxa de valorização de resíduos produzidos de 83,5%. As limitações que encontramos ao

nível dos serviços de recolha e das infraestruturas de valorização de resíduos urbanos condicionaram a evolução deste indicador, apesar das melhorias introduzidas na operação para garantirmos uma melhor triagem e encaminhamento tanto dos resíduos recicláveis como dos resíduos orgânicos.

Iniciativas em destaque



Há uma Nova Forma de Entregar:

para apoiar o programa de alteração de embalagens foi desenvolvido o Manual de *Packaging* Sustentável que sistematiza as diretrizes de *eco-design* e *design4recycling* da MC. Complementarmente, foi criado um percurso formativo, para colaboradores e fornecedores da MC, de forma a assegurar e acelerar a sua adoção



Gama Zero Desperdício:

sob o mote “produtos bons demais para deitar fora”, a MC lançou uma nova gama de frutas e legumes fora de calibre ou com pequenas imperfeições, criando uma ferramenta para reduzir o desperdício alimentar na cadeia de abastecimento da MC



Gestão de Resíduos:

o ano de 2023 ficou marcado pela implementação de um sistema de recolha de cápsulas de café nas lojas de retalho alimentar da MC. Por sua vez, a campanha Cadernão registou um crescimento assinalável, tendo sido alargada a 250 lojas da insígnia Continente e note!, com resultados absolutamente notáveis: 155 toneladas de papel recolhido que foram encaminhadas para reciclagem, que darão lugar à plantação de 3.100 árvores ao longo de 2024

Produtos

Produção sustentável

Targets

A ambição

Fomentar a adoção de práticas produtivas com baixa pegada ambiental e promover o respeito pelos direitos humanos ao longo da cadeia de abastecimento

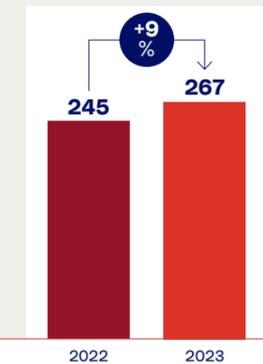
Linhas de ação

- Avaliar a exposição da cadeia de valor a riscos ambientais, sociais e de governança (ESG)
- Promover a implementação de programas de suporte à adoção de práticas mais sustentáveis
- Monitorizar e acompanhar o desempenho dos fornecedores

Desempenho no ano

- Concluímos o ano com 267 auditorias de qualificação e acompanhamento a fornecedores realizadas, o que representou um crescimento de 9% face a 2022. Apurámos uma taxa de fornecedores qualificados (i.e. que cumprem com os nossos requisitos) de 95%, estando os restantes processos de avaliação ainda em curso

Auditorias de qualificação e acompanhamento a Fornecedores (n.º)



- No ano em que celebrou o seu 25.º aniversário, o Clube de Produtores Continente assegurou a compra de 570M€ de produtos nacionais certificados, mais 9,8% face ao ano anterior, reunindo 344 produtores

- A plataforma Footprint MC permitiu a aferição de mais de 290 pegadas carbónicas e hídricas de produtos fornecidos por mais de 70 fornecedores

Iniciativas em destaque



Programa de Agricultura Regenerativa:

integrámos 7 produtores neste programa, que visa o desenvolvimento de um protocolo de cultivo. Este protocolo abarca um conjunto de ferramentas de diagnóstico e suporte à tomada de decisão por parte

dos produtores, de forma a garantir melhores condições do solo, salvaguardar a nutrição das plantas e gerir a água disponível, otimizando a produtividade e minimizando o impacto ambiental da atividade



Programa de Agroecologia:

este programa foi desenhado com o objetivo de apoiar os 23 produtores aderentes a estabelecer um plano de atuação para as suas explorações com base em 3 fatores chave: Água, Biodiversidade e Carbono (ABC)

Produtos

Oferta responsável

Targets

- Potenciar a oferta de produtos mais sustentáveis e saudáveis pela gama e pela disponibilidade, facilitando a escolha por parte do consumidor

Ambição

Democratizar, progressivamente, o acesso a uma cesta mais saudável e sustentável

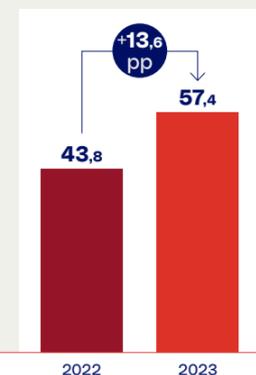
Linhas de ação

- Ampliar a gama de produtos alimentares equilibrados, bio, *plant-based*, bem como de produtos com certificação de bem-estar animal e de pesca responsável
- Dinamizar a implementação de campanhas de promoção de consumo responsável
- Facilitar a escolha do consumidor por opções mais saudáveis e sustentáveis

Desempenho no ano

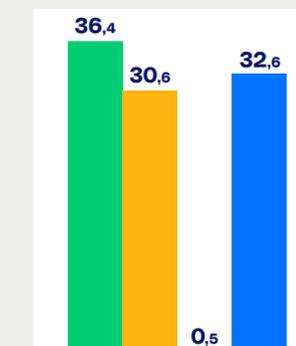
- Em 2023 alargámos a certificação de bem-estar animal a novas áreas do talho do Continente, tendo-se registado um crescimento de 13,6 pp face a 2022

Certificação de bem-estar animal (% volume de compras de carne)



- No último ano, observou-se ainda um aumento da proporção de pescado proveniente de aquacultura ou métodos de pesca mais sustentáveis, tendo por base o *Traffic Light System* (TLS)

Volume de compras de pescado (2023; %)



Legenda do *Traffic Light System*

Utilização de métodos/artes de pesca cujo potencial impacto na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos é:

- reduzido
- moderado
- significativo

produtos em aquacultura, certificados segundo os padrões de qualidade do Continente

- As campanhas de promoção de um consumo mais responsável impactaram, ao longo do último ano, mais de 1 milhão de consumidores, através das redes sociais, *newsletters*, folhetos, app Cartão Continente, artigos, entrevistas e comunicados de imprensa (para além dos nossos clientes que foram impactados através de comunicação em loja)

Iniciativas em destaque

NÃO GOSTA DE PERDER? HÁ UM JOGO EM QUE TODOS SAEM A GANHAR

De 5 a 30 de junho, complete os desafios sustentáveis sugeridos na App Cartão Continente e ganhe pontos. Acumule 10 pontos para plantarmos a sua árvore!

JOGOS DA POUPANÇA

Antarr
Floresta e futuro

Poupe o Planeta:

no Dia Mundial do Ambiente, foi lançada uma campanha pioneira que teve como objetivo sensibilizar os utilizadores da *app* do Cartão Continente para o contributo que cada um poderá ter na conservação e proteção do Planeta, nomeadamente através de escolhas simples numa ida ao supermercado

AJUDE O PLANETA COM O SEU PRATO

SAIBA COMO FAZER RECEITAS SAUDÁVEIS E MAIS SUSTENTÁVEIS

loja, site e app

Siga as nossas receitas da Dieta do Planeta

Mês da Sustentabilidade:

para assinalar a comemoração do primeiro Dia Nacional da Sustentabilidade (25 de setembro) o Continente lançou um conjunto de ações de sensibilização que tiveram lugar ao longo do mês de setembro, destacando-se:

- a campanha “Ajude o planeta com o seu prato”, que deu a conhecer a Dieta do Planeta;
- a ação “Traga Vazio Leve Cheio”, que promoveu a utilização de embalagens e sacos reutilizáveis;
- a campanha “Dê uma nova vida aos seus resíduos”, que chamou a atenção dos clientes para os Eco Spots existentes nas lojas Continente e que permitem dar uma nova vida a um conjunto diversificado de produtos em fim de ciclo

Pessoas

Ambição

Na MC acreditamos que se cria mais valor com o contributo de todos: por isso, colocamos as nossas Pessoas no centro da nossa atividade, compromisso e percurso

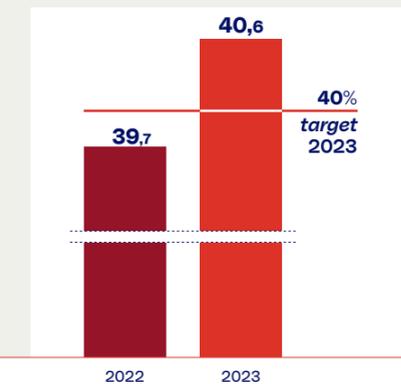
Linhas de ação

- Incentivar o desenvolvimento pessoal e profissional, bem como o bem-estar das nossas Pessoas
- Dinamizar os princípios de diversidade, equidade e inclusão
- Promover um ambiente de trabalho atento às dimensões de saúde e segurança

Desempenho no ano

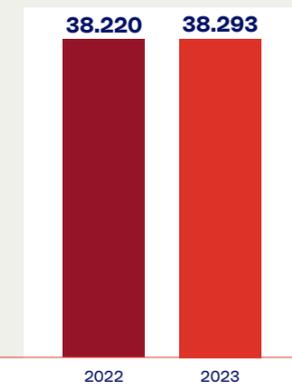
- Durante o ano, investimos no crescimento pessoal e profissional das nossas Pessoas, com iniciativas de *upskilling* e *reskilling* que impactaram mais de 5 mil colaboradores, potenciando competências de futuro, tais como *business analytics*, programação ou empatia, entre outras
- Continuámos a implementar ações concretas rumo ao nosso objetivo de paridade de género, o que nos permitiu terminar o ano de 2023 com 40,6% dos cargos de liderança ocupados por mulheres, acima do *target* definido para esse ano e +0,9pp face a 2022

Cargos de liderança detidos por mulheres (%)



- Ao nível das ações de diversidade, equidade e inclusão, destacamos: (i) o lançamento do primeiro *employee resource group* em LGBTQIAP+; (ii) a campanha “PODER SER”, lançada no dia da Mulher, com o objetivo de desconstruir preconceitos de género; e (iii) a continuação do projeto de recrutamento de pessoas com incapacidade nas nossas lojas, com novo piloto no norte do país

Colaboradores (n.º)



Iniciativas em destaque

Eu escolho aprender
Construímos o futuro juntos



“Eu Escolho Aprender”:

a MC lançou a estratégia de *upskilling* e *reskilling* “Eu Escolho Aprender”, que endereça competências críticas (cognitivas, emocionais, digitais e tecnológicas) para o futuro da empresa. Este movimento de capacitação transversal e abrangente conjuga estratégias de aceleração da aprendizagem, assentes no reforço de uma cultura de *self-learning*, com um conjunto de conteúdos com curadoria especializada

Podcast
#BetterTogether

As histórias que fazem a MC.
Porque a vida é feita de caminhos, visões e histórias.
E aqui, contamos as do quem nos inspira todos os dias.

Carolina Patrocínio
conversa com as nossas pessoas em 5 episódios.



Podcast Better Together:

na MC, somos uma empresa de todos e para todos, e, por isso mesmo, reconhecemos o valor das nossas Pessoas. Em 2023, lançámos o *podcast Better Together*, que dá destaque ao percurso pessoal e profissional das Pessoas que dão vida à nossa Empresa



Apoio extraordinário Natal:

em 2023, a MC permaneceu ao lado dos seus colaboradores, procurando ajudar a atenuar o impacto do elevado custo de vida. Atribuímos um Cabaz Especial aos nossos colaboradores na época de Natal, com um apoio extraordinário no valor de 500€ em Cartão Dá (atribuído em função da carga horária e antiguidade)

Comunidades

Ambição

Conscientes do nosso papel na construção de comunidades mais resilientes e autónomas, queremos atuar como uma alavanca para a criação de valor social positivo

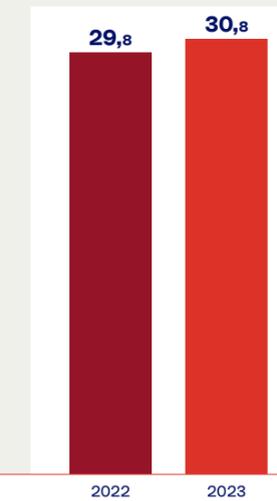
Linhas de ação

- Apoiar as Comunidades através da doação de excedentes alimentares, campanhas de solidariedade e donativos
- Apadrinhar projetos locais com impacto, aliando ao apoio financeiro, a capacitação de competências, a mentoria, e meios como rede de contactos e plataformas de comunicação
- Mobilizar boas práticas no âmbito da alimentação saudável, estilo de vida ativo e consumo consciente
- Fomentar a intervenção na Sociedade e o debate de questões sociais, cívicas e ecológicas chave para o futuro

Desempenho no ano

- Em 2023, a Missão Continente celebrou 20 anos de apoio e de ligação à comunidade, ao longo dos quais contribuiu para inúmeras causas sociais por todo o país, em áreas como a inclusão social, a saúde ou a educação
- Durante o ano, continuámos a colaborar de forma próxima com várias instituições e reforçámos o montante de apoio à Comunidade, que cresceu para 30,8M€ e foi canalizado para 1.430 instituições

Valor do apoio à Comunidade (M€)

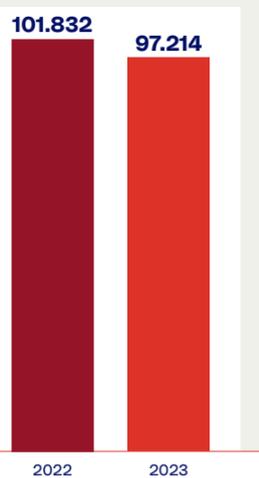


- Promovemos a sensibilização de um estilo de vida saudável em comunidades escolares com o programa “Escola Missão Continente”, que abrangeu 873 escolas no ano letivo 2023/24, proporcionando às Escolas atividades educativas, materiais lúdico-pedagógicos e visitas no terreno

“Escola Missão Continente”: Escolas abrangidas (n.º)



Alunos inscritos (n.º)



Iniciativas em destaque



Campanha de Natal “A ajuda mora ao lado”:

com esta campanha, a Missão Continente angariou donativos no valor de mais de 1,2M€ para apoiar cerca de 1.000 associações locais distribuídas pelo país que amparam famílias carenciadas, através da venda de vales de 1€ ou 5€, disponíveis em todas as lojas Continente, Continente Modelo e Continente Bom Dia, ou na *app* do Cartão Continente



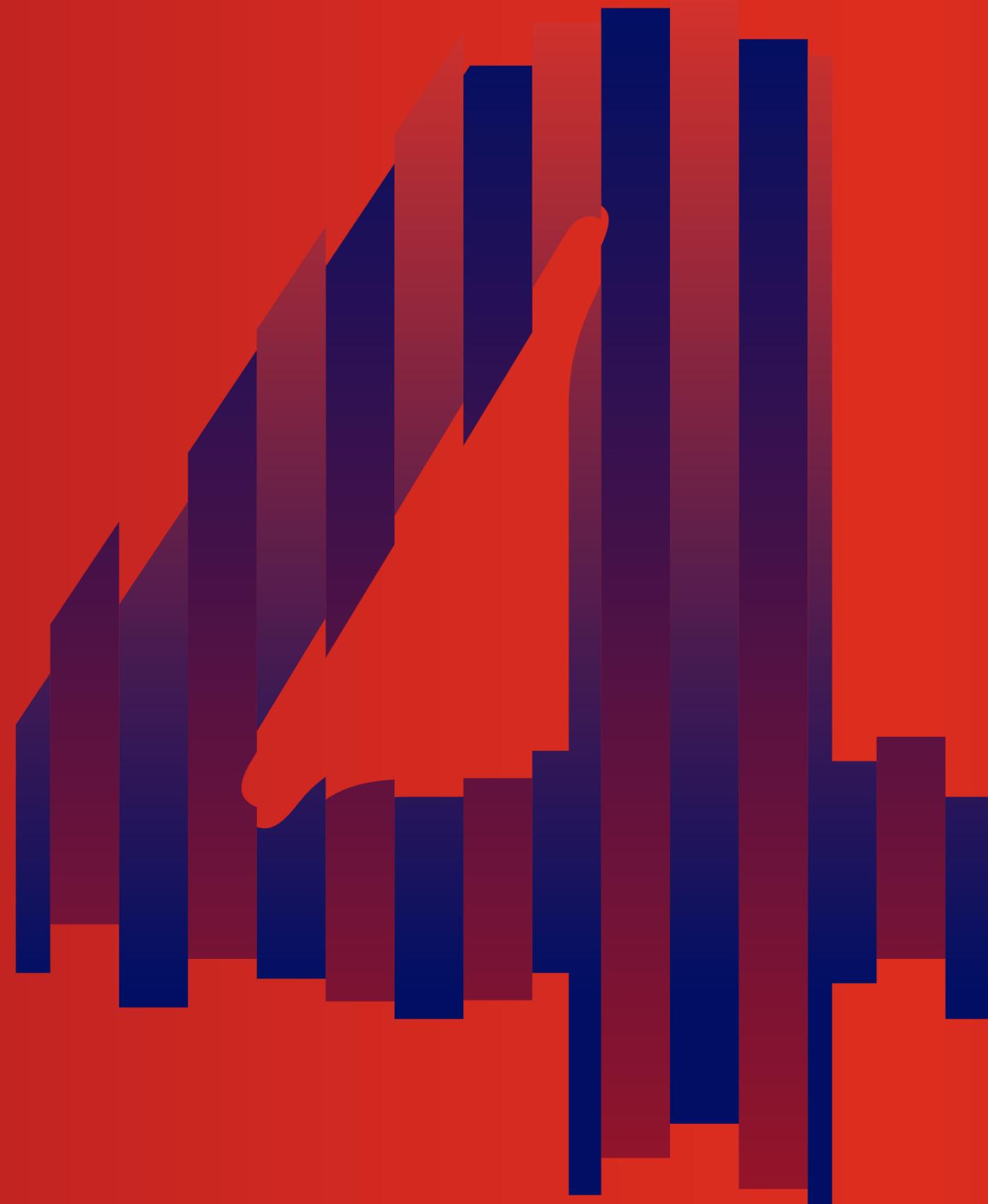
Concertos solidários “Tour por todos”:

no âmbito da celebração dos 20 anos da Missão Continente, foi realizada uma digressão solidária com 10 concertos do Tony Carreira. A Missão Continente angariou mais de 118 mil euros, dos quais 98 mil euros através da venda de bilhetes para os concertos, cujo valor foi doado na íntegra a instituições de solidariedade locais e à Associação Sara Carreira



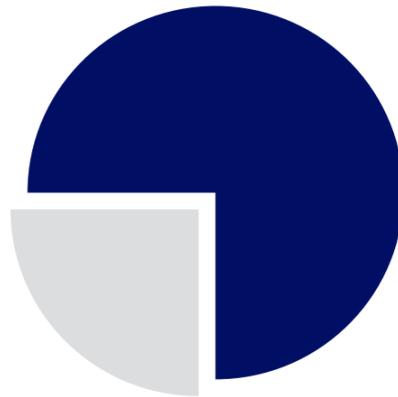
Relatório de Impacto da Missão Continente:

coincidindo também com as duas décadas de atuação da Missão Continente, foi publicado o primeiro **Relatório de Impacto da Missão Continente**, que agrega todas as iniciativas de responsabilidade social da marca e detalha o seu envolvimento com a Comunidade



Princípios e práticas governativas

Estrutura acionista



Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da MCretail, SGPS, S.A. (doravante “Sociedade” ou “MC”), integralmente subscrito e realizado, estava representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, com o valor nominal de 1 euro cada.

Na mesma data, a Sonae, SGPS, S.A. e suas subsidiárias detinham, direta e indiretamente, 75,01% das ações representativas do capital social da MCretail, SGPS, S.A.. A Camoen Investments, S.à.r.l. detinha os remanescentes 24,99% das referidas ações.

Governo societário

As práticas de governação corporativa da MC asseguram processos de decisão eficazes e aumentam as probabilidades de sucesso dos Negócios. A robustez do modelo de governo da MC assenta na separação de responsabilidades entre gestão e mecanismos de controlo, no rigor dos sistemas de controlo interno, e em práticas de transparência na comunicação entre os vários órgãos sociais e entre a MC e os seus acionistas e demais *stakeholders*. O modelo de governo da MC é consentâneo com as melhores práticas nacionais e internacionais, tendo evoluído no sentido de uma aproximação às recomendações do Código de Governo das Sociedades promovido pelo Instituto Português de *Corporate Governance* (IPCG).

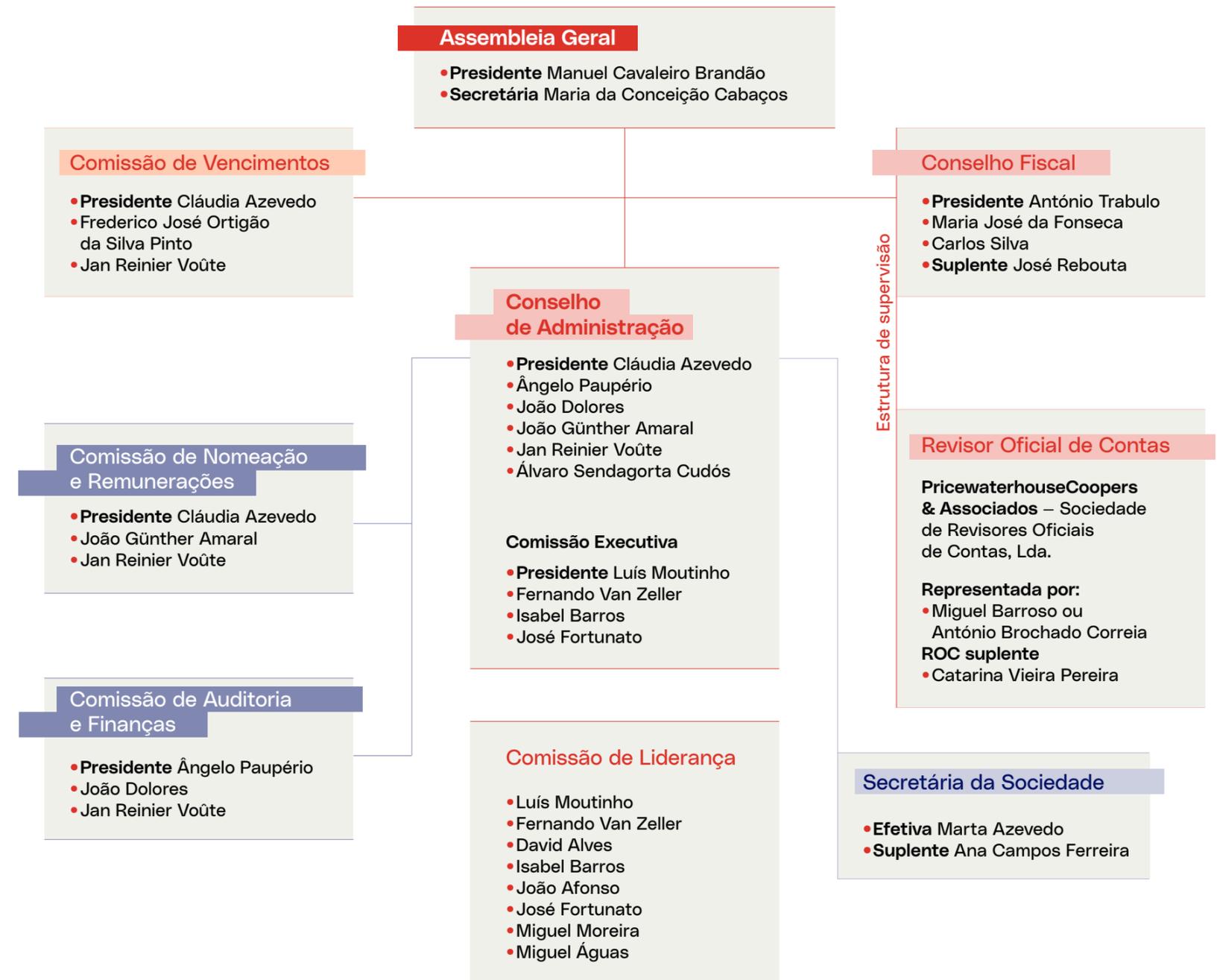
O referido modelo de governo visa a transparência e a plena eficácia de funcionamento da MC, suportada numa separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Procura estabelecer um quadro de atuação independente, sustentado na definição de diretrizes de gestão, políticas e procedimentos adequados ao desenvolvimento dos Negócios da Sociedade, tendo em vista a minimização dos riscos inerentes à sua atividade.

A MC adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração, e a estrutura de fiscalização é composta pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os Negócios da Sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica da Sociedade e proceder à designação e supervisão da atuação da comissão executiva e das comissões especializadas por ele constituídas.

O Conselho de Administração da MC está focado no crescimento e desenvolvimento de longo prazo da Empresa, visando a geração de valor para todos os *stakeholders*, suportado em bases sólidas de responsabilidade social corporativa. Este órgão apresenta uma composição equilibrada, com uma vasta base de competências e experiência em retalho, tendo definido, com absoluta clareza de propósito e de foco, os termos de sucesso sustentável, operacionais e financeiros para a MC, assim como a sua missão na indústria de retalho e a forma como a sua atividade beneficia Clientes, Colaboradores e a Comunidade em geral.

Composição dos órgãos sociais e comissões da MC¹



¹ Composição dos órgãos e comissões a 31 de dezembro de 2023

Política de remuneração

Princípios gerais¹

A política de remuneração da MC aplicável aos membros dos seus órgãos sociais adere às orientações comunitárias, à legislação nacional decorrente do normativo dos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários, introduzidos pela Lei n.º 50/2020 de 25 de agosto, e às recomendações emergentes do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), na sua versão de 2018, revista em 2020.

A política de remuneração é baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência, o empenho e a ética são fundamentos essenciais de um bom desempenho, o qual deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da MC, visando a sua sustentabilidade, e assenta nos seguintes princípios:

Competitividade: No desenho da política de remuneração é objetivo primordial a captação e retenção dos melhores profissionais, com talento de elevado potencial e experiência comprovada, que garanta estabilidade e represente um contributo relevante e material para a sustentabilidade dos Negócios.

A política de remuneração e o seu posicionamento são definidos atendendo às práticas de empresas comparáveis, segundo os principais estudos de referência realizados para Portugal e mercados europeus pelas consultoras Mercer e Korn Ferry, incluindo a comparação com a prática das empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos a negociação na Euronext Lisbon.

Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais e dirigentes são fixados e periodicamente revistos tendo em conta as condições de mercado, a atividade desenvolvida e as responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados. Para o efeito, consideram-se, entre outros fatores, o perfil e currículo do membro, a experiência, a natureza e o descritivo de funções, o quadro de competências do órgão em questão e do próprio membro, assim como o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos Negócios.

Orientação para o desempenho: A política de remuneração prevê, no que respeita aos administradores executivos, a atribuição de prémios variáveis de incentivo de curto e médio prazo, calculados em função dos resultados da MC e do Grupo Sonae e do nível de desempenho, quer individual, quer coletivo, com a finalidade de fomentar o crescimento sustentável dos Negócios e o comprometimento individual com os objetivos pré-definidos. Em caso de não concretização destes objetivos, medidos através de *Key Performance Indicators* (KPIs), o valor dos incentivos de curto e médio prazo, adequadamente, é reduzido de forma parcial ou total.

Alinhamento de interesses: É assegurado um alinhamento entre os interesses do administrador, os interesses dos acionistas e o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade dos Negócios. Desta forma, parte do prémio variável dos administradores executivos é diferido por um período de 3 anos após a sua atribuição. A componente diferida é condicionada pelo grau de concretização de objetivos de médio prazo da MC. A remuneração dos administradores não executivos, dos membros dos órgãos de fiscalização e da mesa da assembleia geral é constituída exclusivamente por uma remuneração fixa.

Transparência: Todos os aspetos da estrutura remuneratória são claros e divulgados, estando em conformidade com a política remuneratória geral do Grupo.

Razoabilidade: A política de remuneração pretende assegurar um equilíbrio entre os interesses de longo prazo da MC, o posicionamento e as melhores práticas de mercado, as expectativas e motivações dos membros dos órgãos sociais e dirigentes, bem como o objetivo de atração e retenção de talento.

Consistência e equidade: Para a determinação da remuneração de cada membro dos órgãos sociais e dirigentes são ponderadas as condições de emprego e remuneração dos trabalhadores do Grupo.

Para o efeito, são tidas em conta as condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro, por forma a assegurar consistência e equidade a nível remuneratório, e tendo em consideração as qualificações, responsabilidades, experiência, disponibilidade e especificidades do risco associados ao exercício da função.

Arquitetura da política de remuneração

Na arquitetura da política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da MC e para determinação da remuneração aplicável são ponderadas as funções desempenhadas, de acordo com um sistema de avaliação de funções que inclui critérios de diferenciação quanto à complexidade, qualificação, experiência exigida, autonomia e responsabilidades atribuídas. Este sistema baseia-se na metodologia internacional da consultora Korn Ferry, por forma a promover a equidade nas condições de remuneração e de emprego, à luz dos critérios de diferenciação anteriormente descritos, aplicáveis às diversas funções, bem como a permitir a comparabilidade / *benchmarking* com funções equivalentes no mercado.

Resulta assim que, de forma global, a referência adotada em matéria de posicionamento competitivo face ao mercado comparável, para cada função, é, normalmente, a mediana para a remuneração fixa e o terceiro quartil para a componente variável da remuneração, sem prejuízo das necessárias adaptações de acordo com as condições de mercado e a situação particular da MC.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma componente fixa e, também, uma componente variável. A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal são compostas exclusivamente por uma componente fixa.

A tabela seguinte resume a arquitetura da política de remuneração.

ÓRGÃOS SOCIAIS		COMPONENTES		POSICIONAMENTO NO MERCADO
Conselho de Administração	Administradores executivos	Fixa	Vencimento base	Mediana
		Variável ²	Prémio variável de curto prazo	Terceiro quartil
			Prémio variável de médio prazo	Terceiro quartil
	Administradores não executivos	Fixa	Vencimento	Mediana
Conselho Fiscal		Fixa	Vencimento	Mediana
Revisor Oficial de Contas		Fixa	Vencimento	Mediana
Mesa da Assembleia Geral		Fixa	Vencimento	Mediana



¹ Conforme aprovado em reunião de Assembleia Geral de Acionistas da MC em 26 de maio de 2022

² Mediante cumprimento dos KPIs objetivos e subjetivos de curto e médio prazo

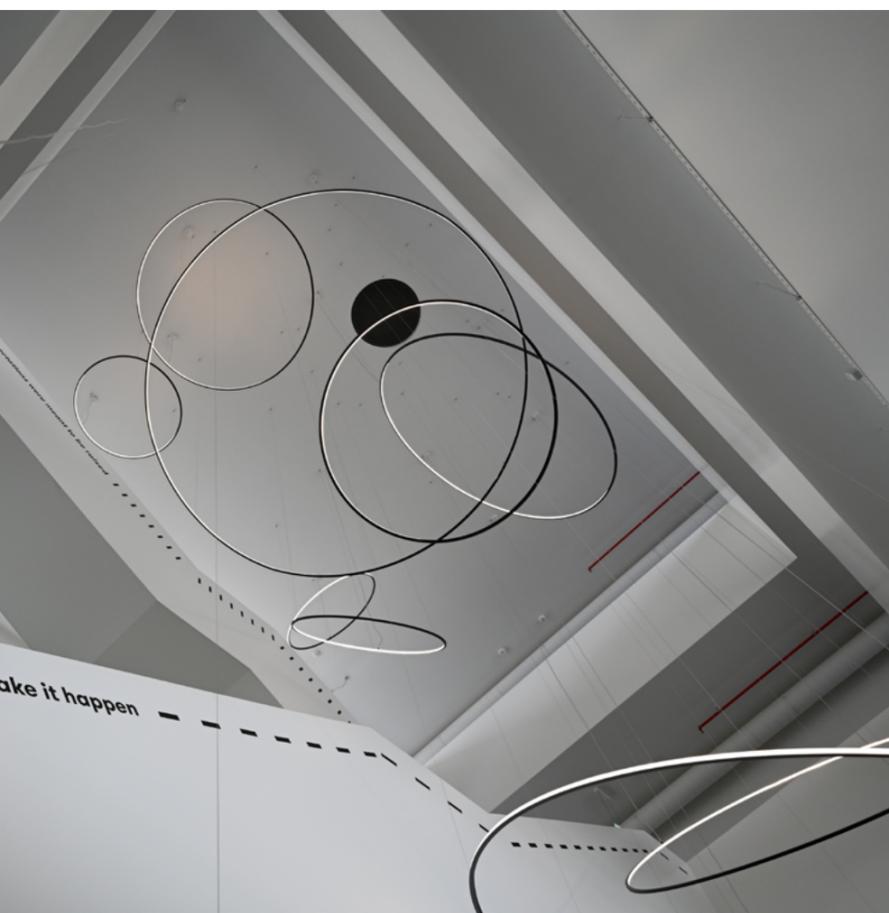
Gestão de Risco

Enquadramento do sistema de controlo interno e gestão de risco

A gestão de risco é uma componente fundamental da cultura da MC e um dos pilares do governo da Sociedade, estando presente em todos os processos da gestão e sendo uma responsabilidade de todos os Colaboradores.

O modelo de gestão de risco da MC tem como objetivos a criação e proteção de valor, através da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afetar os objetivos e as perspetivas de continuidade dos Negócios, bem como o suporte à tomada de decisões.

Principais funções e responsabilidades



Cabe ao Conselho Fiscal da Sociedade avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e da gestão de risco, supervisionando o seu plano de atividades, recebendo informação periódica dos seus trabalhos, avaliando as conclusões apuradas e emitindo as orientações que julgue necessárias.

1.ª LINHA DE DEFESA

Unidades de negócio Donos do Risco

As unidades de Negócio são responsáveis por: (i) identificar, avaliar e implementar ações corretivas para endereçar as deficiências de processo e de controlo; (ii) manter os controlos internos efetivos; e (iii) monitorar os indicadores de risco

3.ª LINHA DE DEFESA

Auditoria interna Garantia do Risco

A Auditoria Interna é uma atividade independente de *assurance* e consultoria, que tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos dos processos de Negócio e dos sistemas de informação

2.ª LINHA DE DEFESA

Gestão de risco Supervisão do Risco

A Gestão de Risco tem por missão apoiar a Sociedade a atingir os seus objetivos de Negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades.

4.ª LINHA DE DEFESA

Auditoria externa Garantia do Risco aos Acionistas

O Auditor Externo: (i) verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem reporta as conclusões apuradas; e (ii) avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira

Gestão e monitorização dos principais riscos

A gestão e monitorização de risco é realizada através de diferentes abordagens, com destaque para a metodologia *Enterprise Wide Risk Management* (EWRM), através da qual são capturados, avaliados, priorizados e geridos os riscos mais significativos.

A EWRM abrange todas as áreas da Sociedade e classifica os riscos em oito domínios: externos, estratégicos, financeiros, reputacionais, recursos humanos, tecnológicos, operacionais e ambientais. Em 2023, foram identificados e avaliados um total de 56 riscos distribuídos por estes oito domínios.

Para além da EWRM, no âmbito do planeamento estratégico são identificados e geridos riscos de gestão do portefólio de Negócios, riscos de desenvolvimento de novos Negócios e riscos de outros projetos estratégicos da Sociedade.

Para a gestão dos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente os relacionados com a continuidade dos Negócios e com os grandes projetos de transformação da Sociedade, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação das principais áreas funcionais.

Metodologia *Enterprise Wide Risk Management*

0.

Configuração do Processo

Definição do foco da gestão de risco e proposta de uma linguagem comum

- Política e objetivos
- Ferramentas e processos

1.

Identificação dos Riscos

Identificação e sistematização dos riscos que podem afetar a organização

- Listagem de riscos
- Dicionário e taxonomia do risco

2.

Avaliação dos Riscos

Priorização dos riscos em função do seu impacto e probabilidade de ocorrência

- Matriz de risco
- Identificação dos riscos críticos
- Nomeação dos donos dos riscos

3.

Opções de Tratamento

Avaliação das opções de tratamento de risco: aceitar, evitar, mitigar, transferir

- Identificação das causas e consequências dos riscos

Metodologia EWRM

5.

Monitorização e Reporte

Monitorização da implementação dos planos de ação e da evolução dos riscos

- Acompanhamento trimestral
- Relatório anual da gestão de risco

4.

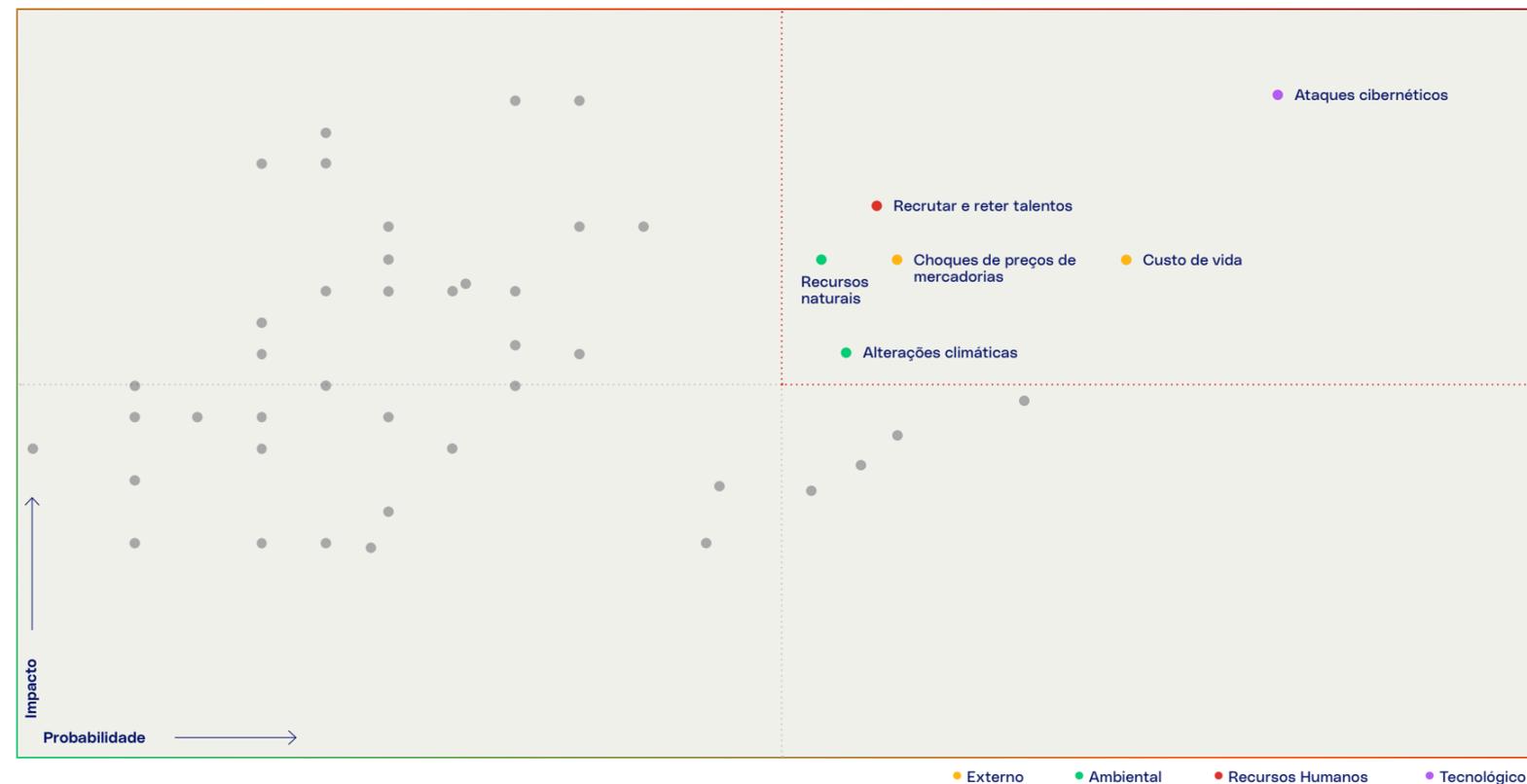
Mitigação dos Riscos

Elaboração e implementação de planos de ação para mitigação e identificação dos *Key Risk Indicators* (KRIS)

- Planos de ação para mitigação de risco
- KRIS

Identificação e descrição dos principais riscos

A MC tem identificados os seguintes riscos críticos (maior probabilidade e impacto):



RISCOS CRÍTICOS 2023	CATEGORIA	TENDÊNCIA FACE A 2022
Choques severos dos preços de mercadorias	Externo	=
Falha na mitigação e adaptação às alterações climáticas	Ambiental	=
Incapacidade de recrutar e reter talentos	Recursos Humanos	=
Ataques cibernéticos / tecnológicos	Tecnológico	=
Aumento do custo de vida	Externo	N
Perda de recursos naturais	Ambiental	N

Riscos críticos 2023

DESCRIÇÃO DO RISCO	TENDÊNCIA	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
<p>Choques severos dos preços de mercadorias Choques abruptos na oferta e procura de <i>commodities</i> sistemicamente importantes à escala global, que levem à escassez e ao aumento do custo das matérias-primas/ serviços essenciais (afetando alimentos, energia, metais, minerais, produtos químicos, emissões, etc.), podem sobrecarregar os orçamentos públicos, das empresas e das famílias, com impacto direto no desempenho do Negócio</p>	=	<ul style="list-style-type: none"> Identificação e pré-aprovação de fornecedores/ fontes alternativas para as <i>commodities</i> Repartição de volumes adquiridos das principais mercadorias entre vários fornecedores Identificação de matérias-primas alternativas para produtos compostos, que possam fornecer bens finais de qualidade/ sabor semelhantes Transferência da produção de produtos agrícolas para locais alternativos (por exemplo, devido à escassez de água) Incentivo ao desenvolvimento de produção nacional em matérias-primas com maior dependência externa, e estabelecimento de contratos com produtores locais a médio/ longo prazo Aumento dos níveis de inventário, comprando aos fornecedores atuais, de acordo com as possibilidades existentes (por exemplo, utilizando capacidade de armazenamento subcontratada)
<p>Falha na mitigação e adaptação às alterações climáticas A incapacidade de adotar, aplicar ou investir em medidas eficazes para mitigar as consequências das alterações climáticas, proteger e ajudar a adaptar a população ou negócios mais impactados, e a falha na transição para uma economia neutra em carbono, podem afetar negativamente a imagem da Empresa, a viabilidade do Negócio e o seu desempenho financeiro</p>	=	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação do grau de exposição do Negócio às alterações climáticas e integração das linhas de orientação definidas pela <i>Taskforce of Climate-related Financial Disclosure</i> (TCFD) Monitorização dos <i>targets</i> de emissões de GEE e execução do <i>roadmap</i> definido Revisão anual do <i>roadmap</i> definido, tendo em conta a evolução regulamentar e tecnológica
<p>Incapacidade de recrutar e reter talentos Num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, a incapacidade de oferecer planos de carreira atraentes, modelos de trabalho ajustados, remuneração e programas de formação compatíveis, pode comprometer a aptidão para recrutar e reter os principais recursos humanos da Empresa, com um impacto relevante na execução dos seus objetivos e estratégia</p>	=	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e reforço de programas de mobilidade interna através da criação de um “Fórum de Talentos” Reforço da marca MC como empregador e da proposta de valor para o Colaborador, através de maior ênfase na comunicação interna e externa, da promoção de programas de jovens talentos e de novos modelos de trabalho (remoto, no local ou híbrido) Acompanhamento e atuação sobre indicadores-chave de desempenho de Colaboradores Implementação de programas de desenvolvimento acelerado para altos potenciais Implementação de um planeamento estratégico focado nas tendências futuras do trabalho e requalificação Apoio ao recrutamento internacional por meio de contactos governamentais e diplomáticos Criação de <i>pivots</i> de formação, com o objetivo de alinhar a formação com as necessidades de cada área Lançamento de programas de Bem-estar, Diversidade, Equidade e Inclusão Criação de incentivos para a requalificação e/ou melhoria de competências dos Colaboradores

CONTINUA

DESCRIÇÃO DO RISCO	TENDÊNCIA	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
<p>Ataques cibernéticos/ tecnológicos</p> <p>Um nível inadequado de proteção dos sistemas de informação por parte da Empresa, dos trabalhadores ou de terceiros, em resultado de procedimentos ultrapassados ou obsoletos, de uma postura de cibersegurança fraca ou de formação e sensibilização insuficientes, pode comprometer processos de negócio e informações cruciais, ou violar a privacidade dos trabalhadores, clientes ou fornecedores, com um impacto direto na reputação da Empresa e na continuidade do Negócio</p>	=	<p>Gestão de ciber-riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> Realização de atividades de <i>cyber intelligence</i> Elaboração de políticas e normas de cibersegurança Definição de processo da gestão de risco cibernético Monitorização do <i>rating Bitsight</i> Realização de ações de sensibilização e de campanhas de <i>phishing</i> ético Autenticação reforçada de aplicações e robustecimento de controlo de acessos Normalização e reforço dos processos de <i>Patching</i> Atualização tecnológica, <i>upgrades</i>, migrações, <i>rollouts</i> e <i>phase-outs</i> Garantir postura de segurança dos nossos parceiros Resiliência da loja e da cadeia de valor crítica Segregação de redes e revisão das regras de <i>firewall</i> Desenho e implementação de solução de gestão de acessos privilegiados (PAM) <p>Cumprimento legal e revisão do nível e maturidade do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD)</p> <ul style="list-style-type: none"> Atualização dos registos de atividades de tratamentos Avaliações de impacto na proteção de dados pessoais Cumprimento de pedidos de exercício de direitos Avaliação de violações de dados pessoais Realização de ações de formação e sensibilização Redação de pareceres e recomendações Realização de auditorias
<p>Aumento do custo de vida</p> <p>Os elevados níveis de inflação e taxas de juro, não acompanhados por um aumento do rendimento real das famílias, conduzem à perda de poder de compra dos consumidores, a um aumento dos custos de financiamento, e à incapacidade de grande parte da população para manter o seu estilo de vida, com impacto direto no desempenho do Negócio</p>	N	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da evolução dos principais indicadores macroeconómicos para assegurar a deteção atempada de alterações no poder de compra dos consumidores Realização de inquéritos regulares aos consumidores para avaliar a evolução da perceção sobre o estado da economia, incidindo em indicadores de confiança e sentimento Avaliação da perceção dos Clientes sobre as iniciativas do Continente para ajudar as famílias a enfrentar a crise do custo de vida
<p>Perda de recursos naturais</p> <p>A perda, destruição, sobre-exploração e/ou má gestão de recursos naturais críticos (como químicos, energia, minerais, água, florestas), pode resultar numa grave escassez de bens e recursos naturais e na extinção de espécies, com consequências graves para a atividade económica, o ambiente e a humanidade</p>	N	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do registo da identificação e atributos do produto Projeto piloto da plataforma de rastreabilidade de produtos

CONCLUSÃO

Outras ações a destacar

- O desenvolvimento de projeto para garantir o cumprimento da Lei de Proteção de Denunciantes de Infrações¹ e do Regime Geral de Prevenção da Corrupção² (RGPC)
- A publicação do segundo reporte adotando a metodologia TCFD (*Task Force on Climate-related Financial Disclosures*), que tem por objetivo a divulgação de informações financeiras relacionadas com os riscos climáticos para apoio à tomada de decisão de diversos *stakeholders*
- Desenvolvimento de um projeto com o objetivo de garantir a conformidade com a Diretiva SR12³
- A promoção de eventos de partilha e troca de experiências sobre gestão de risco, nomeadamente a participação no *think tank* português de gestão de risco





Demonstrações financeiras

Índice demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras consolidadas

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A. Demonstrações consolidadas dos resultados	29	4. Fundo de manei	57
B. Demonstrações consolidadas rendimento integral	30	4.1. Inventários	57
C. Demonstrações da posição financeira consolidada	31	4.2. Clientes	58
D. Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio	32	4.3. Outras dívidas de terceiros	58
E. Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	33	4.4. Outros ativos correntes	59
F. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	34	4.5. Outros ativos não correntes	60
		4.6. Outros passivos não correntes	60
		4.7. Fornecedores	61
		4.8. Outros passivos correntes	61
		4.9. Outras dívidas a terceiros	62
1. Nota introdutória	34	4.10. Estado e outros entes públicos	62
1.1. Apresentação do Grupo	34	4.11. Imposto sobre o rendimento	63
1.2. Factos relevantes ocorridos no exercício	34	5. Instrumentos financeiros	67
1.3. Perímetro de consolidação	34	5.1. Gestão de risco financeiro	69
1.4. Eventos subsequentes	36	5.2. Instrumentos financeiros derivados	72
1.5. Bases de preparação	36	5.3. Classes de instrumentos financeiros	74
1.6. Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas	36	6. Estrutura de capital	76
1.7. Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes	38	6.1. Capital social	76
2. Atividade operacional	38	6.2. Interesses que não controlam	77
2.1. Rédito	38	6.3. Resultados por ação	79
2.2. Rendimentos de locação	39	6.4. Empréstimos	79
2.3. Pessoal	39	6.5. Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento	80
2.4. Fornecimentos e serviços externos	40	6.6. Caixa e equivalentes de caixa	81
2.5. Outros gastos	41	6.7. Resultados financeiros	81
2.6. Outros rendimentos	41	7. Provisões, compromissos e contingências	82
3. Investimentos	41	7.1. Provisões	82
3.1. Goodwill	42	7.2. Ativos e passivos contingentes	83
3.2. Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	43	8. Partes relacionadas	85
3.3. Recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros	47	Anexo I – Empresas do perímetro de consolidação	86
3.4. Ativos financeiros ao justo valor	47		
3.5. Rendimentos e gastos relativos a investimentos	48		
3.6. Ativos e passivos não correntes detidos para venda	49		
3.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades	50		
3.8. Ativos fixos tangíveis	50		
3.9. Ativos intangíveis	53		
3.10. Ativos sob direito de uso	54		

28

Demonstrações financeiras separadas

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A. Demonstração separada dos resultados e do rendimento integral	89	4. Instrumentos financeiros	105
B. Demonstração separada da posição financeira	90	4.1. Gestão de risco financeiro	105
C. Demonstrações separadas das alterações no capital próprio	91	4.2. Categorias de ativos e passivos financeiros	106
D. Demonstrações separadas dos fluxos de caixa	92	5. Estrutura de capital	109
E. Anexo às demonstrações financeiras separadas	93	5.1. Capital próprio	109
		5.2. Resultados por ação	109
		5.3. Empréstimos	110
		5.4. Reconciliação dos saldos dos passivos decorrentes de atividades de financiamento	111
1. Nota introdutória	93	5.5. Resultados financeiros	111
1.1. Apresentação da empresa	93	5.6. Fluxos de caixa financeiros	112
1.2. Bases de preparação, estimativas e julgamentos	93	6. Atividade operacional	112
1.3. Atualização das normas IFRS e seus impactos	94	6.1. Fornecimentos e serviços externos	112
1.4. Eventos subsequentes	96	6.2. Outros rendimentos	112
2. Investimentos	96	7. Provisões, compromissos e contingências	113
2.1. Investimentos	96	7.1. Ativos e passivos contingentes	113
2.2. Recebimentos/pagamentos de investimentos	100	7.2. Provisões e perdas por imparidade	114
2.3. Ganhos ou perdas relativas a investimentos	100	8. Outras informações	114
3. Fundo de manei	101	8.1. Entidades relacionadas	114
3.1. Outras contas a receber	101	8.2. Cumprimento de disposições legais	115
3.2. Outros ativos	102	8.3. Despesas de Auditoria	116
3.3. Outras contas a pagar	103	8.4. Aprovação das demonstrações financeiras	116
3.4. Outros passivos	103		
3.5. Imposto sobre o rendimento	103		

91

Certificação Legal
das Contas
117

Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal
121

Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações consolidadas dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Vendas	2.1	6.457.633.425	5.837.016.889
Prestações de serviços	2.1	149.176.925	141.319.947
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	3.5	5.989	457.329
Outros rendimentos	2.6	120.754.997	128.735.881
Custo das vendas	4.1	(4.679.455.811)	(4.208.686.664)
Variação da produção		479	–
Fornecimentos e serviços externos	2.4	(513.407.298)	(551.743.537)
Gastos com o pessoal	2.3	(817.068.473)	(705.068.600)
Outros gastos	2.5	(80.290.793)	(81.143.494)
Amortizações e depreciações	3.8, 3.9, 3.10	(299.139.028)	(269.853.079)
Provisões e Perdas por imparidade	7.1	(21.198.822)	(8.562.250)
Resultado líquido antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos		317.011.590	282.472.422
Dividendos recebidos	3.5	488	488
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	3.2.3	2.021.417	1.897.812
Rendimentos e ganhos financeiros	6.7	46.725.357	60.953.028
Gastos e perdas financeiras	6.7	(145.581.441)	(136.476.350)
Resultado líquido antes de impostos das operações continuadas		220.177.411	208.847.400
Imposto sobre o rendimento	4.11	(44.731.933)	(25.913.744)
Resultado líquido do exercício das operações continuadas		175.445.478	182.933.656
Resultado líquido consolidado do exercício		175.445.478	182.933.656

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:			
Operações continuadas		170.617.379	179.241.981
		170.617.379	179.241.981
Atribuível aos Interesses que não controlam:			
Operações continuadas		4.828.099	3.691.675
		4.828.099	3.691.675
Resultados por ação:			
Das operações continuadas			
Básico	6.3	0,170617	0,179242
Diluído	6.3	0,170617	0,179242

Demonstrações consolidadas rendimento integral

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Resultado líquido consolidado do exercício		175.445.478	182.933.656
Items de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Varição nas reservas de conversão cambial		(237.406)	(366.351)
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial		–	(859.194)
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa		(24.413.735)	9.040.034
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral		4.190.803	(2.183.861)
Outros		(25.242)	6.554
Outro rendimento integral do exercício		(20.485.580)	5.637.182
Total de outros rendimentos integrais consolidados do exercício		(20.485.580)	5.637.182
Total rendimento integral consolidado do exercício		154.959.898	188.570.838
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		150.157.041	184.925.367
Interesses que não controlam		4.802.857	3.645.471

Demonstrações da posição financeira consolidada

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
ATIVO			
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	3.8	1.493.164.167	1.395.172.455
Ativos intangíveis	3.9	280.744.085	268.230.179
Direitos de uso	3.10	1.108.142.955	945.066.393
Goodwill	3.1	454.900.067	454.900.067
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	3.2	10.083.165	9.668.001
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3.4.1	12.012.441	12.068.685
Ativos por impostos diferidos	4.11	77.304.129	307.092.034
Outros ativos não correntes	4.5	53.991.192	23.208.960
Total de ativos não correntes		3.490.342.201	3.415.406.774
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	4.1	502.884.124	455.384.024
Clientes	4.2	66.853.515	59.513.496
Outras dívidas de terceiros	4.3	98.383.299	93.544.118
Outros ativos correntes	4.4	36.421.618	43.554.828
Estado e outros entes públicos	4.10	1.649.529	3.217.331
Imposto sobre o rendimento	4.11	47.563.348	43.213.192
Outros investimentos	3.4.1	–	591.578
Caixa e equivalentes de caixa	6.6	129.840.682	201.641.542
Total de ativos correntes		883.596.115	900.660.107
Ativos não correntes detidos para venda	3.6	13.248.466	–
TOTAL DO ATIVO		4.387.186.782	4.316.066.881

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	6.1	1.000.000.000	1.000.000.000
Reservas legais		200.000.000	200.000.000
Reservas e resultados transitados	6.1	(599.777.053)	(544.411.074)
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas da empresa-mãe		170.617.379	179.241.981
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		770.840.326	834.830.907
Interesses que não controlam	6.2	36.608.914	32.316.824
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		807.449.240	867.147.731
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	6.4	311.092.627	323.658.221
Empréstimos obrigacionistas	6.4	264.051.817	224.086.295
Passivo de locação	3.10	1.181.070.946	1.038.006.634
Outros passivos não correntes	4.6	23.130.245	19.735.905
Passivos por impostos diferidos	4.11	192.535.694	383.179.693
Provisões	7.1	10.083.328	7.557.109
Total de passivos não correntes		1.981.964.657	1.996.223.857
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	6.4	9.525.387	62.718.236
Empréstimos obrigacionistas	6.4	40.000.000	–
Passivo de locação	3.10	109.586.546	71.528.483
Fornecedores	4.7	876.267.395	896.850.499
Outras dívidas a terceiros	4.9	131.735.971	101.409.870
Outros passivos correntes	4.8	269.150.483	203.649.998
Imposto sobre o rendimento	4.11	40.902.568	32.848.305
Estado e outros entes públicos	4.10	94.541.538	82.182.175
Provisões	7.1	10.194.530	1.507.728
Total de passivos correntes		1.581.904.419	1.452.695.294
Passivos não correntes detidos para venda	3.6	15.868.467	–
TOTAL DO PASSIVO		3.579.737.542	3.448.919.151
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4.387.186.782	4.316.066.881

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)	Capital Social	Reservas Legais	Reservas e Resultados Transitados				Resultado Líquido do Exercício	Total	Interesses que não Controlam (Nota 6.2)	Total do Capital Próprio
			Reservas de Conversão Cambial	Reservas de Cobertura	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total de Reservas e Resultados Transitados				
			Atribuível aos acionistas da empresa-mãe							
Saldo em 1 de janeiro de 2022	1.000.000.000	198.366.897	8.194.936	15.529.309	(551.192.093)	(527.467.848)	222.006.491	892.905.540	28.905.843	921.811.383
Total do rendimento integral consolidado do exercício	–	–	(366.351)	6.856.173	(806.436)	5.683.386	179.241.981	184.925.367	3.645.471	188.570.838
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2021:										
Transferência para reserva legal e resultados transitados	–	1.633.103	–	–	220.373.388	220.373.388	(222.006.491)	–	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(243.000.000)	(243.000.000)	–	(243.000.000)	–	(243.000.000)
Distribuição de rendimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	(234.490)	(234.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.000.000.000	200.000.000	7.828.585	22.385.482	(574.625.141)	(544.411.074)	179.241.981	834.830.907	32.316.824	867.147.731
Saldo em 1 de janeiro de 2023	1.000.000.000	200.000.000	7.828.585	22.385.482	(574.625.141)	(544.411.074)	179.241.981	834.830.907	32.316.824	867.147.731
Total do rendimento integral consolidado do exercício	–	–	(237.406)	(20.222.932)	–	(20.460.338)	170.617.379	150.157.041	4.802.857	154.959.898
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2022:										
Transferência para reserva legal e resultados transitados	–	–	–	–	179.241.981	179.241.981	(179.241.981)	–	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(214.000.000)	(214.000.000)	–	(214.000.000)	–	(214.000.000)
Distribuição de rendimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	(449.657)	(449.657)
Outros	–	–	–	–	(147.622)	(147.622)	–	(147.622)	(61.110)	(208.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.000.000.000	200.000.000	7.591.179	2.162.550	(609.530.782)	(599.777.053)	170.617.379	770.840.326	36.608.914	807.449.240

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		6.629.698.662	5.991.356.357
Pagamentos a fornecedores		(5.226.668.983)	(4.695.706.363)
Pagamentos ao pessoal		(778.471.420)	(689.648.214)
Fluxos gerados pelas operações		624.558.259	606.001.780
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(30.140.062)	(41.220.155)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		20.550.514	9.042.950
Fluxos das atividades operacionais (1)		614.968.711	573.824.575
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	3.3	799.100	1.230.247
Ativos fixos tangíveis		2.053.609	2.826.267
Ativos intangíveis		14.763	551.220
Juros e rendimentos similares		4.293.247	1.429.256
Dividendos		1.606.740	1.435.764
		8.767.459	7.472.754
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	3.3	(778.641)	(2.257.724)
Ativos fixos tangíveis		(247.747.587)	(162.337.663)
Ativos intangíveis		(43.219.442)	(35.904.184)
		(291.745.670)	(200.499.571)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(282.978.211)	(193.026.817)

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	6.5	1.295.000.000	984.266.713
		1.295.000.000	984.266.713
Pagamentos respeitantes a:			
Passivos de locação		(183.385.606)	(159.974.598)
Empréstimos obtidos	6.5	(1.276.577.889)	(951.189.709)
Juros e gastos similares		(24.312.046)	(7.932.780)
Dividendos		(214.449.657)	(243.234.490)
		(1.698.725.198)	(1.362.331.577)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(403.725.198)	(378.064.864)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)			
		(71.734.698)	2.732.894
Efeito das diferenças de câmbio			
		(127.350)	(215.855)
Efeito das detidas para venda			
		120.604	–
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	6.6	201.568.634	198.692.793
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	6.6	129.840.682	201.641.542

MCRetail, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

1.1. Apresentação do Grupo

A MCRetail, SGPS, S.A. (doravante designada “MC” ou “Empresa”), tem a sua sede na Rua João Mendonça n.º 529, 4460-334 São Mamede de Infesta e Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de

empresas conforme indicado nas Notas 3.2, 3.4 e Anexo I (doravante designado como Grupo MC).

1.2. Factos relevantes ocorridos no exercício

O ano de 2023 foi marcado por um contexto geológico mais complexo. Para além da guerra prolongada na Ucrânia, a escalada do conflito no Médio Oriente, no final do ano, aumentou os desafios e afetou a conjuntura da economia global.

O contexto geopolítico complexo levou alguns países a aumentarem a produção de combustíveis fósseis para estabilizarem os mercados de energia num contexto de disrupções no abastecimento. Para além disso, as alterações climáticas, a justiça social e as questões de governo societário tornaram-se cada vez mais relevantes, moldando os discursos públicos e as agendas políticas em todo o mundo.

Em linha com as Políticas de Gestão de Risco da MC, estão em curso ações de mitigação específicas para os aumentos dos preços de energia, bem como para choques severos de preços de mercadorias.

Em junho de 2023 foi celebrado um acordo com os acionistas fundadores da Druni S.A. (“Druni”) e da Arenal Perfumarias SLU (“Arenal”) para a combinação dos negócios destas duas empresas.

Da combinação dos negócios da Druni e da Arenal resultará a criação de um operador líder no segmento de saúde, beleza e bem-estar em Espanha. A forte complementaridade geográfica de ambas as redes de lojas permitirá uma cobertura abrangente do território espanhol, amplamente reforçada por uma operação *online* de referência, o que permitirá disponibilizar uma proposta de valor omnicanal única no mercado.

A realização desta transação está condicionada às aprovações das autoridades competentes para uma transação desta natureza, sendo que a MC espera a sua conclusão durante o ano de 2024.

Em dezembro de 2023 foi anunciado o acordo com a Lusíadas SGPS, S.A. (“Grupo Lusíadas”) para a alienação da empresa MCCare — Serviços de Saúde, S.A., titular da marca Dr. Wells (Dr. Well’s). Esta transação foi concluída em janeiro de 2024.

1.3. Perímetro de consolidação

As empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo MC a 31 de dezembro de 2023 estão listadas no Anexo I do presente relatório.

Princípio de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela MC:

a) Investimentos financeiros em empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais a MC detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A MC detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo MC possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo MC considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela MC sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas e são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica “Interesses que não controlam”. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas no Anexo I.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo MC e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os ativos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como *goodwill* (Nota 3.1). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo MC optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses que não controlam, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses que não controlam.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de capital próprio.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela MC. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da MC são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.

b) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de conversão” incluída na rubrica “Outras reservas e resultados transitados”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados transitados”.

O *goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Real Brasileiro	0,18650	0,18523	0,17735	0,18458

Saldo e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, o Grupo MC contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 5.2).

1.3.1. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

Durante o exercício, as entidades, Canasta Empreendimentos Imobiliários, S.A. e, Selifa Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A., foram fusionadas na IGI Investimentos e Gestão Imobiliária, S.A. com efeitos a 1 de janeiro de 2023.

Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo MC avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem de ser consolidada pelo Grupo MC requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo MC está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo MC fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.4. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

Em janeiro de 2024 foi concluída a alienação da participação na MCCare — Serviços de Saúde, S.A., titular da marca Dr. Wells (Dr. Well's), após a aprovação da Autoridade da Concorrência.

1.5. Bases de preparação

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2024, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2023. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (“IFRS — IC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo MC tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável,

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

pela mensuração ao justo valor de i) ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e iii) propriedades de investimento mensuradas a justo valor.

De acordo com a revisão da IAS 1, devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, sendo esta informação material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação poderá influenciar as decisões que os utentes das demonstrações financeiras tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras. Em particular, são consideradas materiais as alterações a políticas contabilísticas ocorridas num determinado período, as opções relativas a políticas contabilísticas constantes das normas, as políticas relativas a rubricas com julgamentos/estimativas significativas ou ainda as políticas de aplicabilidade complexa.

1.6. Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2023:

Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2023	Alteração	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”.	1 de janeiro de 2023
IAS 8 Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 12 Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais.	1 de janeiro de 2023
IAS 12 Reforma da tributação internacional — Regras do modelo Pilar Dois	Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar Dois. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham Réditos consolidados de 750 milhões de euros em pelo menos dois dos últimos quatro anos).	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo MC em 2023. O Grupo MC efetuou uma análise das alterações introduzidas e do impacto nas demonstrações financeiras e concluiu que a aplicação das referidas normas não produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

OCDE – Regras Globe Pilar 2 na MC

A MCRetail SGPS, S.A e suas participadas, nas quais detenha controlo, directa ou indirectamente, apresentam-se como entidades constituintes do grupo cuja entidade mãe final é a Efanor Investimentos SGPS, nos termos da Directiva UE 2022/2523 do Conselho de 14 de dezembro de 2022 (Pilar II).

Nestes termos passamos a descrever o enquadramento jurídico-fiscal aplicado ao Grupo Efanor, para efeitos de Pilar II.

IAS12R(88A) — O grupo Efanor aplica a exceção ao reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do segundo pilar, conforme previsto nas emendas à IAS 12 emitidas em maio de 2023.

IAS12R(88C) — De acordo com a Directiva UE 2022/2523 do Conselho de 14 de dezembro de 2022 (“Directiva”), o grupo Efanor encontra-se abrangido pelas regras da tributação mínima (Pilar 2) na medida em que os seus rendimentos anuais excedem 750 milhões de euros em pelo menos dois dos quatro anos anteriores a 2024.

IAS12R(88C) — Embora ainda não transposta para o ordenamento jurídico nacional português, aliás o que ocorre também noutras jurisdições, os grupos nos termos e condições previstos na Directiva devem assegurar em cada jurisdição em que se situam, o pagamento de uma taxa de imposto complementar apurada pelo diferencial entre a sua taxa de imposto efetiva calculada segundo as regras *Global Anti-Base Erosion Model Rules (Pillar Two)* (“*OECD Model Rules*”), e a taxa mínima de 15%, obviamente no caso em que a taxa efetivamente calculada seja inferior aos 15% anteriormente mencionados.

IAS12R(88C) — Apesar da Directiva ser aplicável apenas ao exercício fiscal de 2024, o grupo Efanor encontra-se num processo de estudo por forma a determinar, com os elementos disponíveis a esta data, a sua exposição às *OECD Model Rules*. Este estudo conta com a colaboração e o apoio de consultores independentes, externos e especialistas nesta matéria.

IAS12R(88C) — Baseado na estrutura, operações recentes, aplicação das regras previstas para os períodos de transição, e com base nas 22 jurisdições declaradas pela Efanor para efeitos do último “*Country by Country* Qualificado” submetido referente ao exercício de 2022, conclui-se que 15 jurisdições seriam excluídas de forma imediata pela aplicação de um dos três testes previstos nas regras de salvaguarda (“*safe Harbour*”) aplicáveis ao período transitório de 2024 a 2026 inclusive.

Das seis jurisdições em que o Grupo MCRetail está presente, verifica-se que 3 jurisdições são excluídas, e para as outras três (Portugal, Espanha e Países Baixos) e por forma a verificar a existência (ou não) de um imposto complementar, torna-se necessário aprofundar a análise, mediante aplicação das *OECD Model Rules*. Não estando ainda finalizada a análise, podemos, no entanto, aferir:

Portugal — As conclusões da análise preliminar efetuada, permitem afirmar que esta jurisdição fiscal poderá não calcular imposto complementar, em virtude da exclusão de rendimentos com base na substância (tendo em conta os gastos salariais e os ativos fixos tangíveis).

Não obstante, existe um Fundo de Investimento Imobiliário, sediado em Portugal, o Fundo Imosonae Dois, que pelas *OECD Model Rules* poderá ser classificado como Entidade de Investimento e, por conseguinte, determinar o cálculo da taxa de imposto efetiva de forma autónoma e utilizando as exclusões determinadas pelo valor dos seus próprios ativos (*OECD Model Rules* aplicáveis a Entidades de Investimento em que nem todos os detentores estão localizados na mesma jurisdição). Confirmando-se a necessidade desse cálculo autónomo para o Fundo, pode determinar-se o computo de imposto complementar a pagar em Portugal cujo montante não será material.

Espanha — Da análise efetuada resulta a possibilidade de se vir a calcular imposto complementar nesta jurisdição, mas existe ainda a necessidade de clarificação, por parte do legislador (o que não ocorreu até ao momento), do tratamento dos impostos diferidos, nomeadamente com referência à norma da amortização fiscal do *goodwill*. Reestruturações ao nível dos negócios nesta jurisdição podem ter efeitos quer na determinação da taxa efetiva global de imposto sobre o rendimento na jurisdição quer nos valores de ativos fixos tangíveis e gastos salariais que podem impactar as exclusões com base na substância. Pelo exposto não existe um imposto complementar viavelmente mensurável à data.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024, endossadas pela EU	Alteração	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com “ <i>covenants</i> ”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “ <i>covenants</i> ”.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

O Grupo MC não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

Países Baixos — Dada a estrutura dos rendimentos obtidos pelas empresas com sede na referida jurisdição, a primeira análise demonstra que não se estima com grande probabilidade o apuramento de imposto complementar.

IAS12R(88D) — De salientar que o grupo Efanor encontra-se ainda num processo de análise dos impactos da aplicação da Directiva, com o auxílio dos mesmos consultores externos independentes, tanto mais que a esta data a Directiva ainda não foi transposta para o ordenamento jurídico português e por outro lado continuam a ser publicitadas orientações da OCDE e UE que procuram esclarecer alguns dos seus pontos que, a esta data, ainda levantam dúvidas aos diversos agentes económicos e que podem alterar as conclusões acima descritas.

Desde 2019 os contratos de venda e relocação não contemplam rendas variáveis, deste modo não são estimados impactos.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024, ainda não endossadas pela EU	Alteração	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 7 e IFRS 7 Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024
IAS 21 Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, <i>performance</i> financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

O Grupo MC não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória, encontrando-se em processo de análise dos efeitos previstos das referidas normas.

1.7. Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 5.1.

2. Atividade operacional

2.1. Rédito

Política contabilística

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo MC. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Na determinação do valor do Rédito, a MC avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do Rédito registado, e para os quais o Grupo MC efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo MC considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

As prestações de serviços incluem os rendimentos de locação (Nota 2.2) e dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, que são reconhecidos, em cada exercício, de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, em função da percentagem de desempenho dos mesmos. Ou seja, no que respeita a cada obrigação de desempenho o Grupo MC reconhece o Rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do cumprimento total de tal obrigação de desempenho.

O diferimento do Rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento retalho alimentar, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica “Outras dívidas a terceiros”.

As “Vendas e as prestações de serviços” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Vendas de mercadorias	6.457.633.425	5.837.016.889
Prestações de serviços	149.176.925	141.319.947
	6.606.810.350	5.978.336.836

2.2. Rendimentos de locação

Política contabilística

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações em que a MC age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

Nas locações operacionais em que a MC age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, ascenderam a 36.263.494 euros e a 35.782.666 euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a MC tinha celebrado como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) vencem como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	3.229.828	1.945.361
N+1	33.940.354	31.413.915
N+2	32.757.357	28.224.208
N+3	30.226.211	26.771.760
N+4	15.848.339	24.409.999
N+5	11.907.079	11.329.197
Após N+5	36.767.139	37.286.295
	164.676.306	161.380.735

2.3. Pessoal

2.3.1. Gastos com pessoal

A repartição dos “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Remunerações	642.270.064	558.166.165
Encargos sobre remunerações	127.070.161	110.957.288
Seguros	12.316.431	10.808.755
Gastos com ação social	4.785.257	4.234.386
Outros gastos com pessoal	30.626.560	20.902.006
	817.068.473	705.068.600

2.3.2. Responsabilidade por pagamento baseado em ações

Política contabilística

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae SGPS e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

Quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada a crédito da rubrica de “Outras reservas”, no capital próprio, por contrapartida de “Gastos com pessoal”. Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em abril de cada ano) e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do

justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em “Gastos com pessoal” e “Outros passivos”, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

A MC concedeu, em 2023 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações, a colaboradores do Grupo MC prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações da empresa mãe Sonae SGPS, S.A., a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos assim como o número total de ações atribuídas associadas a estes planos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Número de ações		Justo Valor	
				31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Ações							
	2020	2023	-	-	3.936.647	-	3.680.765
	2021	2024	36	4.148.437	3.544.044	3.752.262	2.193.696
	2022	2025	42	2.441.533	2.251.776	1.462.555	697.676
	2023	2026	49	2.770.265	-	875.568	-
Total				9.360.235	9.732.467	6.090.384	6.572.137

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023 e 2022, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	3.540.657	4.023.513
Registado em exercícios anteriores	2.627.251	2.685.069
	6.167.908	6.708.582
Registado em outros passivos não correntes (Nota 4.6)	2.415.646	2.947.619
Registado em outros passivos correntes (Nota 4.8)	3.752.262	3.760.963
	6.167.908	6.708.582

Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em gastos com pessoal.

2.4. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Trabalhos especializados	85.487.386	84.858.023
Electricidade e combustíveis	54.372.902	116.311.206
Publicidade e propaganda	72.484.463	63.603.915
Transportes de mercadorias	41.957.903	54.257.480
Limpeza, higiene e conforto	37.235.606	35.489.533
Conservação e reparação	38.796.141	33.856.557
Rendas e alugueres	32.929.559	28.738.973
Vigilância e segurança	23.018.580	21.254.784
Custos com terminais pagamento automático	19.067.296	15.783.890
Entregas ao domicílio	13.495.138	15.024.377
Materiais de consumo	15.227.126	13.415.897
Comunicação	7.586.860	6.538.401
Seguros	6.683.895	6.851.091
Deslocações e estadas	7.050.560	5.779.744
Subcontratos	2.740.253	1.932.192
Outros	55.273.630	48.047.474
	513.407.298	551.743.537

O montante incluído em rendas e alugueres é relativo a rendas variáveis de contratos de locação.

A rubrica de outros contém gastos relativos ao serviço *Click&Go* e movimentação de mercadorias no valor de 25,2 milhões de euros (27,7 milhões de euros em 2022).

2.5. Outros gastos

A repartição dos “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Cartão Galp/Continente	14.551.566	12.753.640
Diferenças cambiais	8.770.543	20.494.480
Donativos	30.771.867	29.138.274
Impostos indiretos e taxas	9.612.632	9.662.861
Perdas na alienação e abates de ativos	4.410.826	4.164.475
Contratos de derivados associados a atividades comerciais	6.937.900	–
Imposto municipal sobre imóveis	2.102.427	2.040.106
Outros gastos	3.133.032	2.889.658
	80.290.793	81.143.494

2.6. Outros rendimentos

A repartição dos “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Rendimentos suplementares	41,568,026	41,167,380
Descontos de pronto pagamento obtidos	26.964.536	25.279.438
Trabalhos para a própria entidade (Nota 3.9)	19.941.042	16.258.686
Contratos de derivados associados a atividades comerciais	4.216.304	11.879.746
Diferenças cambiais	8.536.219	20.032.366
Ganhos na alienação de ativos	3.200.642	2.392.908
Restituição de Impostos	2.834.364	127.232
Subsídios à exploração	2.615.245	2.835.618
Outros	10.878.619	8.762.507
	120.754.997	128.735.881

3. Investimentos

Este capítulo tem como objetivo a divulgação da informação relativa aos investimentos não correntes.

Julgamentos e estimativas contábilísticas relevantes

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo MC procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contábilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.1. Goodwill

Política contabilística

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da MC, empreendimentos conjuntos e associadas acrescido do valor dos interesses que não controlam (no caso de subsidiárias), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica “*goodwill*” caso se relacionem com aquisições de negócios de subsidiárias ou mantidas na rubrica “Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas” (Nota 3.2). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses que não controlam (no caso de subsidiárias) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da MC (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reservas de conversão”.

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de *goodwill*, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em *goodwill* ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A análise das perdas por imparidade é efetuada em função da avaliação do valor contabilístico da unidade geradora de caixa (“UGC”) à qual o *goodwill* foi imputado, o qual é comparado com o seu valor recuperável, i.e., o maior valor entre o justo valor menos os custos estimados de venda e o valor de uso da UGC. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da MC ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do *goodwill* constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

Quando o Grupo MC reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas UGC, às quais tenha sido imputado o *goodwill*, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do *goodwill* às novas UGC. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas UGC que resultam da reorganização.

As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* reconhecido com a aquisição de negócios de subsidiárias não podem ser revertidas, ao contrário do *goodwill* reconhecido com a aquisição de empreendimentos conjuntos e associadas.

O *goodwill*, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

O valor de *goodwill* é afeto a cada um dos grupos homogéneos de UGC, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento repartido por país, e a cada um dos imóveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “*goodwill*” tinha a seguinte composição por geografia:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Portugal	435.460.067	435.460.067
Espanha	19.440.000	19.440.000
	454.900.067	454.900.067

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na rubrica de *goodwill*, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Valor Bruto	476.627.337	476.627.337
Perdas por imparidade acumuladas	21.727.270	21.727.270
Valor líquido	454.900.067	454.900.067

Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de *goodwill* registados nas demonstrações financeiras consolidadas é efetuada tendo em conta as UGC, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo MC, os quais são preparados, na sua maioria, recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, efetuados numa base, anual exceto se existirem indícios de imparidade, situação em que a periodicidade é maior.

Para este efeito, a MC recorre aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais,

sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos *cash-flows*, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das UGC é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos *cash-flows* na perpetuidade:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Custo médio ponderado de capital	8%	8%
Taxas de crescimento na perpetuidade	≤2%	≤2%
Taxa composta de crescimento das vendas	0,4% a 6%	0,9% a 3,74%

O contexto inflacionário que se fez sentir durante o ano impactou a *performance* dos negócios do Grupo MC e as perspectivas a médio prazo relativamente à evolução dos mesmos. Contudo, a análise de indícios de imparidade, a revisão das projeções e os testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas nos exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 — Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais.

3.2. Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

Política contabilística

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo MC não detinha operações conjuntamente controladas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a MC exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

A existência de influência significativa é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- transações materiais entre o investidor e a investida;
- intercambio de pessoal de gestão; ou
- fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto nos casos em que os investimentos são detidos por uma organização de capital de risco ou equivalente, em que o Grupo MC tenha optado, no reconhecimento inicial, por mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9 (Nota 3.4).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da MC no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo MC ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos. As variações patrimoniais são registadas na rubrica de “Reservas e resultados transitados”.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *goodwill* e mantidas no valor de investimento financeiro em empreendimentos conjuntos e associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da MC nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a MC tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da MC nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a MC, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.

Caso a participação financeira num empreendimento conjunto ou numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo MC.

3.2.1. Decomposição do valor contabilístico de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

Os empreendimentos conjuntos e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dez 2023		31 dez 2022		31 dez 2023	31 dez 2022
		Direto*	Total*	Direto*	Total*		
Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, S.A.	Santarém	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	3,550,080	3,403,859
Maremor Beauty & Fragances, S.L.	Madrid	50,00%	50,00%	50,00%	30,00%	192,079	180,275
Investimentos em empreendimentos conjuntos						3,742,159	3,584,134
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	1,359,007	1,294,262
Inscó – Insular de Hipermercados, S.A.	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	4,695,444	4,488,724
Sportessence – Sport Retail, S.A.	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	286,555	300,881
Investimentos em associadas						6,341,006	6,083,867
Total						10,083,165	9,668,001

* a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelo Grupo MC; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem da(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa no capital social da referida empresa.

3.2.2. Informação financeira resumida das participações financeiras

3.2.2.1. Empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Sohi Meat	Maremor	Sohi Meat	Maremor
Ativos				
Ativos fixos tangíveis	15.096.752	–	15.641.094	549
Ativos intangíveis	4.549	13	–	53
Direitos de uso	5.146.945	–	6.136.327	–
Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	–	21.954	–	21.954
Outros ativos não correntes	139.237	–	1.553.523	–
Ativo não corrente	20.387.483	21.967	23.330.944	22.556
Caixa e equivalentes a caixa	261.274	342.303	360.727	332.308
Outros ativos correntes	55.251.589	53.665	50.550.530	54.528
Ativo corrente	55.512.863	395.968	50.911.257	386.836
Total do ativo	75.900.346	417.935	74.242.201	409.392
Passivos não correntes				
Outros passivos não correntes	4.248.198	–	6.747.424	–
Passivos não correntes	4.248.198	–	6.747.424	–
Empréstimos obtidos	–	524	–	26
Outros passivos correntes	65.296.923	58.366	61.431.995	73.929
Total do passivo corrente	65.296.923	58.890	61.431.995	73.955
Total do passivo	69.545.121	58.890	68.179.419	73.955
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	6.355.225	359.045	6.062.782	335.437
Interesses que não controlam	–	–	–	–
Total do capital próprio	6.355.225	359.045	6.062.782	335.437
Total do capital próprio e do passivo	75.900.346	417.935	74.242.201	409.392

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Sohi Meat	Maremor	Sohi Meat	Maremor
Volume de negócios	408.035.151	528.000	359.535.205	528.000
Outros rendimentos operacionais	659.280	521	1.001.204	403
	408.694.431	528.521	360.536.409	528.403
Custo das vendas	(374.139.317)	–	(329.244.168)	–
Fornecimentos e serviços externos	(14.184.690)	–	(14.164.335)	–
Amortizações e depreciações	(5.421.838)	(589)	(5.094.377)	(1.081)
Outros gastos operacionais	(11.539.867)	(497.272)	(9.897.849)	(501.254)
	(405.285.712)	(497.861)	(358.400.729)	(502.335)
Resultados financeiros	(1.776.823)	–	(961.799)	–
Imposto sobre o rendimento	(287.281)	(7.052)	(66.326)	(6.517)
Resultado líquido consolidado do exercício	1.344.615	23.608	1.107.555	19.551

A reconciliação da informação financeira com o valor registrado nos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Sohimeat	Maremor	Sohimeat	Maremor
Capitais Próprios	6.355.225	359.045	6.062.782	335.437
Porcentagem de detenção	50%	30%	50%	30%
Quota parte dos ativos líquidos	3.177.613	107.714	3.031.391	100.631
Outros efeitos	372.467	84.365	372.468	79.644
Participação financeira	3,550,080	192,079	3,403,859	180,275

3.2.2.2. Associadas

A informação financeira resumida das empresas associadas pode ser analisada como segue:

Empresas Associadas	Sempre a Postos		Inscó		Sportessence	
	31 dez 2023	31 dez 2022	30 set 2023	31 dez 2022	30 set 2023	31 dez 2022
Ativos						
Ativo não corrente	102.076	140.053	77.581.928	77.721.658	1.080.001	1.087.659
Ativo corrente	7.178.704	6.477.961	30.294.590	30.043.451	1.968.116	4.491.824
Total do ativo	7.280.780	6.618.014	107.876.518	107.765.109	3.048.117	5.579.483
Passivos						
Passivos não correntes	0	4.456	11.455.187	11.455.187	–	108
Passivo corrente	1.847.785	1.439.541	52.034.578	52.848.569	1.228.914	2.372.100
Total do passivo	1.847.785	1.443.997	63.489.765	64.303.756	1.228.914	2.372.208
Capital próprio	5.432.995	5.174.017	44.386.753	43.461.353	1.819.203	3.207.275

Empresas Associadas	Sempre a Postos		Inscó		Sportessence	
	31 dez 2023	31 dez 2022	30 set 2023	31 dez 2022	30 set 2023	31 dez 2022
Volume de negócios	5.320.035	5.995.013	169.417.628	219.720.871	6.425.043	9.042.713
Outros rendimentos operacionais	13.292	(553.714)	8.980.504	11.644.375	17.154	109.282
Gastos operacionais	(1.126.828)	(1.571.569)	(174.661.740)	(226.555.615)	(5.802.452)	(7.949.819)
Resultados financeiros	24.490	(2.620)	(310.992)	(137.196)	2.817	–
Imposto sobre o rendimento	(1.051.345)	(946.444)	–	(769.069)	–	(190.404)
Resultado líquido consolidado do exercício	3.179.644	2.920.666	3.425.400	3.903.366	642.562	1.011.772
Outro rendimento integral do exercício	–	–	–	–	–	–
Total rendimento integral do exercício	3.179.644	2.920.666	3.425.400	3.903.365	642.562	1.011.772

A reconciliação da informação financeira com o valor registado em associadas pode ser analisada como segue:

Associadas	Sempre a Postos		Inscó		Sportessence	
	31 dez 2023	31 dez 2022	30 set 2023	31 dez 2022	30 set 2023	31 dez 2022
Capitais Próprios	5.432.995	5.174.017	44.386.753	43.461.353	1.819.203	3.207.275
Porcentagem de detenção	25,00%	25,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Quota parte dos ativos líquidos	1.358.249	1.293.504	4.438.675	4.346.135	181.920	320.728
Outros efeitos	758	758	256.769	142.589	104.636	(19.847)
Participação financeira	1.359.007	1.294.262	4.695.444	4.488.724	286.555	300.881

3.2.3. Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas, foi o seguinte:

	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empreendimentos conjuntos						
Saldo em 1 de Janeiro	3.584.134	–	3.584.134	3.809.629	–	3.809.629
Efeito em ganhos/perdas relativos a empreendimentos conjuntos	684.111	–	684.111	563.554	–	563.554
Distribuição de dividendos	(526.086)	–	(526.086)	(789.049)	–	(789.049)
	3.742.159	–	3.742.159	3.584.134	–	3.584.134

	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em associadas						
Saldo em 1 de Janeiro	6.083.867	–	6.083.867	910.323	–	910.323
Mudança de método de consolidação	–	–	–	5.344.708	–	5.344.708
Efeito em ganhos/perdas relativos a associadas	1.337.306	–	1.337.306	1.334.258	–	1.334.258
Distribuição de dividendos	(1.080.167)	–	(1.080.167)	(646.227)	–	(646.227)
Efeito em capitais próprios	–	–	–	(859.195)	–	(859.195)
	6.341.006	–	6.341.006	6.083.867	–	6.083.867

3.3. Recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

Recebimentos	31 dez 2023	31 dez 2022
Recebimento relativo à alienação da Tlantic à Parseya	–	400.000
Fundo compensação Trabalho	793.365	798.161
Outros	5.735	32.086
	799.100	1.230.247

Os pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

Pagamentos	31 dez 2023	31 dez 2022
Fundo compensação Trabalho	604.958	1.702.974
Compra de UP's Imosonae	169.267	–
Outros	4.416	554.750
	778.641	2.257.724

3.4. Ativos financeiros ao justo valor

Política contábilística

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registro inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registradas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Julgamentos e estimativas contábilísticas relevantes

Na ausência de cotação de mercado, o justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base na utilização de preços de transação recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na determinação do justo valor.

A utilização de diferentes metodologias e de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar alterações nos valores dos ativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nível 1 — Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 — O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 — O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Na classificação dos investimentos o Grupo determina se o objetivo do investimento é a disponibilização de meios financeiros às investidas, com retorno via ganho de capital de médio a longo prazo e avalia se com base nos contratos e acordos tem ou não capacidade de influenciar as decisões e políticas das suas investidas. Julgamentos diferentes em relação a estas matérias poderiam levar a que os investimentos fossem classificados e mensurados de forma diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.4.1. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e outros investimentos

Os ativos financeiros a justo valor através de resultados, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dez 2023		31 dez 2022		31 dez 2023	31 dez 2022
		Direto	Total	Direto	Total		
Dispar – Distrib. de Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	14,28%	14,28%	14,28%	14,28%	9.976	9.976
Outros ativos financeiros						12.002.465	12.058.709
						12.012.441	12.068.685

Em 31 de dezembro de 2023 estão incluídos em “Outros ativos financeiros” relativos a “Ativos financeiros a justo valor através de resultados”, 7.397.600 euros (7.231.644 euros em 31 de dezembro de 2022), relativos a montantes depositados numa *Escrow Account* e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de *rating* superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 7.1 e 7.2).

Em 31 de dezembro de 2023, com exceção da *Escrow Account*, os restantes investimentos correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o Grupo MC não detém influência significativa, sendo mensurados pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nas rubricas “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Outros investimentos” podem ser decompostos como segue:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados				
Saldo em 1 de janeiro	12.068.685	–	16.205.006	–
Aumentos durante o exercício	627.317	–	2.023.485	–
Transferência para “Investimentos em associadas” (Nota 3.2)	–	–	(5.344.708)	–
Diminuições durante o exercício	(644.181)	–	(815.098)	–
Ativos detidos para venda	(39.380)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro	12.012.441	–	12.068.685	–
Instrumentos financeiros derivados				
Justo valor em 1 de janeiro	–	591.578	–	7.106.548
Aumento/(diminuição) no justo valor (Nota 6.7)	–	(591.578)	–	(6.514.970)
Justo valor em 31 de dezembro (Nota 5.2 e 6.7)	–	–	–	591.578
Total de ativos financeiros ao justo valor (Nota 5.3)	12.012.441	–	12.068.685	591.578

3.5. Rendimentos e gastos relativos a investimentos

Os “Rendimentos e gastos relativos a investimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como se segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Correção ao custo de aquisição de filiais	5,989	425,243
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	5,989	425,243
Ganhos ou perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	–	–
Outros	–	32,086
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	–	–
Ganhos ou (perdas) relativos a investimentos	5,989	457,329
Dividendos recebidos	488	488

3.6. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Política contabilística

Os ativos e passivos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados ou depreciados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

No que se refere à classificação de participações financeiras como detidas para venda:

- no caso das subsidiárias estas continuam a ser consolidadas até à data da sua alienação, devendo, contudo, o conjunto dos seus ativos e passivos ser classificado como detidos para venda e contabilizado ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando o registo de depreciações/ amortizações;
- no caso dos empreendimentos conjuntos e associadas mensurados pelo método da equivalência patrimonial, estes passam a ser mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando a aplicação da equivalência patrimonial.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo MC, os ativos não correntes, e/ou empresas para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes ativos e/ou empresas para alienação serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos ativos e serão remensurados pelo menor entre i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação/amortização, ou valores de reavaliação que tenham sido reconhecidos, caso esses ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificadas de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício.

No caso das participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas mensurados ao método de equivalência patrimonial, a cessação da classificação como detida para venda implica a reposição do método de equivalência patrimonial retrospectivamente.

Decorrente da concretização, em novembro de 2023 do acordo de princípio com a Lusíadas Saúde para a alienação da MCCare, Serviços de Saúde, S.A. ("MCCare"), detentora das clínicas Dr.Wells, os contributos da MCare para as demonstrações financeiras consolidadas, foram apresentados como não correntes detidos para venda. A operação foi concluída em janeiro de 2024, conforme descrito na Nota 1.4.

Em 31 de dezembro de 2023 as rubricas de "Ativos não correntes detidos para venda" e "Passivos associados a ativos não correntes detidos para venda" apresentam o seguinte detalhe:

	Notas	MC Care
ATIVO		
ATIVOS NÃO CORRENTES:		
Ativos fixos tangíveis	3.8	5.333.057
Direitos de uso	3.10	2.659.731
Outros investimentos		39.380
Ativos por impostos diferidos	4.11	1.094.331
Total de ativos não correntes		9.126.499
ATIVOS CORRENTES:		
Clientes		132.290
Outras dívidas de terceiros		169.776
Estado e outros entes públicos		2.095.580
Outros ativos correntes		330.290
Imposto sobre o rendimento		1.266.109
Caixa e equivalentes de caixa		127.922
Total de ativos correntes		4.121.967
Ativos não correntes detidos para venda		13.248.466
PASSIVO:		
PASSIVO NÃO CORRENTE:		
Passivo de locação		1.921.386
Passivos por impostos diferidos	4.11	755.723
Total de passivos não correntes		2.677.109
PASSIVO CORRENTE:		
Empréstimos bancários		7.318
Passivo de locação		900.633
Fornecedores		721.298
Outras dívidas a terceiros		8.851.754
Imposto sobre o rendimento		133.751
Estado e outros entes públicos		2.576.603
Total de passivos correntes		13.191.357
Passivos não correntes detidos para venda		15.868.467

3.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a MC irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são deduzidos à quantia escriturada do ativo adquirido, sendo reconhecido posteriormente durante a vida do útil do ativo subjacente como um gasto de depreciação reduzido.

3.8. Ativos fixos tangíveis

Política contabilística

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas de imparidade” da demonstração consolidada dos resultados.

Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

A maioria dos ativos imobiliários da MC em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e imparidades, foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito *yields* compreendidas entre 6,50% e 9,00% (6,75% e 9,00%, também em 2022), estando o justo valor do imóvel na categoria de “Nível 3”, de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2023.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022	1.092.688.952	1.472.329.263	26.551.783	141.015.471	46.373.262	26.987.859	2.805.946.590
Investimento	10.683.214	5.657.472	51.660	3.259.721	698.009	165.580.927	185.931.003
Desinvestimento	(6.266.627)	(54.739.465)	(1.394.614)	(24.846.960)	(1.519.933)	(991.892)	(89.759.491)
Variações cambiais	–	–	–	366	–	–	366
Transferências	8.042.040	138.269.150	2.879.668	7.699.089	1.458.489	(160.662.978)	(2.314.542)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023	1.105.147.579	1.561.516.420	28.088.497	127.127.687	47.009.827	30.913.916	2.899.803.926
Investimento	17.614.892	7.028.723	88.563	2.735.382	1.058.412	239.631.108	268.157.080
Desinvestimento	(2.737.534)	(41.193.979)	(746.943)	(8.288.140)	(2.028.119)	(1.743.642)	(56.738.357)
Variações cambiais	–	–	–	177	–	–	177
Ativos detidos para venda (Nota 3.6)	–	(13.634.145)	–	(1.284.729)	(60.957)	(28.216)	(15.008.047)
Transferências	17.865.592	169.363.876	2.766.217	17.903.581	2.548.131	(218.548.077)	(8.100.682)
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	1.137.890.528	1.683.080.896	30.196.334	138.193.958	48.527.294	50.225.089	3.088.114.097
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022	382.739.165	904.678.643	18.590.075	100.996.815	38.131.459	–	1.445.136.157
Depreciações do exercício	16.411.523	102.674.468	1.583.447	12.298.878	2.945.362	–	135.913.678
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 7.1)	2.216.500	5.111.678	117.741	343.133	69.682	–	7.858.734
Desinvestimento	(5.010.284)	(50.971.974)	(1.366.140)	(24.665.320)	(1.502.987)	–	(83.516.705)
Variações cambiais	–	–	–	134	–	–	134
Transferências	(1.727)	(377.994)	(57.263)	(320.555)	(2.988)	–	(760.527)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023	396.355.177	961.114.821	18.867.860	88.653.085	39.640.528	–	1.504.631.471
Depreciações do exercício	16.790.838	110.554.896	1.811.919	12.683.285	2.748.062	–	144.589.000
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 7.1)	1.328.632	10.827.870	219	585.676	12.363	–	12.754.760
Diminuições de perdas de imparidades (Nota 7.1)	(3.435.397)	–	–	–	–	–	(3.435.397)
Desinvestimento	(1.918.043)	(36.145.922)	(687.537)	(8.046.452)	(1.975.025)	–	(48.772.979)
Variações cambiais	–	–	–	65	–	–	65
Depreciações e imparidades de Ativos detidos para venda (Nota 3.6)	–	(8.329.519)	–	(1.284.513)	(60.957)	–	(9.674.990)
Transferências	(4.457.292)	(174.493)	(38.064)	(390.951)	(81.200)	–	(5.142.000)
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	404.663.915	1.037.847.653	19.954.397	92.200.194	40.283.771	–	1.594.949.930
Valor líquido							
A 31 de dezembro de 2022	708.792.402	600.401.599	9.220.637	38.474.602	7.369.299	30.913.916	1.395.172.455
A 31 de dezembro de 2023	733.226.613	645.233.243	10.241.937	45.993.763	8.243.523	50.225.089	1.493.164.167

Os “Ativos fixos tangíveis em curso” incluem cerca de 45 milhões de euros (25 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) relativos a remodelação e expansão de lojas.

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 268 milhões de euros (165 milhões de euros em 2022), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas.

O desinvestimento nos exercícios de 2023 e 2022 pode ser analisado como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(2.737.534)	(41.193.979)	(746.943)	(8.288.140)	(2.028.119)	(1.743.642)	(56.738.357)
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	(2.737.534)	(41.193.979)	(746.943)	(8.288.140)	(2.028.119)	(1.743.642)	(56.738.357)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Desinvestimento	(1.918.043)	(36.145.922)	(687.537)	(8.046.452)	(1.975.025)	–	(48.772.979)
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	(1.918.043)	(36.145.922)	(687.537)	(8.046.452)	(1.975.025)	–	(48.772.979)
Valor líquido							
Desinvestimento	(819.491)	(5.048.057)	(59.406)	(241.688)	(53.094)	(1.743.642)	(7.965.378)
Sale and Leaseback	–	–	–	–	–	–	–

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(6.266.627)	(54.739.465)	(1.394.614)	(24.846.960)	(1.519.933)	(991.892)	(89.759.491)
Saldo final a 31 de dezembro de 2022	(6.266.627)	(54.739.465)	(1.394.614)	(24.846.960)	(1.519.933)	(991.892)	(89.759.491)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Desinvestimento	(5.010.284)	(50.971.974)	(1.366.140)	(24.665.320)	(1.502.987)	–	(83.516.705)
Saldo final a 31 de dezembro de 2022	(5.010.284)	(50.971.974)	(1.366.140)	(24.665.320)	(1.502.987)	–	(83.516.705)
Valor líquido							
Desinvestimento	(1.256.343)	(3.767.491)	(28.474)	(181.640)	(16.946)	(991.892)	(6.242.786)
Sale and Leaseback	–	–	–	–	–	–	–

A rubrica de “Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis” pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total ativos fixos tangíveis
Perdas por Imparidade						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022	86.401.238	13.033.447	13.273	338.259	36.848	99.823.065
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 7.1)	2.216.500	5.111.678	117.741	343.133	69.682	7.858.734
Diminuições do exercício (Nota 7.1)	(4.266.271)	(1.687.150)	(4.005)	(13.281)	(7.672)	(5.978.379)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023	84.351.467	16.457.975	127.009	668.111	98.858	101.703.420
Atividades descontinuadas						–
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 7.1)	1.328.632	10.827.870	219	585.676	12.363	12.754.760
Diminuições do exercício (Nota 7.1)	(3.435.397)	–	–	–	–	(3.435.397)
Ativos detidos para venda	–	(7.050.269)	–	(543.017)	(7.232)	(7.600.518)
Transferências	(208.855)	(139.237)	–	–	–	(348.092)
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	82.035.847	20.096.339	127.228	710.770	103.989	103.074.173

O aumento das imparidades ocorrido em 2023 está relacionado com remodelações de lojas.

3.9. Ativos intangíveis

Política contabilística

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a MC, sejam controláveis pela MC e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do *goodwill*, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 — Concentrações de Atividades Empresariais.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo MC demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a MC. Nestas situações estes gastos

são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de “Trabalhos para a Própria Entidade” (Nota 2.6).

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Trespases	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto:						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022	150.788.042	390.064.003	8.428.780	773.312	22.870.384	572.924.521
Investimento	–	746.898	–	–	35.925.161	36.672.059
Desinvestimento	(5.089)	(18.899.240)	–	–	(218.654)	(19.122.983)
Transferências	57.479	28.621.901	–	–	(27.399.724)	1.279.656
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023	150.840.432	400.533.562	8.428.780	773.312	31.177.167	591.753.253
Investimento	–	640.690	–	–	41.818.947	42.459.637
Desinvestimento	(925.789)	(13.559.683)	–	–	(286.103)	(14.771.575)
Ativos detidos para venda	(8.804)	(127.831)	(122.191)	–	–	(258.827)
Transferências	39.388	43.323.473	–	–	(42.383.118)	979.743
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	149.945.227	430.810.211	8.306.589	773.312	30.326.893	620.162.231
Amortizações e perdas por impar. acumuladas						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022	17.112.136	286.222.944	7.326.461	624.119	–	311.285.660
Amortizações do exercício	146.949	29.355.911	14.079	2.683	–	29.519.622
Perdas por imparidade do exercício (Nota 7.1)	–	1.129.112	–	–	–	1.129.112
Desinvestimento	(5.089)	(18.405.820)	–	–	–	(18.410.909)
Transferências	(244)	(167)	–	–	–	(411)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023	17.253.752	298.301.980	7.340.540	626.802	–	323.523.074
Amortizações do exercício	125.232	29.651.141	14.079	2.683	–	29.793.135
Perdas por imparidade do exercício (Nota 7.1)	2.933	694.708	122.191	–	–	819.833
Reversão de perdas por imparidade do exercício (Nota 7.1)	–	(1.905.542)	–	–	–	(1.905.542)
Desinvestimento	(903.745)	(11.633.455)	–	–	–	(12.537.200)
Depreciações de Ativos detidos para venda	(8.804)	(127.831)	(122.191)	–	–	(258.826)
Transferências	(7.374)	(8.951)	–	–	–	(16.328)
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	16.461.994	314.972.050	7.354.619	629.485	–	339.418.146
Valor líquido						
A 31 de dezembro de 2022	133.586.680	102.231.582	1.088.240	146.510	31.177.167	268.230.179
A 31 de dezembro de 2023	133.483.232	115.838.160	951.970	143.827	30.326.893	280.744.085

Em 31 de dezembro de 2023, o fluxo “Investimento” do período relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 41,7 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e desenvolvimento de *software* (35,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022). No referido valor estão incluídos cerca de 19,9 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria entidade (cerca de 16,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) (Nota 2.6).

Julgamentos e estimativas contábilísticas relevantes

A MC efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, suportada em avaliações internas de acordo com a metodologia dos *Royalty Relief*, e os valores destas mais que suportam o valor dos ativos a 31 de dezembro de 2023, não tendo sido registada qualquer imparidade no exercício.

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica “Propriedade Industrial” o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75 milhões de euros e a marca Arenal no valor de 58,4 milhões de euros, esta última valorizada no processo de aquisição.

3.10. Ativos sob direito de uso

Política contábilística

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período de tempo, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se as empresas do Grupo MC, enquanto locatárias, obtêm substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se têm o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento no balanço.

Na data de entrada em vigor, o Grupo MC reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso — “*right-of-use*” ou “RoU”). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecido como um ajustamento no RoU.

Ativos sob direito de uso

O Grupo MC reconhece o direito de uso dos ativos na data de entrada em vigor (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes.

Sempre que o Grupo MC incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração do direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os ativos sob direito de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo MC obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o direito de uso dos ativos reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

A imparidade dos ativos sob direito de uso é testada de acordo com a IAS-36 em substituição do reconhecimento de provisões para contratos de locação onerosos.

Nas locações de ativos de baixo valor, o Grupo MC não reconhece os ativos sob direito de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, o Grupo MC reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo MC exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo MC rescinda o contrato.

Os pagamentos relativos a componentes não locação não são reconhecidos como passivos de locação. Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo MC usa a taxa de empréstimo incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pela Grupo MC e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

Tratamento contabilístico de operações de “*Sale and Leaseback*”

O tratamento contabilístico das operações de “*Sale and Leaseback*” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do Rêdito (Nota 2.1). De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o direito de uso do ativo como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com o direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16 o valor do direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que o Grupo MC recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação (Nota 4.6 e 4.8).

Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

O Grupo determina o fim da locação como a parte não cancelável do prazo do contrato, juntamente com quaisquer períodos abrangidos por uma opção de extensão do contrato de locação se for razoavelmente certo que esta será exercida, ou quaisquer períodos abrangidos por uma opção para rescindir o contrato de locação, se for razoavelmente certo que esta não será exercida.

O Grupo tem a opção, sob alguns dos seus contratos de locação, de alugar ou arrendar os seus ativos para períodos adicionais. No início da locação a MC avalia a razoabilidade do exercício da opção de renovar o contrato após o período inicial. Isto é, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o fim do contrato se existir um evento significativo ou alterações nas circunstâncias que estejam sob controlo e afetem a sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovação (por exemplo, uma mudança na estratégia do negócio).

Pelas características dos contratos de locação negociados, a gestão avalia na data da negociação do contrato se este qualifica como um contrato de locação ou um contrato de serviços.

Estes ativos sob direito de uso têm, genericamente, um período inicial de 20 anos, podendo ser alargado o prazo de locação, com condições de mercado, por quatro períodos adicionais de 10 anos, tendo sido considerado pelo Conselho de Administração que apenas era considerado provável que fosse mantido o período inicial de locação, o qual é inferior ao período de vida útil remanescente dos ativos objeto de transação. Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos, objeto de locação, bem como foi também analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Viaturas Ligeiras	Outros ativos fixos tangíveis	Total dos ativos tangíveis
Ativo bruto				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022	1.387.325.210	88.561.391	1.664.041	1.477.550.642
Aumentos	106.970.166	6.064.954	6.787.462	119.822.582
Abates e diminuições	(49.892.751)	(4.810.402)	(320)	(54.703.473)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023	1.444.402.625	89.815.943	8.451.183	1.542.669.751
Aumentos	233.550.268	95.667.637	8.464.595	337.682.500
Ativos não correntes detidos para venda	(6.495.815)	(38.734)	–	(6.534.549)
Abates e diminuições	(59.472.202)	(50.185.465)	(5.078.348)	(114.736.015)
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	1.611.984.876	135.259.381	11.837.430	1.759.081.687
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022	482.678.079	61.163.679	212.610	544.054.368
Depreciações do exercício	82.470.784	21.459.765	489.230	104.419.779
Transferências e abates	(46.934.335)	(3.936.454)	–	(50.870.789)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023	518.214.528	78.686.990	701.840	597.603.358
Depreciações do exercício	91.802.217	32.621.625	1.186.280	125.610.122
Ativos não correntes detidos para venda	(3.862.042)	(12.777)	–	(3.874.818)
Transferências e abates	(18.783.003)	(49.569.238)	(47.686)	(68.399.930)
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	587.371.701	61.726.600	1.840.434	650.938.732
Valor líquido				
A 31 de dezembro de 2022	926.188.097	11.128.953	7.749.343	945.066.393
A 31 de dezembro de 2023	1.024.613.175	73.532.781	9.996.996	1.108.142.955

Os aumentos em 2023 estão relacionados com o volume de aberturas de lojas, um novo entreposto e renovação da frota de transportes de mercadorias.

Na demonstração de resultados consolidados foram reconhecidos 124 milhões de euros relativos a amortizações do exercício (104 milhões de euros em 2022) e 79 milhões de euros de juros relativos à atualização da dívida (69,5 milhões de euros em 2022) (Notas 2.6 e 6.5).

As responsabilidades relativas aos ativos sob direito de uso estão registadas nas rubricas de passivo de locação não corrente e corrente no valor de respetivamente 1.181 milhões de euros e 110 milhões de euros (1.038 milhões de euros e 71,5 milhões de euros a 31 de dezembro de 2022).

O plano de reembolso previsto para os passivos de locação, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisado como segue:

	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Capital	Juros	Passivo atualizado	Capital	Juros	Passivo atualizado
N+1	186.659.341	77.072.795	109.586.546	139.841.684	68.313.201	71.528.483
N+2	182.225.270	70.897.220	111.328.050	134.339.475	64.101.477	70.237.998
N+3	151.758.411	65.068.183	86.690.228	131.311.676	59.717.867	71.593.809
N+4	145.501.195	59.694.233	85.806.962	129.084.763	55.143.011	73.941.752
N+5	141.508.294	54.123.141	87.385.153	124.120.039	50.424.982	73.695.057
Após N+5	1.078.861.471	269.000.919	809.860.552	1.003.030.837	254.492.819	748.538.018
	1.886.513.982	595.856.490	1.290.657.492	1.661.728.474	552.193.357	1.109.535.117

4. Fundo de manei

4.1. Inventários

Política contabilística

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor das receitas comerciais e dos descontos de quantidade concedidos por fornecedores, ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em “Custo das vendas”, bem como as reversões de imparidade. O inventário é desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo MC, sendo o seu valor contabilístico desreconhecido por contrapartida de “Outros gastos”.

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores, tem como base a prestação de serviços em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade, etc...) ou a comparticipação de campanhas promocionais de produtos

de fornecedores. Estes montantes afetam o valor dos inventários de mercadorias e são deduzidos a rubrica de “Custo vendas”, na medida em que as respetivas mercadorias são vendidas.

As receitas comerciais são formalizadas contratualmente, com a identificação das datas da prestação do serviço ou da campanha promocional e do valor acordado, estando o seu reconhecimento dependente do cumprimento de obrigações de desempenho. Os contratos de receitas comerciais dão origem a emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em pagamentos futuros de faturas ou através da cobrança direta.

Os valores que ainda não tenham sido objeto de débito, atentos as condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em “Outros ativos correntes”.

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ascendem a 4.679.455.811 euros e 4.208.686.664 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Inventários iniciais	463.636.334	396.096.072
Compras	4.761.144.057	4.307.078.073
Regularizações de inventários	(33.968.119)	(30.413.427)
Inventários finais	511.451.353	463.636.334
	4.679.360.918	4.209.124.384
Ajustamentos em inventários	94.894	(437.720)
	4.679.455.811	4.208.686.664

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	3.303.583	3.997.341
Mercadorias	508.147.771	459.638.993
	511.451.353	463.636.334
Ajustamentos acumulados em inventários	(8.567.229)	(8.252.310)
	502.884.124	455.384.024

Em 31 de dezembro 2023 e 2022 a rubrica de “Regularizações de inventários” refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social.

4.2. Clientes

Política contabilística

A política contabilística relativa a clientes está descrita na Nota 5.

Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas por imparidade são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada, cujo cálculo resulta da aplicação de perdas esperadas baseadas nos recebimentos no âmbito das vendas e prestações de serviços e das perdas de crédito históricas. Consideramos ainda que existem montantes para os quais não existe risco de crédito e como tal a perda de crédito esperada é nula, nomeadamente saldos com cartas de crédito, cauções, seguros de crédito e saldos com entidades relacionadas. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

A rubrica de “Clientes correntes” inclui 16.344.201 euros (19.086.730 euros em 31 de dezembro de 2022), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas (Nota 8).

	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Taxa de crédito esperada	Clientes	Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	Taxa de crédito esperada	Clientes	Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber
Não vencido	0%–0,23%	21.838.651	–	0%–0,23%	25.706.992	–
Vencido a:						
0–30 dias	0%–0,23%	26.671.890	321.345	0%–0,34%	23.919.628	503.374
30–90 dias	0%–0,54%	16.841.010	220.941	0%–1,71%	8.880.359	151.854
90–180 dias	0%–3,22%	2.115.294	71.043	0%–5,92%	1.766.311	104.566
180–360 dias	0%–100%	397.425	397.425	0%–100%	343.260	343.260
+ 360 dias	0%–100%	1.403.380	1.403.380	0%–100%	1.428.168	1.428.168
Total		47.428.999	2.414.135		36.337.726	2.531.222
		69.267.650	2.414.135		62.044.718	2.531.222

O detalhe dos “Clientes” em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Clientes correntes	66.841.398	59.508.262
Clientes de cobrança duvidosa	2.426.252	2.536.456
	69.267.650	62.044.718
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 7.1)	(2.414.135)	(2.531.222)
	66.853.515	59.513.496

4.3. Outras dívidas de terceiros

Política contabilística

A política contabilística relativa a outras dívidas de terceiros está descrita na Nota 5.

Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas por imparidade relativas a outras dívidas são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada considerando a não existência de risco de crédito para saldos com entidades públicas, cauções, subsídios e entidades relacionadas, e como tal a perda esperada é considerada nula. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Empréstimos concedidos e outras contas a receber de empresas relacionadas	254.070	254.070
Outros Devedores		
Fornecedores c/c – saldos devedores	32.650.993	33.676.023
Contratos de derivados associados a atividades comerciais	3.281.348	18.242.079
Vales e cheques oferta	5.831.531	18.706.120
Contas a receber resultantes de campanhas promocionais desenvolvidas com parceiros	9.473.607	7.423.059
Alienação de ativos fixos tangíveis	190.435	145.894
Outros empréstimos concedidos	8.498.000	–
Outros ativos correntes	35.912.576	15.258.818
	95.838.490	93.451.992
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 7.1)	(1.240.976)	(1.966.501)
Total de outros devedores	94.597.514	91.485.491
Total de instrumentos financeiros (Nota 5)	94.851.584	91.739.561
IVA de imóveis e de descontos de talões	156.859	156.859
Adiantamentos fornecedores de ativos tangíveis	3.374.856	1.647.698
Outros ativos correntes	3.531.715	1.804.557
	98.383.299	93.544.118

O montante na linha de “Outros empréstimos concedidos” é com a MCCare e está refletido o passivo correspondente em “Ativos e passivos não correntes detidos para venda” (Nota 3.6).

A 31 de dezembro de 2023, o valor de “Fornecedores c/c – saldos devedores” estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos de compras futuras.

4.4. Outros ativos correntes

Política contábilística

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores, tem como base a prestação de serviços em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade, etc...) ou a comparticipação de campanhas promocionais de produtos de fornecedores. Estes montantes afetam o valor dos inventários de mercadorias e são deduzidos a rubrica de “Custo das vendas”, na medida em que as respetivas mercadorias são vendidas. As receitas comerciais são formalizadas contratualmente, com a identificação das datas da prestação

do serviço ou da campanha promocional e do valor acordado, estando o seu reconhecimento dependente do cumprimento de obrigações de desempenho. Os contratos de receitas comerciais dão origem a emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em pagamentos futuros de faturas ou através da cobrança direta. Os valores que ainda não tenham sido objeto de debito, atentos as condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em “Outros ativos correntes”.

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Receitas comerciais	12.546.327	17.226.622
Seguros	5.237.796	4.534.257
Licenças software	3.945.849	3.042.268
Custos diferidos – Rendas	880.069	829.399
Juros a receber	512.719	235.724
Outros ativos correntes	13.298.858	17.686.558
	36.421.618	43.554.828

A rubrica de “Receitas comerciais” diz respeito, essencialmente, a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, comparticipadas pelos parceiros da MC reconhecidas em “Custo das vendas”.

4.5. Outros ativos não correntes

O detalhe dos “Outros ativos não correntes” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Outros devedores		
Contratos de derivativos associados a atividades comerciais (Nota 5.2)	9.347.050	14.011.577
Cauções	1.869.866	1.792.442
Valores a receber relativos a sublocações	4.168.340	4.212.766
Depósitos judiciais	424.671	419.673
Regime especial de regulariz. dívidas ao fisco	2.717.251	2.717.279
Valor a receber relativo a impostos diferidos IFRS 16	35.464.014	–
Outros	–	55.223
	53.991.192	23.208.960

No exercício de 2023 e para efeitos de IRC, procedemos a reavaliação dos efeitos fiscais da contabilização da IFRS 16, desde o exercício de 2019, e passamos a entender:

Deixar de dar relevância fiscal às rendas de locação pagas pelos locatários em substituição dos efeitos contabilísticos da IFRS 16, que eram então anulados para efeitos fiscais;

Passar a dar relevância fiscal aos ajustamentos contabilísticos da IFRS 16, desde 2019 (incluindo o efeito da variação patrimonial registada na transição), assumindo os seguintes procedimentos:

- A vida útil considerada para efeitos de amortizações fiscais sobre o direito de uso será a que corresponder à vida útil do ativo subjacente ou, se menor, ao prazo da locação;
- O valor das depreciações a considerar para efeitos fiscais sobre direitos de uso cujo ativo subjacente sejam viaturas ligeiras de passageiros ou mistas deve ter em conta os limites fixados na Portaria 467/201 de 7 de Julho.

Como tal, procederemos à substituição das declarações periódicas de rendimentos para efeitos de IRC, de exercícios anteriores a 2023, tendo em conta os valores apurados de acordo com o supra exposto.

A referida reavaliação originou o desreconhecimento dos ativos por impostos diferidos e dos passivos por impostos diferidos relativos aos efeitos fiscais da contabilização da IFRS 16, no valor de respetivamente 271.190.538 euros e 235.726.624 euros, e o reconhecimento de 35.464.014 euros de ativos a receber da sociedade dominante ao nível da demonstração consolidada da posição financeira a 31 de dezembro de 2023, não tendo tido qualquer impacto no resultado líquido consolidado.

Os valores relativos a depósitos judiciais referem-se a depósitos efetuados por uma subsidiária brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica “Outras dívidas a terceiros”. Estes valores não apresentam maturidade definida.

O Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à MC, razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados (Nota 7).

4.6. Outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Credores por aquisição de investimentos financeiros	1.000.000	1.000.000
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	42.500	95.021
Contratos de derivativos associados a atividades comerciais (Nota 5.2)	7.634.006	–
Outras dívidas a terceiros não correntes	441.061	382.455
Total de instrumentos financeiros (Nota 5.3)	9.117.567	1.477.476
Responsabilidades por pagamentos em ações (Nota 2.3.2)	2.415.646	2.947.619
Encargos assumidos na alienação de imóveis	11.556.077	15.220.698
Outros acréscimos e diferimentos	40.955	90.113
Outros passivos não correntes	23.130.245	19.735.905

O valor incluído na rubrica “Encargos assumidos na alienação de imóveis” é relativo às despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, que no caso dos *Sale & Leaseback* estes valores foram pagos no momento da transação e a MC assumiu a responsabilidade futura.

4.7. Fornecedores

Política contábilística

A política contábilística relativa a fornecedores está descrita na Nota 5.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Fornecedores conta corrente	795.904.964	833.179.227
Fornecedores, faturas em recepção e conferência	80.362.431	63.671.272
	876.267.395	896.850.499

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da MC. A MC entende que o valor contábilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

A MC mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de manuseio, mediante a confirmação pela MC da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contábilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

4.8. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Gastos com o pessoal	154.181.402	126.570.925
Licenças de acesso a software	23.281.189	9.660.023
Outros fornecimentos e serviços externos	38.691.185	31.519.056
Publicidade e propaganda	19.105.965	11.112.377
Passivos de locação	4.207.116	3.893.818
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	1.586.935	1.567.549
Encargos assumidos na alienação de imóveis	737.621	878.847
Rendas fixas debitadas antecipadamente	8.969.818	3.932.571
Responsabilidades por pagamentos baseados em ações (Nota 2.3.2)	3.752.262	3.760.963
Encargos financeiros a liquidar	3.712.190	3.585.225
Contratos de derivados associados a atividades comerciais (Nota 5.2)	1.263.371	1.743.200
Outros	9.661.429	5.425.444
	269.150.483	203.649.998

Esta rubrica inclui essencialmente Acréscimo de gastos incorridos no ano a liquidar no ano seguinte.

4.9. Outras dívidas a terceiros

Política contabilística

A política contabilística relativa a outras dívidas a terceiros está descrita na Nota 5.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	88.373.549	73.923.156
Outras dívidas	43.362.422	27.486.714
	131.735.971	101.409.870
Empresas participadas e participantes	–	–
	131.735.971	101.409.870

A rubrica “Outras dívidas” inclui:

- 15.687.127 euros (13.879.297 euros em 31 de dezembro de 2022) relativos a descontos atribuídos, no âmbito “Cartão Cliente”, ainda não rebatidos;
- 7.722.215 euros (2.180.689 euros em 31 de dezembro de 2022) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente *vouchers*, cheques de oferta e talões de desconto.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos tangíveis e não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

4.10. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Valores devedores		
Imposto sobre o valor acrescentado	621.604	2.291.914
Contribuições para a Segurança Social	–	1.251
Outros Impostos	1.027.925	924.166
	1.649.529	3.217.331
Valores credores		
Imposto sobre o valor acrescentado	71.768.214	64.288.786
Retenção na fonte – IRS trabalho dependente	7.795.075	4.494.797
Contribuições para a Segurança Social	14.883.519	13.261.875
Outros Impostos	94.730	136.717
	94.541.538	82.182.175

4.11. Imposto sobre o rendimento

Política contabilística

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

A MC encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), do qual a Sonae, SGPS, S.A. é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2014. Os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são incluídos nas rubricas da demonstração da posição financeira “Imposto sobre o rendimento”.

Os prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas dentro do Grupo são parcialmente compensados pela entidade dominante do Grupo. Relativamente aos prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas não compensados no exercício, serão compensados à medida que o Grupo recupere, tendo em conta os lucros tributáveis futuros do Grupo, ficando

Julgamentos e estimativas relevantes

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de apuramento de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com:

- o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou
- o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

o montante por compensar registado no Ativo não corrente numa conta a receber do Grupo.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo MC.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da MC sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da MC, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do Grupo MC, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a MC trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma Provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente

acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo MC às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo MC seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

O detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento com entidade participante	29.953.995	25.232.011
Imposto corrente	15.192.987	14.882.313
Imposto diferido	14.761.008	10.349.698
Imposto sobre o rendimento	17.609.353	17.981.181
	47.563.348	43.213.192
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento com entidade participante	38.645.855	27.220.770
Imposto corrente	29.408.843	16.810.099
Imposto diferido	9.237.012	10.410.671
Imposto sobre o rendimento	2.256.713	5.627.535
	40.902.568	32.848.305

Em 31 de dezembro de 2023 nos valores devedores da rubrica “Imposto sobre o rendimento com entidade participante” estão incluídos:

- 26,5 milhões de euros (14,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) de valor a pagar à Sonae SGPS, S.A. resultante da inclusão das empresas do Grupo MC no consolidado fiscal, do qual a Sonae SGPS, S.A. é a empresa mãe.
- 3,5 milhões de euros (10,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) de valor a pagar às empresas do consolidado fiscal em Espanha, do qual a Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A. é a empresa mãe.

Em 31 de dezembro de 2023 nos valores credores da rubrica “Imposto sobre o rendimento com entidade participante” estão incluídos:

- 29,1 milhões de euros (11,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) de valor a pagar à Sonae SGPS, S.A. resultante da inclusão das empresas do Grupo MC no consolidado fiscal, do qual a Sonae SGPS, S.A. é a empresa mãe.
- 9,2 milhões de euros (15,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) de valor a pagar às empresas do consolidado fiscal em Espanha, do qual a Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A. é a empresa mãe.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Imposto corrente	36,583,665	25,006,504
Imposto diferido (Nota 4.11.1)	8,148,268	907,240
	44,731,933	25,913,744

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser analisada como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Resultado antes de impostos	220.177.411	208.847.400
Taxa teórica de 21%	46.237.256	43.857.954
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(2.579.931)	(6.657.762)
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas e outras	(1.258)	(96.039)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 3.2)	(424.498)	(398.540)
Provisões, perdas por imparidade e reversões não aceites fiscalmente	(2.334.889)	–
Prejuízos fiscais gerados e utilizados no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	(605.605)	(25.172)
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	5.816.778	5.816.680
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	(438.917)	(14.863.915)
Donativos não previstos ou para além dos limites legais	183.022	602.501
Benefícios fiscais	(4.638.452)	(6.791.324)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	(520.166)	(120.554)
Tributação autónoma	1.345.130	1.397.726
Derrama	3.617.774	3.162.073
Outros	(924.310)	30.117
Imposto sobre o rendimento	44.731.933	25.913.744

4.11.1. Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	5.238.973	4.770.933	18.486.541	18.549.894
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	4.473	6.397	98.248.746	91.360.924
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	8.943.888	11.777.312	–	–
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	1.962.610	630.272	3.032.757	7.806.093
Amortização de goodwill para efeitos fiscais em Espanha	–	–	51.186.781	45.370.003
Prejuízos fiscais reportáveis	16.303.319	17.856.816	–	–
Ativos sob direito de uso	18.982.675	250.541.399	17.211.098	216.821.700
Benefícios fiscais	21.537.313	19.000.703	4.113.283	2.705.283
Outros	4.330.876	2.508.202	256.488	565.796
	77.304.129	307.092.034	192.535.694	383.179.693

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Saldo inicial	307.092.034	282.653.191	383.179.693	361.624.611
Efeito em resultados (Nota 4.1):				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	468.041	434.728	(63.354)	(222.640)
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	(1.924)	(13.066)	7.045.104	7.634.949
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	(2.770.407)	(1.008.179)	–	–
Reavaliações de ativos tangíveis reintegráveis	–	–	(253.253)	(54.617)
Constituição / (Reversão) líquida de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	33.910.517	2.405.965	–	–
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	–	–	5.816.778	5.816.680
Mais / menos valias reinvestidas	–	–	(41.073)	(37.290)
Ativos sob direito de uso	(230.464.393)	7.087.329	(200.366.325)	2.891.572
Benefícios fiscais	2.932.970	8.460.672	1.408.000	2.705.283
Outros	(586.846)	484.177	(1.909.651)	24.929
	(196.512.042)	17.851.626	(188.363.774)	18.758.866
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	1.093.820	612.355	(3.035.948)	2.796.216
	1.093.820	612.355	(3.035.948)	2.796.216
Constituição de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais do Consolidado Fiscal de Espanha	–	5.974.862	–	–
Ativos e passivos não correntes detidos para venda	1.094.331	–	755.723	–
Reclassificação prejuízos fiscais reportáveis	(35.464.014)	–	–	–
Saldo final	77.304.129	307.092.034	192.535.694	383.179.693

Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspectiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

As empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, utilizam para o efeito as taxas de câmbio naquelas datas, conforme quadro infra:

		31 dez 2023		31 dez 2022	
		Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos
Sem limite de data de utilização					
	Espanha	60.798.866	15.199.716	66.428.672	16.607.168
Gerados em 2014	Portugal	18.326	3.849	18.326	3.849
Gerados em 2015	Portugal	69.903	14.679	69.903	14.679
Gerados em 2016	Portugal	243.591	51.154	243.591	51.154
Gerados em 2017	Portugal	335.279	70.408	335.279	70.408
Gerados em 2018	Portugal	236.656	49.698	263.142	55.260
Gerados em 2020	Portugal	1.954.862	410.521	1.954.862	410.521
Gerados em 2021	Portugal	2.368.627	503.294	2.339.089	491.209
Gerados em 2022	Portugal	–	–	726.519	152.568
		66.026.110	16.303.319	72.379.383	17.856.816

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Supremo Tribunal espanhol decidiu a favor da MC a dedução da amortização do *goodwill* para efeitos fiscais, referente ao ano de 2008. No exercício de 2018 o Grupo procedeu ao reconhecimento de 17,5 milhões de euros em passivos por impostos diferidos relativos à dedução fiscal da amortização do *goodwill* dos exercícios de 2008, 2016 e 2017. Nos exercícios de 2018 e seguintes procedeu-se ao reconhecimento de 5,8 milhões de euros por exercício.

tributárias que se revertem no mesmo período e considerando o limite de compensação existente por lei nos casos aplicáveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da MC, periodicamente revistos e atualizados.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2023 um valor de 15,2 milhões de euros (16,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores do Grupo Fiscal espanhol e que podem ser recuperados por este em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A., em Espanha, era em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a entidade representante do Grupo Fiscal em Espanha, cuja entidade dominante é a Sonae SGPS, S.A.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como das restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 5 anos.

Os pressupostos utilizados nos planos de negócios das empresas do retalho e das outras empresas em Espanha, incluídas no referido Grupo Fiscal, têm por base essencialmente uma taxa composta de crescimento de vendas nos 5 anos de 3,7% (3,8% em 2022).

Apesar dos referidos prejuízos fiscais não apresentarem caducidade, a análise da sua recuperabilidade limitou-se ao prazo de 5 anos, considerando ainda os passivos por impostos diferidos reconhecidos.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, no prazo de projeção e que os que foram revertidos nos últimos anos, serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 5 anos da projeção.

Em 31 de dezembro de 2023, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 380,4 milhões de euros (93,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização do *goodwill* gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe seria favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Sucursal, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Idêntico procedimento foi adotado em 2014 relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2009.

Em 2014, as autoridades tributárias espanholas concluíram a inspeção sobre o grupo fiscal em Espanha, aos exercícios de 2008 a 2011, tendo efetuado uma correção sobre os prejuízos fiscais reportáveis relativamente à amortização do *goodwill* e encargos financeiros deduzidos nesses exercícios, relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, S.A.. A Sucursal apresentou recurso dessa correção perante o Tribunal Económico-Administrativo Central em Espanha. Adicionalmente foi efetuada a correção das declarações fiscais de 2012 a 2015. Durante 2018, decorrente da decisão desfavorável do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid, foi interposto recurso à Audiência Nacional em Espanha.

Em 2015 e em 2016, a decisão da Audiência Nacional em Espanha relativamente à redução dos prejuízos fiscais decorrentes da amortização fiscal do *goodwill* efetuada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, foi contrária às pretensões do Grupo, e apesar da Sucursal ter apresentado recurso perante o Tribunal Supremo, o Grupo por uma questão de prudência anulou os ativos por impostos diferidos de 2008 a 2011, reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas, no valor de 36 milhões de euros, e os passivos por impostos diferidos correspondentes à amortização do *goodwill* para efeitos fiscais, no valor de 18,6 milhões de euros.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Tribunal Supremo deu parecer positivo às pretensões da Sucursal relativamente à dedução da amortização do *goodwill* para efeitos fiscais, com referência ao exercício de 2008, tendo a Sucursal procedido à correção da declaração fiscal de 2016 e conseqüentemente, considerado tal amortização nas declarações fiscais dos exercícios seguintes. Em consequência, o Grupo procedeu ao reconhecimento do correspondente passivo por imposto diferido relativo aos exercícios de 2008, 2016 e seguintes.

Durante o exercício de 2022, a Audiência Nacional proferiu sentença parcialmente favorável à Sucursal relativa ao procedimento de inspeção dos exercícios de 2008 a 2011, reconhecendo o direito à dedução da amortização do *goodwill* para efeitos fiscais, negando contudo, a dedução dos encargos financeiros relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, S.A.. As autoridades tributárias Espanholas interpuseram recurso de cassação perante o Tribunal Supremo da decisão parcial favorável à Sucursal, tendo sido admitido e do qual aguarda-se decisão.

Tendo em consideração o recurso interposto pelas autoridades fiscais espanholas perante o Tribunal Supremo anteriormente referido, bem como pelo facto da Sucursal ter sido impedida de deduzir para efeitos fiscais a amortização do *goodwill*, relativo aos exercícios de 2012 a 2015, poderá vir a ser reconhecido ao Grupo o direito à dedução para efeitos fiscais da amortização do *goodwill* no montante de 18,6 milhões de euros.

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto
Sem limite de data de utilização				
Brasil	30.580.677	10.397.430	28.756.146	9.777.090
Espanha	341.941.678	85.485.420	56.509.512	14.127.378
Gerados em 2014	112.213	23.565	112.213	23.565
Gerados em 2015	41.183	8.648	41.183	8.648
Gerados em 2016	633.610	133.058	633.610	133.058
Gerados em 2017	1.278.464	268.477	1.278.464	268.477
Gerados em 2018	1.429.325	300.158	1.429.325	300.158
Gerados em 2019	2.681.355	563.085	2.681.355	563.085
Gerados em 2020	460.869	96.782	460.869	96.782
Gerados em 2022	1.171.689	246.624	1.173.849	246.508
Gerados em 2023	73.037	15.338	–	–
	380.404.101	97.538.586	93.076.526	25.544.750

5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Política contabilística

A MC classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 5.3.

Reconhecimento

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo MC se compromete a comprar ou a vender o ativo.

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Grupo MC na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- 1) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

Mensuração

O Grupo MC mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

- 2) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);
 - a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o Grupo MC não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o Grupo MC optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- 3) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.

Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A MC avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, o Grupo MC aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“*on demand*”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A MC desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e o Grupo MC tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo MC apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a MC aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo MC calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

a) Empréstimos concedidos

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade e encontram-se registados na categoria da IFRS 9 — Ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a MC fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 5.3.

Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da MC após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

b) Clientes e outras dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo MC e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos bancários”, “Empréstimos obrigacionistas”, “Outros empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores”, “Outros passivos correntes” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

a) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o Grupo MC adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificados como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

b) Confirming

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de “Fornecedores” até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

c) Instrumentos financeiros derivados

A MC utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de “*funding*”, não sendo utilizados derivados com o objetivo de especulação.

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
- o rácio de cobertura designado pela MC, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os instrumentos derivados utilizados pela MC definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

A MC utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“*forwards*”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “*hedge accounting*”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “*hedge accounting*”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a MC pretende cobrir o risco cambial.

A MC utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa associados ao preço de energia. Estas coberturas tendencialmente configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “*hedge accounting*”. Em algumas situações, podem não configurar relações perfeitas de cobertura pelo que não recebem tratamento de “*hedge accounting*”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações dos preços da energia.

Nessas situações específicas, os instrumentos financeiros poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados na rubrica “Rendimentos e ganhos financeiros” ou “Gastos e perdas financeiras”.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente “*forwards*” cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “*hedge accounting*”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a MC pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

d) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 6.7. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo MC manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

5.1. Gestão de risco financeiro

5.1.1. Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da MC, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da MC decorrentes de tais riscos. A atitude da MC em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando

são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da MC, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

5.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

5.1.2.1. Risco de crédito associado a instrumentos financeiros, aplicações financeiras, derivados e empréstimos a entidades relacionadas

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da MC:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da MC só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de *rating* tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Adicionalmente, no que toca aos montantes considerados na Nota 6.6, caixa e equivalentes de caixa, reforçar que as aplicações efetuadas são sempre por prazos curtos, coincidindo sempre que possível com pagamentos previstos e são definidos limites de exposição máximos a cada uma das contrapartes a fim de evitar concentração significativa de risco de contraparte;

- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições; e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a MC não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas e os desvios reportados ao Conselho de Administração.

Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as

5.1.2.2. Risco de crédito nas atividades comercial e operacional

O risco de crédito é bastante reduzido, considerando que a maioria das transações é a pronto pagamento. Nas restantes, o relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

5.1.3. Risco de liquidez

A MC tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2023, o total da dívida bruta consolidada (excluindo suprimentos e passivos de locação) é de 625 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2022 era de 610,5 milhões de euros).

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da MC têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades,

imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo. O valor bruto contabilístico dos itens classificados como “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” incluído em outras dívidas de terceiros (Notas 4.3) reflete o risco de crédito máximo da Empresa relativamente nesta rubrica, totalizando 8,8 milhões de euros a 31 de dezembro de 2023 (254 milhares de euros a 31 de dezembro de 2022).

O Grupo MC aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. O montante relativo a “Clientes” e “Outras dívidas a terceiros”, representam a máxima exposição da MC ao risco de crédito dos ativos incluídos nessas rubricas.

a MC necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalente de caixa, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações

programadas em datas próximas. Em 2023 a maturidade média da dívida da MC, é de aproximadamente 3.9 anos (2022: 4,6 anos);

- Negociações de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos é apresentada na Nota 6.4, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

5.1.4. Risco de taxa de juro

5.1.4.1. Políticas

A exposição da MC à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

Princípios para contratação de derivados para gerir taxas de juro:

- A atividade de cobertura das empresas da MC não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;

É mantida pela MC uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2023, conforme descrito na Nota 6.4, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2024 é de 49,5 milhões de euros (62,7 milhões de euros com vencimento para 2022) e em 31 de dezembro de 2023 a MC tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 196 milhões de euros (161 milhões de euros em 2022) com compromisso inferior ou igual a um ano e 285 milhões de euros (275 milhões de euros em 2022) com compromisso superior a um ano.

Adicionalmente, a MC possuía em 31 de dezembro de 2023 uma reserva de liquidez constituída por “Caixa e equivalentes de caixa” de 129,8 milhões de euros (201,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) (Nota 6.6).

Face ao anteriormente exposto, apesar do passivo corrente ser superior ao ativo corrente, situação natural pelo facto do negócio ter necessidades de fundo de maneio negativo, a MC espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;

- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de *rating*, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 5.1.2, sendo política da MC privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da MC, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a MC utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevalentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;

5.1.4.2. Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade a alterações de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;

- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA — *International Swaps and Derivatives Association*;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

O objetivo da MC é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da MC permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IFRS 9 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 100 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da MC em 31 de dezembro de 2023 seria inferior em cerca de 3,1 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2022 seria inferior em cerca de 4,2 milhões de euros).

5.1.5. Risco de taxa de câmbio

5.1.5.1. Políticas

A exposição da MC ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de transação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio).

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A MC está maioritariamente exposta ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas maioritariamente em USD.

A MC pretende limitar o risco de exposição a moedas estrangeiras associada a transações operacionais. A diminuição do risco da exposição cambial pode ser obtida, entre outras formas, através da contratação de derivados financeiros que permitem replicar a cobertura natural através de movimentos financeiros, sempre em linha com a política de risco taxa de câmbio existente.

5.1.5.2. Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 os montantes de ativos e passivos (em euros) da MC registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Libra Inglesa	5.408	429	41.400	15.133
Dólar Americano	3.871	4.437.127	3.911.521	4.708.331
Florim Húngaro	140.679	–	–	–
Outras moedas	3.871	1.071	–	–

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (*forwards*) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas da MC, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 5.1.4).

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das subsidiárias ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras.

Dado o caráter de curto prazo da generalidade dos ativos e passivos monetários e a magnitude do seu valor líquido, a exposição ao risco cambial é imaterial, não sendo assim apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

5.1.6. Risco de taxa de preço da energia

A MC é um consumidor de eletricidade nos seus vários negócios e também tem uma participada que compra energia elétrica em mercado organizado (OMIE) e vende a terceiros.

A exposição da MC ao risco de preço de energia está presente ao nível do risco de transação, através de variações no preço de energia relativos aos fluxos de tesouraria futuros. O impacto nas demonstrações financeiras das variações no preço de energia é limitado, considerando o peso que os custos de energia têm no valor das vendas totais.

A MC pretende limitar o risco de exposição ao preço de energia associada a transações operacionais. A diminuição do risco da exposição ao preço de energia pode ser efetuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras ou físicas, nos mercados energéticos a prazo. Os instrumentos financeiros negociados podem incluir acordos bilaterais e futuros para fixação de preços. Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA — *International Swaps and Derivatives Association*.

5.1.7. Risco de capital

A estrutura de capital da MC, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A MC monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

5.2. Instrumentos financeiros derivados

Derivados de taxa de câmbio

A MC utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a MC contratou diversos *forwards* de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 748.564 euros, e no ativo de 617.908 euros (1.743.200 euros no passivo e 1.082.952 euros no ativo, em 31 de dezembro de 2022).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de “Rendimentos e ganhos financeiros ” ou “Gastos e perdas financeiros”.

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de *cash flow* e na linha “Diferenças de câmbio favoráveis/desfavoráveis” nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” ou “Gastos e perdas financeiros”, quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos” ou “Outros rendimentos”.

Derivados de taxa de juro

A 31 de dezembro de 2023, o Grupo MC não possuía nenhum instrumento financeiro derivado sobre taxa de juro.

Derivados de preço de energia

A MC compra energia elétrica em mercado organizado (OMIE), vende a terceiros e é um consumidor de eletricidade nos seus vários negócios.

A gestão do preço da eletricidade pode ser efetuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras ou físicas, nos mercados energéticos a prazo. Os instrumentos financeiros negociados podem incluir acordos bilaterais e futuros para fixação de preços.

O justo valor dos instrumentos derivados de cobertura do preço da energia calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes é no ativo não corrente de 9.347.050 euros e no ativo corrente de 3.154.814 euros (14.011.577 euros no ativo não corrente e 17.750.705 euros no ativo corrente, em 31 de dezembro de 2022) e no passivo não corrente de 7.634.006 euros e no passivo corrente 748.564 (1.743.200 euros em 2022).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago durante a vigência do contrato.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos financeiros” ou “Gastos e perdas financeiros”.

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de *cash flow* e na rubrica “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos” “Outros rendimentos”.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Ativos				Passivos		
	31 dez 2023		31 dez 2022		31 dez 2023		31 dez 2022
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Derivados de cobertura operacionais							
Eletricidade	3.154.814	9.347.050	17.750.705	14.011.577	514.806	7.634.006	–
Taxa de câmbio	126.534	–	491.374	–	748.564	–	1.743.200
	3.281.348	9.347.050	18.242.079	14.011.577	1.263.371	7.634.006	1.743.200

	Ativos				Passivos		
	31 dez 2023		31 dez 2022		31 dez 2023		31 dez 2022
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Derivados de cobertura financeiros							
Taxa de câmbio	–	–	591.578	–	–	–	–
	–	–	591.578	–	–	–	–

5.3. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, as categorias e justo valor dos instrumentos financeiros foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Ativos ao custo amortizado	Ativos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2023						
Ativos não correntes						
Ativos financeiros a justo valor através de resultados	3.4.1	–	–	12,012,441	–	12,012,441
Outros ativos não correntes	4.5	41,926,892	9,347,050	–	2,717,250	53,991,192
		41,926,892	9,347,050	12,012,441	2,717,250	66,003,633
Ativos correntes						
Clientes	4.2	66,853,515	–	–	–	66,853,515
Outras dívidas de terceiros	4.3	91,570,236	3,281,348	–	3,531,715	98,383,299
Outros ativos correntes	4.4	13,059,046	–	–	23,362,572	36,421,618
Caixa e equivalentes de caixa	6.6	129,762,155	–	–	–	129,762,155
		301,244,952	3,281,348	–	26,894,287	331,420,587
		343,171,844	12,628,398	12,012,441	29,611,537	397,424,220

Passivos financeiros	Notas	Passivos ao custo amortizado	Passivos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Passivos registrados ao justo valor através de resultados	Outros passivos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2023						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	6.4	311.092.627	–	–	–	311.092.627
Empréstimos obrigacionistas	6.4	264.051.817	–	–	–	264.051.817
Outros passivos não correntes	4.6	1.544.686	7.534.006	–	14.051.553	23.130.245
		576.689.130	7.534.006	–	14.051.553	598.274.689
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	6.4	9.525.387	–	–	–	9.525.387
Empréstimos obrigacionistas	6.4	40.000.000	–	–	–	40.000.000
Fornecedores	4.7	876.276.395	–	–	–	876.276.395
Outras dívidas a terceiros	4.9	131.735.971	–	–	–	131.735.971
Outros passivos correntes	4.8	173.550.270	1.263.371	–	94.336.842	269.150.483
		1.231.088.023	1.263.371	–	94.336.842	1.326.688.236
		1.807.777.153	8.797.377	–	108.388.395	1.924.962.925

Ativos financeiros	Notas	Ativos ao custo amortizado	Ativos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2022						
Ativos não correntes						
Ativos financeiros a justo valor através de resultados	3.4.1	–	–	12.068.685	–	12.068.685
Outros ativos não correntes	4.5	6.480.104	14.011.577	–	2.717.279	23.208.960
		6.480.104	14.011.577	12.068.685	2.717.279	35.277.645
Ativos correntes						
Clientes	4.2	59.513.496	–	–	–	59.513.496
Outras dívidas de terceiros	4.3	73.497.482	18.242.079	–	1.804.557	93.544.118
Outros investimentos		–	591.578	–	–	591.578
Outros ativos correntes	4.4	17.462.346	–	–	26.092.482	43.554.828
Caixa e equivalentes de caixa	6.6	201.641.542	–	–	–	201.641.542
		352.114.866	18.833.657	–	27.897.039	398.845.562
		358.594.969	32.845.234	12.068.685	30.614.318	434.123.206

Passivos financeiros	Notas	Passivos ao custo amortizado	Passivos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Passivos registrados ao justo valor através de resultados	Outros passivos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2022						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	6.4	323.658.221	–	–	–	323.658.221
Empréstimos obrigacionistas	6.4	224.086.295	–	–	–	224.086.295
Outros passivos não correntes	4.6	1.477.476	–	–	18.258.429	19.735.905
		549.221.992	–	–	18.258.429	567.480.421
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	6.4	62.718.236	–	–	–	62.718.236
Fornecedores	4.7	896.850.499	–	–	–	896.850.499
Outras dívidas a terceiros	4.9	101.409.870	–	–	–	101.409.870
Outros passivos correntes	4.8	65.099.010	1.743.200	–	136.807.788	203.649.998
		1.126.077.615	1.743.200	–	136.807.788	1.264.628.603
		1.675.299.607	1.743.200	–	155.066.217	1.832.109.024

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

De acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor correspondem aos seguintes níveis da hierarquia do justo valor (ver Nota 1.7):

	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Outros ativos não correntes	–	9.347.050	–	–	14.011.577	–
Ativos financeiros a justo valor através de resultados	–	–	12.012.441	–	–	12.068.685
Outras dívidas de terceiros	–	3.281.348	–	–	18.242.079	–
Outros investimentos	–	–	–	–	591.578	–
	–	12.628.398	12.012.441	–	32.845.234	12.068.685
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Outros passivos correntes	–	1.263.371	–	–	1.743.200	–
Outros passivos não correntes	–	7.634.006	–	–	–	–
	–	8.897.377	–	–	1.743.200	–

6. Estrutura de capital

6.1. Capital social

Política contabilística

Ações próprias:

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 5.2), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão cambial:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 1.3.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

Entidade	31 dez 2023	31 dez 2022
Sonae Holdings, S.A.	51,827%	51,827%
Sonae, SGPS, S.A.	10,039%	10,039%
Camoens Investments, SARL	24,990%	24,990%
Sonae Investments, BV	13,144%	13,144%

Em 31 de dezembro de 2023, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas subsidiárias detinham 56,47% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A., que por sua vez detêm, direta e indiretamente 75,01% das restantes entidades que detêm o capital da MC.

6.2. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos “Interesses que não controlam” é o seguinte:

	31 dez 2023				
	Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico	Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam	Dividendos/Rendimentos recebidos
Arenal	99.497.328	13.374.706	39.835.763	5.354.604	–
Tomenider	44.709.628	(870.145)	(7.102.330)	(348.058)	–
Fundo de Investimentos Imobiliário ImosonaeDois	104.487.516	11.928.042	3.875.489	(178.447)	(449.657)
Outros	(7.060.449)	(2.660.633)	(8)	–	–
Total	241.634.023	21.771.970	36.608.914	4.828.099	(449.657)

	31 dez 2022				
	Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico	Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam	Dividendos/Rendimentos recebidos
Elergone	86.185.725	9.948.893	34.506.400	3.983.467	–
Arenal	45.579.773	(349.950)	(6.754.272)	(139.980)	–
Fundo de Investimentos Imobiliário ImosonaeDois	105.740.699	11.861.935	4.564.702	(151.813)	(234.490)
Outros	(4.166.607)	(584.347)	(6)	–	–
Total	233.339.590	20.876.531	32.316.824	3.691.674	(234.490)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos interesses sem controle foi o seguinte:

	31 dez 2023				
	Tomenider	Arenal	Fundo de Investimentos Imobiliário ImosonaeDois	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	(6.754.272)	34.506.400	4.564.702	(6)	32.316.824
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	–
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	–	–	(449.657)	–	(449.657)
Outras variações	–	(25.241)	(61.109)	(2)	(86.352)
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	(348.058)	5.354.604	(178.447)	–	4.828.099
Saldo final em 31 de dezembro	(7.102.330)	39.835.763	3.875.489	(8)	36.608.914

	31 dez 2022				
	Tomenider	Arenal	Fundo de Investimentos Imobiliário ImosonaeDois	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	(6.614.292)	30.492.312	5.027.829	(6)	28.905.843
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	–	–	(234.490)	–	(234.490)
Outras variações	–	30.621	(76.824)	–	(46.203)
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	(139.980)	3.983.467	(151.813)	–	3.691.674
Saldo final em 31 de dezembro	(6.754.272)	34.506.400	4.564.702	(6)	32.316.824

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a informação financeira agregada das subsidiárias com Interesses que não controlam é como segue:

	31 dez 2023				
	Tomenider	Arenal	Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	Outros	Total
Total do ativo não corrente	62.598.808	186.161.612	104.732.342	8.011.689	361.504.451
Total do ativo corrente	1.726.101	84.586.538	2.434.985	3.200.847	91.948.471
Total do passivo não corrente	16.707.505	116.616.932	–	18.173.982	151.498.419
Total do passivo corrente	2.907.776	54.633.890	2.679.811	99.003	60.320.480
Capital próprio	44.709.628	99.497.328	104.487.516	(7.060.449)	241.634.023

	31 dez 2022				
	Tomenider	Arenal	Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	Outros	Total
Total do ativo não corrente	62.465.452	174.965.626	106.246.876	7.830.397	351.508.351
Total do ativo corrente	1.765.379	70.748.263	2.491.053	3.446.621	78.451.316
Total do passivo não corrente	16.707.505	105.623.917	–	15.382.011	137.713.433
Total do passivo corrente	1.943.553	53.904.247	2.997.230	61.614	58.906.644
Capital próprio	45.579.773	86.185.725	105.740.699	(4.166.607)	233.339.590

	31 dez 2023				
	Tomenider	Arenal	Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	Outros	Total
Volume de negócios	–	233.959.283	12.524.377	–	246.483.660
Outros rendimentos operacionais	–	8.551.436	10	–	8.551.446
Gastos operacionais	(218.028)	(219.279.160)	(1.044.550)	(2.725.301)	(223.267.039)
Resultados financeiros	(856.050)	(5.319.999)	(19.836)	64.668	(6.131.217)
Imposto sobre o rendimento	203.933	(4.536.854)	468.041	–	(3.864.880)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas	(870.145)	13.374.706	11.928.042	(2.660.633)	21.771.970
Resultado líquido das Operações descontinuadas	–	–	–	–	–
Outro rendimento integral do exercício	–	–	–	–	–
Total rendimento integral do exercício	(870.145)	13.374.706	11.928.042	(2.660.633)	21.771.970

	31 dez 2022				
	Tomenider	Arenal	Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	Outros	Total
Volume de negócios	–	192.737.238	12.138.500	–	204.875.738
Outros rendimentos operacionais	10	6.255.971	1.248.120	–	7.504.101
Gastos operacionais	(192.193)	(180.866.846)	(1.940.202)	(761.098)	(183.760.339)
Resultados financeiros	(274.417)	(4.812.513)	(19.211)	176.751	(4.929.390)
Imposto sobre o rendimento	116.650	(3.364.957)	434.728	–	(2.813.579)
Resultado líquido consolidado do exercício	(349.950)	9.948.893	11.861.935	(584.347)	20.876.531
Resultado líquido das operações descontinuadas	–	–	–	–	–
Outro rendimento integral do exercício	–	–	–	–	–
Total rendimento integral do exercício	(349.950)	9.948.893	11.861.935	(584.347)	20.876.531

6.3. Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas
Resultados				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	170.617.379	–	179.241.981	–
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	170.617.379	–	179.241.981	–
Numero de ações				
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	–	–	–	–
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Resultado por ação				
Básico	0.170617	–	0.179242	–
Diluído	0.170617	–	0.179242	–

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

6.4. Empréstimos

Empréstimos obtidos

Política contábilística

A política contábilística relativa a empréstimos está descrita na Nota 5.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
MC RETAIL, SGPS, S.A. – papel comercial	–	25.000.000	–	103.131.600
MC RETAIL, SGPS, S.A. – papel comercial ESG-Linked	–	175.000.000	–	100.000.000
Filial da MC 2014/2023	–	–	50.000.000	–
MC Green Loan 2018/2031	6.111.111	42.777.778	6.111.111	48.888.889
Filial da MC Green Loan / 2020/2025	–	55.000.000	–	55.000.000
Filial da MC / 2021/2028	3.333.333	13.333.333	3.333.333	16.666.667
Outros	2.417	–	3.200.884	–
	9.446.861	311.111.111	62.645.328	323.687.156
Descobertos bancários	78.526	–	72.908	–
Custos de montagem de financiamentos	–	(18.484)	–	(28.935)
Empréstimos bancários	9.525.387	311.092.627	62.718.236	323.658.221
Empréstimos por obrigações:				
Obrigações MC ESG-Linked / novembro 2021/2026	–	60.000.000	–	60.000.000
Obrigações MC/ dezembro 2019/2024	–	30.000.000	–	30.000.000
Obrigações MC / abril 2020/2027	–	95.000.000	–	95.000.000
Obrigações MC ESG-Linked/ dezembro 2021/2024	40.000.000	–	–	40.000.000
Obrigações MC ESG-Linked/ março 2023/2026	–	30.000.000	–	–
Obrigações MC ESG-Linked/ março 2023/2028	–	50.000.000	–	–
Custos de montagem de financiamentos	–	(948.183)	–	(913.705)
Empréstimos por obrigações	40.000.000	264.051.817	–	224.086.295
	49.525.387	575.144.444	62.718.236	547.744.516

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2023 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 4,22% (2,29% em 31 de dezembro de 2022). Os empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários estão na sua maioria indexados a taxas variáveis tendo como indexante a Euribor.

O valor nominal dos empréstimos e juros têm as seguintes maturidades:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	49.521.331	26.764.298	62.718.236	14.646.754
N+2	83.444.444	22.205.843	152.576.047	12.788.674
N+3	198.444.444	18.889.382	83.444.444	9.732.022
N+4	201.444.444	7.486.810	138.444.444	8.257.647
N+5	64.444.444	2.383.265	146.444.444	3.871.677
Após	27.370.724	912.608	27.777.777	1.025.609
	624.669.831	78.642.206	611.405.392	50.322.383

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da MC quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2023 existiam operações de financiamento com *covenants* financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, a MC dispunha conforme detalhado na Nota 6.6, “Caixa e equivalentes de caixa”, o valor de 129.762.155 euros (201.568.634 euros em 31 de dezembro de 2022) e ainda linhas de crédito conforme segue:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis (Nota 3.3)	196.000.000	285.000.000	161.000.000	275.000.000
Montantes de linhas contratadas	196.000.000	285.000.000	161.000.000	375.000.000

6.5. Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2023, é como se segue:

	Empréstimos obtidos (Nota 6.4)	Instrumentos financeiros derivados (Nota 5.2)	Passivos de locação (Nota 3.10)
Saldo em 1 de janeiro 2023	610.466.442	(31.102.034)	1.109.535.117
Fluxos de caixa:			
Recebimentos de dívida financeira	1.295.000.000		
Pagamentos de dívida financeira	(1.276.577.890)		(183.385.606)
Descobertos Bancários	5.618		
Atualização da dívida financeira			79.139.566
Aumento/(diminuição) do justo valor		27.371.013	
Gastos de montagem dos financiamentos	(19.969)		
Rendas não pagas			1.130.882
Passivos não correntes detidos para venda			(2.822.019)
Aumento/(diminuição) de contratos de locação (Nota 3.10)			288.686.684
Diferenças de câmbio	(3.053.847)		
Outros	(1.146.465)		(1.627.131)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	624,673,889	(3,731,021)	1,290,657,492

6.6. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábilística

A política contábilística relativa a caixa e equivalentes de caixa está descrita na Nota 5.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Numerário	17.458.339	13.157.859
Depósitos bancários	112.367.712	188.469.645
Aplicações de tesouraria	14.630	14.037
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira (Nota 5)	129.840.682	201.641.542

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de “Empréstimos bancários”.

6.7. Resultados financeiros

Política contábilística

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registrados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

Os “Resultados financeiros” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 têm a seguinte decomposição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(10.879.722)	(5.070.070)
relativos a obrigações não convertíveis	(11.302.231)	(3.019.156)
relativos a locações operacionais (Nota 3.10)	(79.139.566)	(69.475.419)
outros	(83.916)	(185.504)
	(101.405.435)	(77.750.149)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(38.781.201)	(43.997.801)
Diferenças de câmbio desfavoráveis relativas a empréstimos	–	(2.266.035)
Perda com instrumento financeiro derivado (Nota 3.4.1 e 5.2)	(2.183.392)	(9.420.046)
Encargos de emissão de dívida	(2.845.541)	(2.195.348)
Outros	(365.872)	(846.971)
	(145.581.441)	(136.476.350)
Rendimentos e ganhos:		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	3.038.089	316.905
relativos a empréstimos	1.070.472	1.834.115
outros	573.592	49.833
	4.682.153	2.200.853
Diferenças de câmbio favoráveis	38.196.791	44.498.525
Justo valor da parte ineficiente dos derivativos de cobertura (Nota 3.4.1 e 5.2)	–	591.578
Ganhos com instrumento financeiro derivado (Nota 3.4.1 e 5.2)	–	2.313.498
Diferenças de câmbio favoráveis relativas a empréstimos	3.053.847	10.602.432
Outros proveitos e ganhos financeiros	792.566	746.142
	46.725.357	60.953.028
Resultados financeiros	(98.856.084)	(75.523.322)

7. Provisões, compromissos e contingências

7.1. Provisões

Política contabilística

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a MC tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela MC sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	Saldo em 1 de janeiro 2023	Aumentos	Diminuições	Transferências e outros movimentos	Detidos para Venda	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos	769.213	–	–	–	–	769.213
Perdas por imparidade acumuladas em goodwill	21.727.270	–	–	–	–	21.727.270
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	101.703.420	12.754.760	(3.435.397)	(348.092)	(7.600.518)	103.074.173
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	6.023.011	819.833	(1.905.542)	–	(177.069)	4.760.233
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes	2.531.222	332.762	(372.048)	333	(78.134)	2.414.135
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes	1.966.501	115.673	(765.219)	(65.750)	(10.229)	1.240.976
Provisões não correntes	7.557.109	2.121.778	–	404.441	–	10.083.328
Provisões correntes	1.507.728	8.803.636	(116.833)	–	–	10.194.531
	143.785.474	24.948.442	(6.595.039)	(9.068)	(7.865.950)	154.263.859

	Saldo em 1 de janeiro 2022	Aumentos	Diminuições	Transferências e outros movimentos	Detidos para Venda	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos	769.213	–	–	–	–	769.213
Perdas por imparidade acumuladas em goodwill	21.727.270	–	–	–	–	21.727.270
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	99.823.065	7.858.734	(5.978.379)	–	–	101.703.420
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	6.628.282	1.129.112	(1.734.383)	–	–	6.023.011
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes	3.140.846	411.262	(1.020.886)	–	–	2.531.222
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes	2.340.248	99.798	(473.545)	–	–	1.966.501
Provisões não correntes	6.753.035	–	–	804.074	–	7.557.109
Provisões correntes	1.486.604	93.083	(71.959)	–	–	1.507.728
	142.668.563	9.591.989	(9.279.152)	804.074	–	143.785.474

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor de “Aumentos” e “Diminuições” de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Aumentos e diminuições de provisões e de perdas de imparidade na demonstração de resultados	21.198.822	8.562.250
Utilizações e reversões registados em ativos fixos tangíveis e intangíveis	(3.133.589)	(7.525.986)
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(746.136)	(556.296)
Outros	(85.737)	(167.131)
	22.506.872	312.837

A rubrica “Provisões não correntes” inclui o valor de 10.083.328 euros (7.557.109 euros em 31 de dezembro de 2022) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da subsidiária Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. A evolução da provisão entre exercícios está associada à evolução do câmbio do real face ao euro. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor.

Adicionalmente a rubrica “Provisões correntes” inclui 8,6 milhões de euros para fazer face ao Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência.

Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a MCretail SGPS, S.A. (ex — Sonae MC SGPS, S.A.), a Modelo Continente SGPS (Ex Sonae MC) e a Modelo Continente Hipermercados, para efeitos de apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como “Plano EDP Continente”. De referir que o Plano Edp/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português. Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões de euros à Sonae Investimentos e de 6,8 milhões de euros à Modelo Continente. A AdC condenou ainda a MC, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios. As referidas sociedades impugnaram judicialmente a

decisão da AdC. Em 30 de Setembro de 2020, foi proferida sentença que confirmou o entendimento da AdC quanto à ilicitude do comportamento em causa, embora reduzindo os montantes da coima para, respetivamente, 2,52 milhões de euros e 6,12 milhões de euros. As sociedades interpuseram recurso desta sentença para o Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), onde se encontra pendente. A 5 de Abril de 2021 este Tribunal suspendeu a instância e formulou uma dezena de questões prejudiciais ao Tribunal de Justiça da União (TJUE). A 26 de outubro de 2023 o TJUE proferiu o seu acórdão, apresentando os seus esclarecimentos às questões prejudiciais do TRL. Consequentemente, a 20 de fevereiro de 2022, o TRL proferiu o seu acórdão. Com base nos mais recentes desenvolvimentos, as sociedades procederam à provisão do montante total das coimas respetivas, que perfaz um total de 8,6 milhões de euros.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

7.2. Ativos e passivos contingentes

Política contabilística

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Detalham-se de seguida os passivos contingentes a que o Grupo MC está exposto em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Garantias e fianças prestadas

	31 dez 2023	31 dez 2022
Garantias e fianças prestadas:		
por processos fiscais em curso	725.828.073	725.936.275
por processos judiciais em curso	105.088.571	36.392.831
por processos autárquicos em curso	5.979.980	6.152.236
contratuais por bom cumprimento	33.446.976	37.352.200
outras garantias	228.867	228.867

	31 dez 2023	31 dez 2022
Garantias e fianças prestadas a favor de partes relacionadas:		
por processos fiscais em curso	20.566.696	26.622.020

Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA relativos ao período de 2004 a 2013 para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 342,1 milhões de euros (342,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022). Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão;

- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa Sonae MC SGPS, S.A. relativa a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;
- Processo referente a imposto de renda relativo a uma subsidiária no Brasil das unidades de retalho no montante de 12,2 milhões de euros (65,3 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 19,5 milhões de euros (104,6 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

Ativos e passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito dos regimes de regularização de dívidas fiscais ao abrigo dos DL 248-A/2002, DL 151-A/2013 e DL 67/2016 de 03 de novembro, foram efetuados pagamentos de impostos em exercícios anteriores tendo sido canceladas as respetivas garantias. Encontra-se em aberto o montante de cerca de 11,2 milhões de euros, mantendo-se em curso os processos

de impugnação judiciais associados. Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos regimes, o Grupo mantém em curso os respetivos procedimentos judiciais, tendo expectativa que lhe venha a ser dada razão perante as situações em concreto. O valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento foi reconhecido como ativo.

Outros passivos contingentes

Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela subsidiária venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. O montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos 19,4 milhões de euros (18,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2023 a 17,8 milhões de euros (17 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, existem outros processos fiscais com prognóstico de perda possível no valor global de 88,7 milhões de euros (85,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga subsidiária. No decurso do ano de 2022, a WMS deu entrada em Portugal de ação declarativa sob a forma de processo comum contra a MCretail, com vista à declaração de direito a uso de carta de conforto prestada por esta última em 2005 no contexto da venda da operação de retalho no Brasil. Tendo por base a apreciação dos seus advogados, a competente contestação foi apresentada.

Investigação em curso pela Autoridade da Concorrência

Em 2017, a Modelo Continente Hipermercados, S.A. foi sujeita a diligências de busca e apreensão de documentos pela Autoridade da Concorrência (AdC), como parte de uma investigação publicamente relatada pela AdC como envolvendo 21 entidades no setor de retalho de bens de grande consumo (por exemplo, hipermercados, supermercados, *hard-discounts* e seus fornecedores). No contexto de uma investigação a AdC instaurou vários processos de contraordenação. Até 31 de dezembro de 2022

foram emitidas 10 Notas de Ilícitude em 10 desses processos. No decurso do ano de 2020, a AdC proferiu decisões de condenação em dois desses processos tendo fixado à MCH uma “coima de concurso” no valor de 121,9 milhões de euros. No decurso do ano de 2021, a AdC proferiu decisões de condenação em três outros desses processos tendo fixado à MCH uma coima no total desses três de 38,95 milhões de euros. No decurso do ano de 2022, a AdC proferiu decisões de condenação em quatro outros desses processos tendo fixado à MCH uma coima no total desses quatro de 83,7 milhões de euros. No decurso do ano de 2023, a AdC proferiu decisão de condenação em um desses processos tendo fixado à MCH uma coima de 7,7 milhões de euros. As decisões condenatórias podem e foram impugnadas junto do Tribunal de Concorrência, nos devidos prazos legais. Tendo por base a apreciação dos seus advogados e consultores económicos, o Conselho de Administração discorda do entendimento e da decisão da Autoridade da Concorrência, que considera totalmente infundada, pelo que os competentes recursos foram apresentados, não tendo, por este motivo, constituído qualquer provisão. Foram prestadas garantias no valor de 96,2 milhões de euros.

Disputa entre MCH Sucursal e Estado Espanhol

Em face da emissão de liquidações adicionais de Impuesto de Sociedades à MCH Sucursal, enquanto representante do Grupo Fiscal em Espanha de que é entidade dominante a Sonae SGPS, S.A., e tendo em conta que a empresa impugnou estas liquidações e pretende esgotar cabalmente as vias de contestação disponíveis ao abrigo do direito espanhol e comunitário, foi prestada ao Estado Espanhol uma garantia sob a forma de seguro-caução para assegurar o cumprimento desta responsabilidade na eventualidade remota de a mesma vir a ser confirmada pelos Tribunais espanhóis.

Paralelamente, foi estabelecido um acordo firme entre a MCH e a Sonae SGPS, S.A., nos termos do qual esta última, enquanto entidade dominante do Grupo fiscal em Espanha, assumiu integralmente tal responsabilidade, através do compromisso firme de reembolsar à MCH qualquer valor que deva ser pago ao Estado Espanhol relativamente a estas liquidações.

8. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

	Empresa – Mãe		Empreendimentos conjuntos	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Vendas e prestação de serviços	2.870.808	2.753.791	2.530.196	4.256.064
Outros rendimentos	196.207	179.432	356.054	278.809
Custo das vendas	–	–	(398.071.952)	(355.000.917)
Fornecimentos e serviços externos	(5.963.745)	(5.842.128)	(1.453.933)	(1.195.688)
Outros gastos	(308)	(2.988)	(1)	–
Rendimentos e ganhos financeiros	3.802	–	20	–
Gastos e perdas financeiras	(42.735)	(5.261)	(19)	–

	Empresas associadas		Outras partes relacionadas	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Vendas e prestação de serviços	43.823.857	40.452.070	66.504.375	74.502.809
Outros rendimentos	15.426	9.736	10.181.403	13.987.521
Custo das vendas	(37.245)	(9.815)	(24.177.699)	(25.072.341)
Fornecimentos e serviços externos	(5.850)	(5.340)	(23.994.472)	(24.992.882)
Outros gastos	–	–	(500.878)	(601.058)
Rendimentos e ganhos financeiros	–	–	6	–
Gastos e perdas financeiras	–	–	(8.482.148)	(8.394.177)

	Empresa – Mãe		Empreendimentos conjuntos	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Outros ativos não correntes	35.464.014	–	–	–
Clientes	316.992	287.839	248.679	242.981
Outras dívidas de terceiros	488.904	11.527	54.409	108.795
Imposto sobre o rendimento a receber	26.486.186	14.992.149	–	–
Outros ativos correntes	40.352	40.352	237.010	75.766
Fornecedores	(811.442)	(699.300)	(78.407.965)	(82.500.394)
Outras dívidas a terceiros	(13.468)	(9.234)	(20.047)	(7)
Imposto sobre o rendimento a pagar	(29.066.906)	(11.349.387)	–	–
Outros passivos correntes	(1.302.383)	(1.171.584)	(248.420)	(203.961)
Aquisição de ativos fixos tangíveis	1.987	1.715	–	–
Alienação de ativos fixos tangíveis	(22.182)	(40.755)	(4.337)	(268)

	Empresas associadas		Outras partes relacionadas	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Outros ativos não correntes	–	–	4.252	3.841.638
Clientes	8.361.729	9.161.947	7.982.472	9.924.783
Outras dívidas de terceiros	110.969	129.456	8.006.486	21.914.587
Imposto sobre o rendimento a receber	–	–	3.467.809	8.994.086
Outros ativos correntes	109.110	–	1.552.566	2.252.821
Fornecedores	(83.296)	(69.271)	(9.581.279)	(23.821.551)
Outras dívidas a terceiros	–	(5.277)	(5.965.923)	(4.295.321)
Imposto sobre o rendimento a pagar	–	–	(9.286.519)	(15.065.967)
Outros passivos correntes	(1.897)	–	(12.836.123)	(13.805.222)
Aquisição de ativos fixos tangíveis	–	–	1.980.222	2.748.224
Alienação de ativos fixos tangíveis	–	(2.409)	(47.542)	(100.084)
Aquisição de ativos intangíveis	–	–	1.967.278	1.485.721

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da MC, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, tem a seguinte composição:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Conselho de Administração	Direção Estratégica (a)	Conselho de Administração	Direção Estratégica (a)
Benefícios de curto prazo	–	2.082.089	37.177	3.075.920
Benefícios com base em ações	–	2.646.700	–	1.177.300
	–	4.728.789	37.177	4.253.220

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da MC (excluindo os membros do Conselho de Administração da MC).

As remunerações pagas relativas a auditoria, ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., pela MC em 31 de dezembro de 2023 ascenderam a 274.044 euros (249.293 euros em 2022).

Anexo I – Empresas do perímetro de consolidação

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2023		31 dez 2022	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
MCRETAIL, SGPS, S.A.	Matosinhos	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Arenal Perfumarias SLU	a) Lugo (Espanha)	100,00%	60,00%	100,00%	60,00%
Asprela — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Azulino Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BB Food Service, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bertimóvel — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento — Restauração, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brio — Produtos de Agricultura Biológica, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) Canasta — Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a) Maia	-	-	100,00%	100,00%
Chão Verde — Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe — Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	a) Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Continente Hipermercados, S.A.	a) Oeiras	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cumulativa — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Denethor Investments, SLU	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	-	-
Elergone Energias, Lda	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farmácia Selecção, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a) Maia	98,10%	98,10%	98,00%	98,00%
Go Well — Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, S.A.	a) Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
H&W — Mediadora de Seguros, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A.	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Igimo — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iginha — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	a) Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2023		31 dez 2022	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
MC Shared Services, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MCCARE — Serviços de Saúde, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) MContinente, SGPS, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) MCMKTBrands, Lda.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MJLF — Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente International Trade, S.A.	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4) Mundo Note -Papeleria, Livraria e Serviços, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmacontinente — Saúde e Higiene, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmaconcept — Actividades em Saúde, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ponto de Chegada — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Portimão Ativo — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predicomercial — Promoção Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predilugar — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SCBrasil Participações, Ltda	a) São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) Selifa — Empreendimentos Imobiliários de Fafe, S.A.	a) Maia	-	-	100,00%	100,00%
Sempre à Mão — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SIAL Participações, Ltda	a) São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Socijofra — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociloures — Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
So Fish — Atividades Aquícolas e Pesca, Unipessoal Lda.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soflorin, B.V.	a) Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, B.V.	a) Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tomenider SL	a) Lugo (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Valor N, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5) ZU, Produtos e Serviços para Animais, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

* a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detêm a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa.

a) Controlo detido por maioria de votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam.

- 1) Anteriormente designada por ODACREMSO Retalho, S.A.
- 2) Anteriormente designada por Closer Look Design, Lda.
- 3) Canasta Empreendimentos Imobiliários, S.A. e a Selifa Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A. foram fusionadas na IGI Investimentos e Gestão Imobiliária, S.A. com efeitos a 1 de janeiro de 2023.
- 4) Anteriormente designada por AICNEGRU – Papeleria, S.A.
- 5) Anteriormente designada por EANOSZU – Comércio Para Animais, S.A.

Conselho de Administração,

- Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
- Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
- João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores
- João Nonell Günther Amaral
- Jan Reinier Voûte
- Alvaro Sendagorta Cudos
- Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho
- Fernando Peixoto Van Zeller
- Isabel Sofia Bragança Simões Barros
- José Manuel Cardoso Fortunato

Estas empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

Demonstrações financeiras separadas

Demonstração separada dos resultados e do rendimento integral

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	2.3	970.339.928	5.851.999
Outros rendimentos	6.2	3.088.221	1.460.458
Fornecimentos e serviços externos	6.1	(2.281.000)	(2.361.512)
Gastos com o pessoal		(48.553)	(91.593)
Depreciações e amortizações		(1.918)	(1.114)
Provisões e perdas por imparidade	7.2	(2.520.000)	–
Outros gastos		(235.537)	(29.466)
Resultado antes de resultados financeiros, dividendos e impostos		968.341.141	4.828.772
Dividendos obtidos	2.3	312.398.220	139.120.387
Rendimentos e ganhos financeiros	5.5	43.760.825	24.254.324
Gastos e perdas financeiros	5.5	(67.415.302)	(34.599.071)
Resultado antes de impostos		1.257.084.884	133.604.412
Imposto sobre o rendimento	3.5	5.250.243	2.148.903
Resultado líquido do exercício		1.262.335.127	135.753.315
Resultado integral do exercício (líquido de imposto)		1.262.335.127	135.753.315
Resultados por ação (básico e diluído):	5.2	1,2623	0,1358

Demonstração separada da posição financeira

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
ATIVO:			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos intangíveis		3.632	4.210
Investimentos	2.1	2.471.652.518	2.167.048.679
Imposto sobre o rendimento	3.5	2.026.819	2.185.033
Outros ativos não correntes	3.2.2	482.437.731	405.587.753
Total de ativo não corrente		2.956.120.700	2.574.825.675
ATIVOS CORRENTES:			
Outras contas a receber	3.1	971.447.893	309.080.113
Imposto sobre o rendimento	3.5	14.338.887	8.337.004
Outros ativos correntes	3.2.1	31.783.404	8.674.806
Instrumentos financeiros derivados		–	591.578
Caixa e equivalentes de caixa	5.6	27.350.479	102.376.725
Total de ativo corrente		1.044.920.663	429.060.226
TOTAL DO ATIVO		4.001.041.363	3.003.885.901

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	5.1	1.000.000.000	1.000.000.000
Reservas legais	5.1	200.000.000	200.000.000
Reservas e resultados transitados	5.1	37.760.377	116.007.062
Resultado líquido do exercício		1.262.335.127	135.753.315
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		2.500.095.504	1.451.760.377
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	5.3	264.051.817	224.086.295
Financiamento obtido	5.3	242.777.778	252.020.489
Outros passivos não correntes		–	50.021
Total de passivos não correntes		506.829.595	476.156.805
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos obrigacionistas	5.3	40.000.000	–
Financiamento obtido	5.3	6.111.160	6.111.111
Fornecedores		114.898	102.330
Outras contas a pagar	3.3	933.509.369	1.059.449.490
Imposto sobre o rendimento	3.5	2.092.563	2.101.153
Outros passivos correntes	3.4.1	9.768.274	8.204.635
Provisões	7.2	2.520.000	–
Total de passivos correntes		994.116.264	1.075.968.719
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4.001.041.363	3.003.885.901

Demonstrações separadas das alterações no capital próprio

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)	Notas	Capital social	Reservas legais	Reservas livres	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo a 1 de janeiro de 2022		1.000.000.000	198.366.897	197.944.055	162.696.110	1.559.007.062
Total do rendimento integral do exercício		–	–	–	135.753.315	135.753.315
Aplicação do resultado de 2021						
Transferência para reserva legal		–	1.633.103	–	(1.633.103)	–
Distribuição de dividendos e reservas livres		–	–	(81.936.993)	(161.063.007)	(243.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.1	1.000.000.000	200.000.000	116.007.062	135.753.315	1.451.760.377
Saldo em 01 de janeiro de 2023		1.000.000.000	200.000.000	116.007.062	135.753.315	1.451.760.377
Total do rendimento integral do exercício		–	–	–	1.262.335.127	1.262.335.127
Aplicação do resultado de 2022						
Distribuição de dividendos e reservas livres		–	–	(78.246.685)	(135.753.315)	(214.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.1	1.000.000.000	200.000.000	37.760.377	1.262.335.127	2.500.095.504

Demonstrações separadas dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(1.574.413)	(2.476.762)
Pagamentos ao pessoal		(48.021)	(96.926)
Fluxos gerados pelas operações		(1.622.434)	(2.573.688)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(760.229)	1.506.450
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		2.179.933	2.383.624
Fluxos das atividades operacionais (1)		(202.730)	1.316.386
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	2.2	2.260.714.169	32.086
Juros e rendimentos similares		17.479.526	9.558.248
Dividendos	2.3	312.398.220	139.120.388
Empréstimos concedidos		3.281.630.000	3.709.465.367
Outros		18.579	4.406
		5.872.240.494	3.858.180.495
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	2.2	(1.595.146.713)	(17.114.000)
Ativos intangíveis		(1.340)	(5.323)
Empréstimos concedidos		(4.031.135.000)	(3.746.728.935)
		(5.626.283.053)	(3.763.848.258)
Fluxos das atividades de investimento (2)		245.957.441	94.332.237

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	5.4	5.561.274.501	4.575.763.724
		5.561.274.501	4.575.763.724
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(65.185.295)	(17.055.111)
Dividendos		(214.000.000)	(243.000.000)
Empréstimos obtidos	5.4	(5.602.870.212)	(4.446.001.930)
		(5.882.055.507)	(4.706.057.041)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(320.781.006)	(130.293.317)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(75.026.295)	(34.644.694)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		102.376.725	137.021.419
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		27.350.430	102.376.725

MCRetail, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras separadas

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

1.1. Apresentação da empresa

A MCRetail, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “MC”) é uma sociedade anónima, com sede social na Rua João Mendonça n.º 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal, cuja atividade principal é a gestão de participações sociais (nota 2).

A Empresa apresenta, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

1.2. Bases de preparação, estimativas e julgamentos

Bases de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, decorrente do disposto no Parágrafo 3 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” — *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (“IASC”) e respetivas interpretações — IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo IFRS *Interpretation Committee* (“IFRS-IC”) e pelo *Standing Interpretation Committee* (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, o apoio dos seus acionistas, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras separadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas no capítulo “Estimativas e julgamentos” da presente nota.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da

valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 — O justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 — O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 — O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras separadas são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras anexas incluem:

a) Análise de imparidade de investimentos (notas 2 e 7.2);

b) Reconhecimento de provisões e análise aos passivos contingentes (nota 7);

c) Reconhecimento de imparidade ao valor do ativo (notas 3.1 e 3.2);

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8.

Políticas contábilísticas gerais

Divulgação de políticas contábilísticas

De acordo com a revisão da IAS 1, devem ser divulgadas as políticas contábilísticas materiais, sendo esta informação material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação poderá influenciar as decisões que os utentes das demonstrações financeiras tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras. Em particular, são consideradas materiais as alterações a políticas contábilísticas ocorridas num determinado período, as opções relativas a políticas contábilísticas constantes das normas, as políticas relativas a rubricas com julgamentos/estimativas significativas ou ainda as políticas de aplicabilidade complexa.

Saldos e transações em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras da Empresa na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício nas mesmas rubricas onde estão refletidos os réditos e perdas associados com essas transações, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

1.3. Atualização das normas IFRS e seus impactos

1.3.1. Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2023:

• IAS 1 (alteração)

Divulgação de políticas contábilísticas

Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contábilísticas baseadas na definição de “material”, em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contábilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contábilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas.

O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contábilísticas.

• IAS 8 (alteração)

Divulgação de estimativas contábilísticas

Introdução da definição de estimativa contábilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contábilísticas. As estimativas contábilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contábilística.

• IFRS 17 (nova e alteração)

Contratos de seguro

Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro.

No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira.

A IFRS 17 exige que uma entidade mesure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração — ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios — ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável — ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

- **IFRS 17 (alteração)**

‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 — Informação Comparativa’.

Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

- **IAS 12 (alteração)**

‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’.

A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.

As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

- **IAS 12 (alteração)**

‘Reforma da tributação internacional — regras do modelo Pilar Dois’.

Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion (“GloBE”) da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar.

Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor.

Os impactos nas demonstrações financeiras separadas decorrentes destas alterações às IFRS não foram relevantes.

1.3.2. Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia já endossou:

- **IAS 1 (alteração)**

‘Classificação de passivos como não correntes e correntes’ e ‘Passivos não correntes com “covenants”’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024).

Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato.

Também clarificam que os “covenants”, que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a “covenants”, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos “covenants” e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “covenants” nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva.

- **IFRS 16 (alteração)**

‘Passivos de locação em transações de venda e relocação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024).

Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como “vendas” segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Não se espera que os impactos nas demonstrações financeiras separadas decorrentes destas alterações às IFRS sejam relevantes.

1.3.3. Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não aprovadas pela União Europeia

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

• **IAS 7 (alteração) e IFRS 7 (alteração)**

'Acordos de financiamento de fornecedores' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024).

Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020.

• **IAS 21 (alteração)**

'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025).

Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

1.4. Eventos subsequentes

Política contabilística

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2. Investimentos

2.1. Investimentos

Política contabilística

Os investimentos em empresas subsidiárias e associadas são registados, nos termos do estabelecido na IAS 27, pelo seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Empresa tem controlo, i.e., está exposta a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do exercício do seu poder, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Empresa detém o controlo sobre outra entidade.

Associadas correspondem a entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, isto é, tem o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais e financeiras da investida, mas não correspondendo esse poder a controlo ou controlo conjunto sobre as mesmas.

Os dividendos recebidos destes investimentos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos.

A Empresa realiza testes de imparidade aos investimentos em subsidiárias e associadas sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indicem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Imparidade de investimentos

A avaliação de imparidade de investimentos envolve julgamentos e estimativas significativas por parte da Administração, nomeadamente na projeção dos fluxos de caixa dos ativos incluídos nos planos de negócios,

Para além do reconhecimento da imparidade nestes investimentos, a Empresa reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades. As perdas por imparidade são calculadas por comparação entre o valor recuperável do investimento correspondente ao maior entre o justo valor menos custos de vender e o valor de uso e a quantia escriturada das participações financeiras.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. No caso de participadas cujos ativos mais relevantes correspondem a participações em empresas imobiliárias ou a ativos imobiliários, o justo valor das referidas participações é estimado por referência ao valor de mercado dos ativos imobiliários por aquelas detidos.

É entendimento do Conselho de Administração que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos, uma vez que considera a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu, e a diminuição resulta objetivamente de determinado evento ocorrido após o reconhecimento inicial da imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido, caso não tivesse sido registada qualquer perda por imparidade.

taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto dos referidos fluxos de caixa. Os pressupostos utilizados nos testes de imparidade encontram-se refletidos abaixo.

Em 31 de dezembro de 2023 o detalhe dos investimentos da Empresa era o seguinte:

Empresas	% detenção	31 dez 2023					(Imparidade) / reversão reconhecida no exercício	Valor da demonstração da posição financeira
		Custo de aquisição						
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Cisão-Fusão	Saldo final		
MContinente, SGPS, S.A.	100%	50.000	1.449.950.000 a). b)	–	–	1.450.000.000	–	1.450.000.000
IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A.	100%	369.363.564	111.500.000 a)	–	–	480.863.564	–	480.863.564
Sonvecap, B.V.	100%	155.573.113	–	–	–	155.573.113	–	155.573.113
Marcas MC, zRT	100%	146.943.000	–	–	–	146.943.000	–	146.943.000
MC Shared Services, S.A.	100%	62.032.319	20.600.000 a)	–	–	82.632.319	–	82.632.319
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, S.A.	100%	54.082.875	6.000.000 a)	–	–	60.082.875	–	60.082.875
Mundo Note – Papelaria, Livraria e Serviços, S.A.	100%	50.000	–	–	32.027.250 g)	32.077.250	–	32.077.250
MCMKT Brands, Lda	5,39%	–	–	–	16.507.898 g)	16.507.898	–	16.507.898
Farmácia Seleção, S.A.	100%	11.140.377	–	–	–	11.140.377	273.786	11.414.163
Elergone Energias, S.A.	100%	6.663.062	4.127.446 a). c)	(98.480) e)	–	10.692.028	–	10.692.028
ZU Produtos e Serviços para Animais, S.A.	100%	50.000	–	–	8.795.011 g)	8.845.011	–	8.845.011
Go Well – Promoção de Eventos, Caterings e Consultoria, S.A.	100%	4.113.657	2.650.000 a). d)	(5.989) f)	–	6.757.668	295.052	7.052.720
Soflorin, B.V.	100%	5.742.933	–	–	–	5.742.933	572.950	6.315.883
Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, S.A.	50%	2.340.000	–	–	–	2.340.000	–	2.340.000
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	0,19%	128.686	169.267 c)	–	–	297.953	14.742	312.695
SCBRASIL Participações, Ltda	62,51%	–	–	–	–	–	–	–
Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	–	–	–	–	–	–	–	–
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	–	1.348.775.093	–	(1.291.444.934)	(57.330.159) g)	–	–	–
		2.167.048.679	1.594.996.713	(1.291.549.403)	–	2.470.495.989	1.156.530	2.471.652.518

Nota: O Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois é detido em 95,22% pela Sonvecap BV (detida a 100%), daí a sua classificação como Investimento e não como "Ativo financeiro a justo valor através de resultados"

a) Aumentos de capital;
b) Prestações acessórias;
c) Aquisição ações Elergone;
d) Cobertura de prejuízos;
e) Alienação quotas Elergone;
f) Acerto de preço Go Well;

g) Autonomização, por via de cisão, dos negócios NOTE, ZU e estrutura de marketing e gestão de marcas da esfera da Modelo Continente Hipermercados, S.A. para as sociedades Mundo Note, S.A., ZU Produtos e Serviços para Animais, S.A. e MCMKT Brands, Lda, respetivamente.
Desta operação resultou o reforço da participação na Mundo Note, S.A., ZU Produtos e Serviços para Animais, S.A. e uma participação de 5,39% na MCMKT Brands, Lda.

Em 31 de dezembro de 2022 o detalhe dos investimentos da Empresa era o seguinte:

31 dez 2022							
Empresas	% de detenção	Custo de aquisição				(Imparidade) / reversão reconhecida no exercício	Valor da demonstração da posição financeira
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final		
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	100%	1.344.775.093	4.000.000 a)	–	1.348.775.093	–	1.348.775.093
IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A.	100%	359.363.564	10.000.000 a)	–	369.363.564	–	369.363.564
Sonvecap, B.V.	100%	155.573.113	–	–	155.573.113	–	155.573.113
Marcas MC, zRT	100%	146.943.000	–	–	146.943.000	–	146.943.000
MC Shared Services, S.A.	100%	62.032.319	–	–	62.032.319	–	62.032.319
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, S.A.	100%	54.082.875	–	–	54.082.875	–	54.082.875
Farmácia Seleção, S.A.	100%	10.080.000	–	–	10.080.000	1.060.377	11.140.377
Elergone Energias, S.A.	100%	4.663.062	2.000.000 a)	–	6.663.062	–	6.663.062
Soflorin, B.V.	100%	–	–	–	–	5.742.933	5.742.933
Go Well – Promoção de Eventos, Caterings e Consultoria, S.A.	100%	2.999.657	1.114.000 a)	–	4.113.657	–	4.113.657
Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, S.A.	50%	2.340.000	–	–	2.340.000	–	2.340.000
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	0,09%	128.686	–	–	128.686	–	128.686
MContinente, SGPS, S.A.	100%	–	50.000 b)	–	50.000	–	50.000
ZU Produtos e Serviços para Animais, S.A.	100%	–	50.000 b)	–	50.000	–	50.000
Mundo Note – Papelaria, Livraria e Serviços, S.A.	100%	–	50.000 b)	–	50.000	–	50.000
SCBRASIL Participações, Ltda	62,51%	–	–	–	–	–	–
Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	100%	–	–	–	–	–	–
Brio – Produtos de Agricultura Biológica, S.A.	--	988.003	–	(988.003) c)	–	–	–
		2.143.969.371	17.264.000	(988.003)	2.160.245.368	6.803.310	2.167.048.679

Nota: O Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois é detido em 95,22% pela Sonvecap BV (detida a 100%), daí a sua classificação como Investimento e não como "Ativo financeiro a justo valor através de resultados"

a) Aumentos de capital;
b) Constituição de sociedade;
c) Alienação da participação de 0,004% na Brio – Produtos de Agricultura Biológica, S.A..

Os principais indicadores financeiros disponíveis das entidades nas quais a Empresa detinha participações em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são como seguem:

31 dez 2023						
Empresas	% de detenção	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Rédito	Resultado líquido do exercício
a) MContinente, SGPS, S.A.	100%	2.261.253.716	813.763.022	1.447.490.694	–	(2.509.306)
a) IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A.	100%	767.068.321	390.233.062	376.835.259	23.294.123	12.021.703
a) Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	0,19%	165.878.735	2.679.811	163.198.924	12.524.377	11.139.757
a) Sonvecap, B.V.	100%	164.408.519	157.580	164.250.939	–	8.751.525
a) Marcas MC, zRT	100%	151.387.949	9.510.451	141.877.498	83.860.215	73.408.784
a) MC Shared Services, S.A.	100%	143.022.307	77.473.157	65.549.150	110.099.735	6.782.771
a) Pharmacontinente – Saúde e Higiene, S.A.	100%	115.399.876	100.699.981	14.699.895	295.123.580	(17.794.896)
a) Soflorin, B.V.	100%	78.202.312	71.886.429	6.315.883	–	569.562
a) Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, S.A.	50%	77.059.862	70.704.637	6.355.225	408.035.151	1.344.615
a) MCMKT Brands, Lda	5,39%	44.340.276	26.935.728	17.404.548	64.897.101	5.210.275
a) Mundo Note – Papelaria, Livraria e Serviços, S.A.	100%	40.771.722	26.037.864	14.733.858	85.984.412	1.098.535
a) Elergone Energias, S.A.	100%	37.610.536	21.991.595	15.618.941	85.852.629	3.628.420
a) ZU Produtos e Serviços para Animais, S.A.	100%	11.836.937	7.851.884	3.985.053	21.092.796	204.384
a) Farmácia Seleção, S.A.	100%	11.415.265	1.102	11.414.163	–	350.596
a) SCBRASIL Participações, Ltda	62,51%	11.199.766	18.155.878	(6.956.113)	–	(3.068.533)
a) Go Well – Promoção de Eventos, Caterings e Consultoria, S.A.	100%	6.119.802	1.782.632	4.337.170	10.189.507	(1.235.972)
b) Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	100%	–	–	–	–	–

a) Contas não auditadas
b) Informação não disponível

31 dez 2022						
Empresas	% de detenção	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Rédito	Resultado líquido do exercício
a) Modelo Continente Hipermercados, S.A.	100%	4.211.543.409	3.423.679.158	787.864.251	5.045.290.752	15.438.307
a) IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A.	100%	790.529.925	495.280.236	295.249.689	22.055.234	7.291.746
a) Marcas MC, zRT	100%	374.783.304	11.462.211	363.321.093	76.944.866	63.079.777
a) Sonvecap, B.V.	100%	159.947.518	36.349	159.911.169	–	4.411.754
a) Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	0,09%	164.856.403	2.997.230	161.859.172	12.138.500	15.066.123
a) Pharmacontinente – Saúde e Higiene, S.A.	100%	128.551.806	98.412.398	30.139.408	261.907.850	9.066.783
a) MC Shared Services, S.A.	100%	160.605.361	83.368.966	83.368.966	89.009.555	7.297.481
a) Soflorin, B.V.	100%	80.752.701	75.006.379	5.746.321	–	109.631
a) Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, S.A.	50%	74.242.201	68.179.418	6.062.782	359.535.205	1.107.555
a) Elergone Energias, S.A.	100%	11.264.874	14.941.715	(3.676.841)	167.625.959	1.049.537
a) SCBRASIL Participações, Ltda	62,51%	11.264.875	37.249.784	25.121.250	–	(578.991)
a) Farmácia Seleção, S.A.	100%	11.065.419	1.852	11.063.567	–	51.311
a) Go Well – Promoção de Eventos, Caterings e Consultoria, S.A.	100%	6.724.062	5.122.119	1.601.943	7.195.016	(1.083.616)
a) ZU Produtos e Serviços para Animais, S.A.	100%	50.000	–	50.000	–	–
a) MContinente, SGPS, S.A.	100%	50.000	–	50.000	–	–
a) Mundo Note – Papelaria, Livraria e Serviços, S.A.	100%	50.000	–	50.000	–	–
b) Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	100%	–	–	–	–	–

a) Contas não auditadas
b) Informação não disponível

A Empresa procede à análise da imparidade dos seus investimentos tomando por base o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados surgir do uso continuado dos ativos, conforme previsto nos planos de negócio, aprovados pelo Conselho de Administração, projetados para um período de 5 anos. Tais montantes são posteriormente alocados às unidades geradoras de caixa por critérios de alocação definidos pelo Grupo.

Os principais pressupostos utilizados nos testes de imparidade (para a avaliação dos investimentos detidos pela MC na Modelo Continente Hipermercados, S.A. e Pharmacontinente — Saúde e Higiene, S.A.) foram os seguintes:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Custo médio ponderado do capital	7,9%	8,1%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,5%	1,5%
Taxa composta de crescimento do réditio	0,4% a 6,0%	0,9% a 6,1%

2.2. Recebimentos/pagamentos de investimentos

Os recebimentos e pagamentos de investimentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser analisados como segue:

	31 dec 2023			31 dec 2022		
	Investimento/ (desinvestimento) do exercício	Valor recebido	Valor pago	Investimento/ (desinvestimento) do exercício	Valor recebido	Valor pago
IGI Investimentos e Gestão Imobiliária, S.A.	111.500.000	—	111.500.000	10.000.000	—	10.000.000
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	(1.291.444.934)	2.260.580.788	—	4.000.000	—	4.000.000
Elergone Energias, Lda	4.028.966	127.446	4.127.446	2.000.000	—	2.000.000
Go Well – Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, S.A.	2.644.011	5.735	2.650.000	1.114.000	—	1.114.000
MContinente, SGPS, S.A.	1.449.950.000	—	1.449.950.000	—	—	—
MC Shared Services, S.A.	20.600.000	—	20.600.000	—	—	—
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, S.A.	6.000.000	—	6.000.000	—	—	—
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	169.267	—	169.267	—	—	—
MContinente, SGPS, S.A.	—	—	50.000	—	—	—
ZU Produtos e Serviços para Animais, S.A.	—	—	50.000	—	—	—
Mundo Note – Papelaria, Livraria e Serviços, S.A.	—	—	50.000	—	—	—
Brio – Produtos de Agricultura Biológica, S.A.	—	200	—	—	—	—
APOR – liquidação	—	—	—	—	32.086	—
	303.447.310	2.260.714.169	1.595.146.713	17.114.000	32.086	17.114.000

2.3. Ganhos ou perdas relativas a investimentos

O detalhe da rubrica “Ganhos e perdas relativos a investimentos”, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, era o seguinte:

	31 dec 2023	31 dec 2022
Dividendos:		
Marcas MC, zRT	294.852.379	58.945.509
Sonvecap, B.V.	17.019.755	5.077.560
Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, S.A.	526.086	789.049
MC Shared Services, S.A.	—	32.000.000
IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A.	—	26.976.596
Elergone Energias, S.A.	—	8.131.673
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, S.A.	—	7.200.000
	312.398.220	139.120.387
Rendimentos de investimentos financeiros:		
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	18.579	4.406
	18.579	4.406
Reversão/ (perdas) de imparidade:		
Farmácia Seleção, S.A.	273.786	1.060.377
Go Well – Promoção de Eventos, Caterings e Consultoria, S.A.	295.052	—
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	14.742	—
Soflorin, B.V.	572.950	5.742.933
	1.156.530	6.803.310
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos:		
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	969.135.853	—
Elergone Energias, Lda	28.966	—
Liquidação APOR	—	32.086
Brio – Produtos de Agricultura Biológica, S.A.	—	(987.803)
	969.164.819	(955.717)
	1.282.738.148	144.972.386

Durante o exercício de 2023 a MC alienou a sua participação na Modelo Continente Hipermercados, S.A. à sua participada MContinente, SGPS.

3. Fundo de manei

3.1. Outras contas a receber

Política contabilística

Os empréstimos são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é nula por se considerar o efeito do desconto imaterial. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

Os empréstimos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes.

As contas a receber são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e outras contas a receber são registadas de acordo com os princípios anteriormente descritos.

O detalhe das outras contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 era como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativo corrente		
Empréstimos concedidos – partes relacionadas (nota 8.1)	970.472.000	308.337.000
Juros a receber	188.927	188.927
Estado e outros entes públicos	653.037	653.066
Outras contas a receber	322.856	90.071
	971.636.820	309.269.064
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (nota 7.2)	(188.927)	(188.951)
	971.447.893	309.080.113

Os empréstimos concedidos a entidades relacionadas vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor e têm uma maturidade inferior a 1 ano. Não existiam ativos vencidos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. O justo valor dos empréstimos concedidos a entidades relacionadas é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico. A imparidade dos empréstimos concedidos a entidades relacionadas é avaliada conforme descrito na nota 4.2.

3.2. Outros ativos

3.2.1. Outros ativos correntes

O detalhe dos outros ativos correntes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 era como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Juros a receber	30.158.187	6.930.728
Fianças	686.230	1.006.829
Juros de mora ou indemnizatórios	35.353	35.354
Acréscimos de rendimentos	30.879.770	7.972.911
Encargos com financiamentos	723.315	530.673
Seguros pagos antecipadamente	180.319	160.084
Outros gastos diferidos	–	11.138
Gastos diferidos	903.634	701.895
	31.783.404	8.674.806

A variação da rubrica “juros a receber” refere-se: a) juros relativos à subscrição do empréstimo obrigacionista emitido pela sociedade Modelo Continente Hipermercados, S.A. denominado “MCH 2023-2028” (8,7 milhões de euros) (nota 3.2.2); b) aumento da taxa de juro cobrada nos empréstimos concedidos a entidades relacionadas (14,3 milhões de euros).

3.2.2. Outros ativos não correntes

O detalhe de outros ativos não correntes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Empréstimos concedidos – partes relacionadas (nota 8.1)	495.129.069	418.229.070
Imparidade em empréstimos concedidos	(12.691.338)	(12.691.338)
Outros ativos financeiros	–	50.021
	482.437.731	405.587.753

A rubrica “Empréstimos concedidos — partes relacionadas” inclui a subscrição do empréstimo obrigacionista emitido pela sociedade Modelo Continente Hipermercados, S.A. denominado “MCH 2023-2028” no montante de 150 milhões de euros.

3.3. Outras contas a pagar

Política contabilística

As outras contas a pagar são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Em geral, o custo amortizado não difere do valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe das outras contas a pagar era o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Passivo corrente		
Empréstimos obtidos – entidades relacionadas (nota 8.1)	933.508.000	1.059.290.000
Fornecedores de investimentos financeiros	–	150.000
Outras contas a pagar	1.369	9.490
	933.509.369	1.059.449.490

Os empréstimos obtidos de entidades relacionadas são reembolsáveis num período inferior a um ano e vencem juros a taxas de mercado.

A Empresa considera que o valor contabilístico das contas a pagar não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização financeira não são materiais.

3.4. Outros passivos

3.4.1. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Juros a liquidar	8.642.806	7.190.084
Fianças	726.153	828.305
Encargos de financiamento	396.607	78.618
Outros	2.708	107.628
Acréscimos de gastos	9.768.274	8.204.635

3.5. Imposto sobre o rendimento

Política contabilística

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante o período de quatro anos (cinco para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que os prazos poderão ser alongados ou suspensos. Deste modo as declarações fiscais da Empresa do ano 2020 e posteriores poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) do qual a Sonae, SGPS, S.A. é a sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2014. Os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são incluídos na rubrica da demonstração da posição financeira “Imposto sobre o rendimento”, sendo registados por contrapartida daquela entidade.

Os prejuízos fiscais gerados pelas sociedades dominadas no grupo fiscal (RETGS) determinam a sua afetação aos prejuízos fiscais do grupo. Com exceção do exercício de 2017, em que apenas a sociedade dominante relevou contabilisticamente o montante correspondente aos prejuízos gerados pelo grupo, as sociedades que contribuem com prejuízos fiscais registam o montante de imposto a recuperar correspondente nas contas individuais, igualmente por contrapartida da rubrica da demonstração da posição financeira “Imposto sobre o rendimento”.

O montante de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras separadas corresponde ao entendimento da Empresa sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre o rendimento ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da da Empresa, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento da Empresa, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Empresa trata a situação como um passivo contingente, i.e., não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que se referem a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo grupo do RETGS às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos são referentes a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” na demonstração separada da posição financeira era como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Programa Especial de Redução de Endividamento ao Estado (PERES) (DL 67/2016 de 3.nov)	1.002.114	1.002.114
Programa especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 151-A/2011 de 31.out)	788.298	788.298
Programa especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002 de 14.nov)	218.686	376.900
Liquidações adicionais IRS	17.721	17.721
Ativo não corrente	2.026.819	2.185.033
Imposto sobre o rendimento de exercícios em que a empresa não é dominante do RETGS	9.372.712	3.370.829
Imposto sobre o rendimento de exercícios anteriores em que a empresa era dominante do RETGS	4.966.175	4.966.175
Ativo corrente	14.338.887	8.337.004
Imposto sobre o rendimento de exercícios anteriores em que a empresa era dominante do RETGS	2.092.563	2.101.153
Passivo corrente	2.092.563	2.101.153

Os montantes relativos ao regime especial de regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro, DL 151-A/2013, de 31 de outubro e DL 67/2016 de 3 de novembro) correspondem a importâncias pagas, relativas a liquidações de imposto sobre o rendimento que já se encontram na via judicial, mantendo-se a tramitação dos processos judiciais, tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento da MC que o resultado das reclamações efetuadas lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.

A rubrica do ativo corrente “Imposto sobre o rendimento de exercícios em que a empresa não é dominante do RETGS” inclui a estimativa de IRC do exercício e retenções na fonte do exercício, bem como imposto a receber de exercícios anteriores, os quais foram registados por contrapartida da Sonae, SGPS, S.A., em virtude da Empresa se encontrar abrangida pelo RETGS.

Os saldos da rubrica “Imposto sobre o rendimento de exercícios anteriores em que a empresa era dominante do RETGS” correspondem aos montantes a receber e pagar, relativos aos exercícios, anteriores a 2014, em que a Empresa era sociedade dominante do RETGS.

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios de 2023 e de 2022 é detalhado como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Imposto corrente	5.250.243	2.148.906
Imposto diferido	–	(3)
Imposto sobre o rendimento	5.250.243	2.148.903

A reconciliação do imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 pode ser analisada como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Resultado antes de imposto	1.257.084.884	133.604.412
Taxa de imposto teórica	21,00%	21,00%
Imposto sobre o rendimento teórico	263.987.826	28.056.927
Resultados não tributados:		
Dividendos	(65.603.626)	(29.215.281)
(reversão)/perdas por imparidade	(242.871)	(1.428.695)
(Mais)/menos valias fiscais e contabilísticas	(203.524.612)	207.439
Restituição de impostos	(462.067)	–
Provisões	529.200	–
Tributação autónoma	2	–
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	24.485	207.524
Outros	41.420	23.183
Total imposto sobre o rendimento	(5.250.243)	(2.148.903)
Taxa de imposto efetiva	–0,42%	–1,61%

4. Instrumentos financeiros

4.1. Gestão de risco financeiro

Os princípios gerais da gestão de riscos financeiros são aprovados pelo Conselho de Administração, sendo a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela gestão e tesouraria da Empresa.

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da MC, procurando reduzir riscos financeiros indesejados, volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos

4.1.1. Risco de mercado

Pela sua natureza e relevância, revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio.

a) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos concedidos a e obtidos de entidades relacionadas que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à taxa Euribor.

O objetivo da Empresa é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Empresa permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Quando são utilizados derivados na gestão do risco de taxa de juro, os instrumentos utilizados pela Empresa são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

nos resultados da MC. A atitude da MC em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, sendo por vezes utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional. A MC não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;

- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração separada da posição financeira seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2023 teria tido um impacto negativo nos resultados antes de impostos não superior a 5.2 milhões de euros (uma subida de 100 pontos base em 2022 teria tido um impacto de 4.2 milhões de euros), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da Empresa.

4.1.2. Risco de liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Empresa e entidades relacionadas têm disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A Empresa prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua posição financeira. Em 2023 a maturidade média da dívida da Empresa, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, é de aproximadamente 3,8 anos (2022: 4,7 anos).

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. A Empresa

b) Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras separadas das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de financiamento estabelecendo gastos conhecidos e estáveis. A cobertura do risco cambial acompanha toda a decisão de financiamento.

Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial por via dos ativos e passivos monetários à data da demonstração da posição financeira não é apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

Adicionalmente é mantida pela Empresa uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter de se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2023, existem 46,1 milhões de euros com vencimento em 2024 (6,1 milhões de euros com vencimento em 2023 em 31 de dezembro de 2022) e a Empresa tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 193 milhões de euros com compromisso inferior ou igual a um ano (93 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 285 milhões de euros (275 milhões de euros em 2022) com compromisso superior a um ano (nota 5.3). Adicionalmente, a Empresa possuía em 31 de dezembro de 2023 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa conforme descrito na nota 5.3.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

4.1.3. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se nas relações de financiamento com as empresas em que a Empresa participa.

Considera-se que os “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

A Empresa está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos. O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

4.2. Categorias de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Política contabilística

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados em ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Empresa apenas tinha ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais.

Mensuração

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Perdas por imparidade

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico.

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subseqüentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas por imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos “Rendimentos e ganhos financeiros” na demonstração dos resultados.

imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, nomeadamente “Outras contas a receber”, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Empresa tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

a) Empréstimos concedidos e outras contas a receber

Os empréstimos são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos. Os empréstimos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes.

As contas a receber são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e outras contas a receber são registadas de acordo com os princípios anteriormente descritos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é nula por se considerar o efeito do desconto imaterial.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração separada da posição financeira.

Imparidade de ativos financeiros

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Outras contas a receber” e Outros ativos correntes” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

	Notas	31 dez 2023			31 dez 2022			
		Ativos a custo amortizado	Outros não abrangidos pela IFRS 9	Total	Ativos a custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros não abrangidos pela IFRS 9	Total
ATIVOS NÃO CORRENTES:								
Outros ativos não correntes	3.2.2	482.437.731	–	482.437.731	405.587.753	–	–	405.587.753
		482.437.731	–	482.437.731	405.587.753	–	–	405.587.753
ATIVOS CORRENTES:								
Outras contas a receber	3.1	970.794.856	653.037	971.447.893	308.427.047	–	653.066	309.080.113
Outros ativos correntes	3.2.1	30.879.769	903.635	31.783.404	7.972.912	–	701.894	8.674.806
Instrumentos financeiros derivados		–	–	–	–	591.578	–	591.578
Caixa e equivalentes de caixa	5.6	27.350.479	–	27.350.479	102.376.725	–	–	102.376.725
		1.029.025.104	1.556.672	1.030.581.776	418.776.684	591.578	1.354.960	420.723.222
		1.511.462.835	1.556.672	1.513.019.507	824.364.437	591.578	1.354.960	826.310.975

Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

Passivos financeiros

Política contábilística

Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores” e “Outras contas a pagar”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

a) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de “Gastos e perdas financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na alínea i). A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

b) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas de curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial. As dívidas são classificadas como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

c) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

	Notas	31 dez 2023			31 dez 2022			
		Passivos a custo amortizado	Outros não abrangidos pela IFRS 9	Total	Passivos a custo amortizado	Passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros não abrangidos pela IFRS 9	Total
PASSIVOS NÃO CORRENTES:								
Empréstimos obrigacionistas	5.3	264.051.817	–	264.051.817	224.086.295	–	–	224.086.295
Financiamento obtido	5.3	242.777.778	–	242.777.778	252.020.489	–	–	252.020.489
Outros passivos não correntes		–	–	–	50.021	–	–	50.021
		506.829.595	–	506.829.595	476.156.805	–	–	476.156.805
PASSIVOS CORRENTES:								
Empréstimos obrigacionistas	5.3	40.000.000	–	40.000.000	–	–	–	–
Financiamento obtido	5.3	6.111.160	–	6.111.160	6.111.111	–	–	6.111.111
Fornecedores		114.898	–	114.898	102.330	–	–	102.330
Outras contas a pagar	3.3	933.508.777	592	933.509.369	1.059.449.419	–	71	1.059.449.490
Outros passivos correntes	3.4.1	9.039.494	728.780	9.768.274	8.097.006	–	107.629	8.204.635
		988.774.329	729.372	989.503.701	1.073.759.866	–	107.700	1.067.654.125
		1.495.603.924	729.372	1.496.333.296	1.549.916.671	–	107.700	1.543.810.930

5. Estrutura de capital

5.1. Capital próprio

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, com o valor nominal unitário de 1,00 euro.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital subscrito da MC era detido como segue:

	31 dec 2023	31 dec 2022
Sonae Holdings, S.A.	51.8269%	51.8269%
Sonae Investments BV	13.1444%	13.1444%
Sonae, SGPS, S.A.	10.0387%	10.0387%
Camoens Investments S.á.r.l	24.9900%	24.9900%

Em 31 de dezembro de 2023 a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas subsidiárias detinham 56,47% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A., empresa que direta e indiretamente detém 75,01% do capital da sociedade.

Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Em 31 de dezembro de 2022 a MC alcançou o limite legal de 20% do capital social.

Outras reservas

Nesta rubrica incluem-se, essencialmente, ajustamentos de transição de normativos contabilísticos, reservas geradas em operações de cisão e/ou fusão e reservas livres.

Os movimentos ocorridos em 2023 e de 2022 nestas reservas estão detalhados na demonstração separada das alterações no capital próprio.

5.2. Resultados por ação

Resultado básico ponderado por ação

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram calculados com base no número médio ponderado de ações emitidas, tendo em consideração a data em que ocorreu o aumento de capital:

	31 dec 2023	31 dec 2022
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do período)	1.262.335.127	135.753.315
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	1.000.000.000	1.000.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	1,2623	0,1358

5.3. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Obrigações MC / abril 2020/2027	–	95.000.000	–	95.000.000
Obrigações MC / dezembro 2019/2024	–	30.000.000	–	30.000.000
Obrigações MC ESG-Linked / novembro 2021/2026	–	60.000.000	–	60.000.000
Obrigações MC / março 2023/2026	–	30.000.000	–	–
Obrigações MC Sustainability-Linked / março 2023/2028	–	50.000.000	–	–
Obrigações MC ESG-Linked / dezembro 2021/2024	40.000.000	–	–	40.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	–	(948.183)	–	(913.705)
Empréstimos obrigacionistas	40.000.000	264.051.817	–	224.086.295
Papel comercial	–	–	–	103.131.600
Papel comercial ESG-Linked	–	200.000.000	–	100.000.000
MC 2018/2031	6.111.111	42.777.778	6.111.111	48.888.889
Empréstimos bancários	6.111.111	242.777.778	6.111.111	252.020.489
	46.111.111	506.829.595	6.111.111	476.106.784

Em maio de 2023 venceu a emissão de 110.000.000 USD de papel comercial no âmbito do programa MC 2019/2024, contratada em junho de 2022 e simultaneamente terminou um derivado para cobertura do risco de taxa de câmbio. Os ganhos e perdas por variação cambial e justo valor do instrumento financeiro derivado encontram-se detalhados na nota 5.5.

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não divirja significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. A maioria dos empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

Detalhe da maturidade dos empréstimos e juros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	46.111.111	23.947.007	6.111.111	11.039.442
N+2	25.111.111	21.512.104	149.242.711	10.940.091
N+3	195.111.111	18.843.757	25.111.111	9.262.033
N+4	198.111.111	7.456.393	135.111.111	8.212.022
N+5	61.111.111	2.368.015	143.111.111	3.841.260
pós N+5	28.333.333	912.608	24.444.445	1.010.359
	553.888.888	75.039.884	483.131.600	44.305.207

As maturidades anteriormente apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da MC quanto à sua data de amortização. Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor para cada financiamento em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis e que, à data do presente reporte, se encontram em regular cumprimento.

Em 31 de dezembro de 2023, para além dos montantes referidos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” (nota 5.6), a Empresa mantinha 478 milhões de euros disponíveis para fazer face às suas necessidades de tesouraria (368 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), conforme segue:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas contratadas	193.000.000	285.000.000	93.000.000	375.000.000
Montantes de linhas disponíveis	193.000.000	285.000.000	93.000.000	275.000.000

A taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2023 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era, em média, cerca de 4,27% (2,26% em 31 de dezembro de 2022).

5.4. Reconciliação dos saldos dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

Reconciliação dos saldos dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Instituições financeiras	Entidades relacionadas
Saldo a 1 de janeiro de 2022	458.450.400	962.603.900
Recebimentos de empréstimos bancários	944.265.403	–
Pagamentos de empréstimos bancários	(838.689.709)	–
Impacto da variação cambial	(8.394.494)	–
Recebimentos de empréstimos obrigacionistas	–	–
Pagamentos de empréstimos obrigacionistas	(72.500.000)	–
Recebimentos de empréstimos de entidades relacionadas	–	3.631.498.321
Pagamentos de empréstimos de entidades relacionadas	–	(3.534.812.221)
Saldo a 31 de dezembro de 2022	483.131.600	1.059.290.000
Saldo a 1 de janeiro de 2023	483.131.600	1.059.290.000
Recebimentos de empréstimos bancários	1.215.000.000	–
Pagamentos de empréstimos bancários	(1.221.283.711)	–
Impacto da variação cambial	(2.959.000)	–
Recebimentos de empréstimos obrigacionistas	80.000.000	–
Pagamentos de empréstimos obrigacionistas	–	–
Efeito da fusão da Canasta e Selifa na IGI	–	(10.470.000)
Recebimentos de empréstimos de entidades relacionadas	–	4.266.274.501
Pagamentos de empréstimos de entidades relacionadas	–	(4.381.586.501)
Saldo a 31 de dezembro de 2023	553.888.889	933.508.000

5.5. Resultados financeiros

Durante os exercícios de 2023 e de 2022 o detalhe dos resultados financeiros era o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados relativos a:		
financiamentos obtidos de entidades relacionadas (nota 8.1)	43.263.829	14.000.794
obrigações não convertíveis	11.302.231	3.019.156
descobertos e financiamentos obtidos	7.787.111	3.725.351
outros	15.794	111.968
Encargos de emissão de dívida	2.859.071	2.140.893
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.183.392	11.600.242
Imposto de selo – encargos emissão dívida	3.874	667
Gastos e perdas financeiras	67.415.302	34.599.071
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos relativos a:		
financiamentos concedidos a entidades relacionadas (nota 8.1)	37.703.655	9.721.489
depósitos bancários	2.952.800	295.708
Diferenças de câmbio favoráveis	3.053.840	10.602.432
Outros rendimentos similares	50.530	3.634.695
Rendimentos e ganhos	43.760.825	24.254.324
Resultados financeiros	(23.654.477)	(10.344.747)

5.6. Fluxos de caixa financeiros

Política contábilística

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inicial inferior a três meses da sua data de emissão, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos de demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a 3 meses) líquidos de descobertos bancários.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Depósitos bancários	27.350.479	102.376.725
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	27.350.479	102.376.725
Descobertos bancários	(49)	–
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	27.350.430	102.376.725

6. Atividade operacional

6.1. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Serviços bancários	763.368	648.703
Trabalhos especializados	537.964	581.409
Seguros	211.161	258.286
Outros	768.507	873.114
	2.281.000	2.361.512

6.2. Outros rendimentos

O detalhe dos outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 era o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Restituição de impostos	2.200.320	–
Rendimentos suplementares	886.828	1.459.558
Reversão de perdas de imparidade e provisões	24	–
Outros	1.049	900
	3.088.221	1.460.458

A restituição de impostos refere-se ao reembolso, por parte da Autoridade Tributária, do imposto do selo de 2007, na sequência da decisão judicial, no âmbito do processo fiscal PEF n.º 1821201101224026, cujo imposto tinha sido pago ao abrigo do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas (RERD) em 2013.

7. Provisões, compromissos e contingências

7.1. Ativos e passivos contingentes

Política contabilística

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados nas notas anexas, exceto se a possibilidade de um exfluxo de recursos afetando benefícios económicos futuros for remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas, quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

Garantias prestadas	31 dez 2023	31 dez 2022
Garantias prestadas:		
Garantias bancárias por processos fiscais em curso	86.628.865	86.800.069
Fianças prestadas pela empresa-mãe:		
por processos fiscais em curso	236.316.955	236.316.955
por processos judiciais em curso	1.400.000	1.400.000
Fianças prestadas a favor de entidades relacionadas		
por processos fiscais em curso	220.864.707	226.920.031
por processos judiciais em curso	96.203.500	31.478.000
Outras	29.944.295	28.250.000

As garantias prestadas por processos fiscais em curso incluem garantias a favor da Administração Tributária relativas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) de exercícios anteriores. Os valores mais relevantes estão associados a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável dos exercícios de 2003 a 2008, sendo de destacar as respeitantes: a cobertura de prejuízos acumulados por uma sociedade participada, que tendo sido registados no custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu agora e no caso concreto, que não devia considerar esse montante no custo da participação; à desconsideração da dedução de prejuízos fiscais gerados pela transação atrás mencionada; correções relacionadas com a não aceitação de perdas fiscais geradas com a venda e posterior liquidação de uma subsidiária no exercício de 2002. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi constituída qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Empresa.

No âmbito dos regimes de regularização de dívidas fiscais ao abrigo dos DL 248-A/2002, DL 151-A/2013 e DL 67/2016 de 3 de novembro, foram efetuados pagamentos de impostos em exercícios anteriores tendo sido canceladas as respetivas garantias. Encontra-se em aberto o montante de cerca de 2.009.098 euros, mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram canceladas fianças no valor de 6,2 milhões de euros que tinham sido prestadas no âmbito processos fiscais, dado que os processos cessaram.

A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, Ltda. no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na nota de ativos e passivos contingentes do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As garantias por processos judiciais em curso foram prestadas à subsidiária Modelo Continente Hipermercados, S.A. no âmbito das impugnações junto do Tribunal da Concorrência, em montante definido pelo Tribunal.

7.2. Provisões e perdas por imparidade

Política contabilística

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o movimento ocorrido nas provisões e perdas por imparidade foi o seguinte:

	Saldo em 31 dez 2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dez 2023
Perdas por imparidade acumuladas em:				
investimentos (nota 2.1)	51.166.669	–	(1.156.530)	50.010.139
empréstimos concedidos (nota 3.2.2)	12.691.338	–	–	12.691.338
outras contas a receber (nota 3.1)	188.902	–	(24)	188.878
Provisões	–	2.520.000	–	2.520.000
	64.046.909	2.520.000	(1.156.554)	65.410.355

	Saldo em 31 dez 2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dez 2022
Perdas por imparidade acumuladas em:				
investimentos (nota 2.1)	57.969.979	–	(6.803.310)	51.166.669
empréstimos concedidos (nota 3.2.2)	12.691.338	–	–	12.691.338
outras contas a receber (nota 3.1)	188.902	–	–	188.902
	70.850.219	–	(6.803.310)	64.046.909

A MCretail reconheceu uma provisão no montante de 2.520.000 euros na sequência da decisão desfavorável do Acórdão do Tribunal de Justiça da EU no processo do Plano EDP/Continente.

8. Outras informações

8.1. Entidades relacionadas

Política contabilística

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os rendimentos ou gastos decorrentes destas transações e divulgados os efeitos resumidos como segue:

Transações	Empresa-Mãe		Empresas subsidiárias		Outras partes relacionadas	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Outros rendimentos	170.942	41.962	653.109	1.020.525	52.731	52.852
Fornecimentos e serviços externos	(824.340)	(921.914)	(340.689)	(380.060)	(23.286)	(256.757)
Juros auferidos	–	–	37.703.655	9.721.489	–	–
Juros suportados	(42.735)	(5.261)	(43.221.095)	(13.995.533)	–	–

Saldos	Empresa-Mãe		Empresas subsidiárias		Outras partes relacionadas	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Contas a receber	9.614.621	3.176.753	30.757.625	7.826.245	47.812	202.574
Contas a pagar	791.133	906.686	5.081.374	4.018.091	97.299	185.735
Empréstimos concedidos (notas 3.1 e 3.2.2)	–	–	1.465.601.070	726.566.070	–	–
Empréstimos obtidos (nota 3.3)	–	–	933.508.000	1.059.290.000	–	–

Consideram-se outras partes relacionadas todas as subsidiárias, empresas conjuntamente controladas ou associadas da Efanor Investimentos, SGPS, S.E., nomeadamente: as empresas do Grupo MC (grupo em que a Empresa se insere e que justificam a maioria dos saldos e transações reportados); as empresas do Grupo Sonae, SGPS, S.A. (o qual inclui, para além do grupo MC, as sociedades pertencentes aos grupos dominados pela Sonae Holdings, S.A., Sonae Sierra, SGPS, S.A. e pela SonaeCom, SGPS, S.A.); as empresas do grupo Sonae Indústria; as empresas do grupo Sonae Capital; e as empresas do grupo SC Industrials. Os membros do Conselho de Administração são também considerados partes relacionadas.

Em 2023 e 2022 não ocorreram transações com os Administradores da Empresa nem lhes foram concedidos empréstimos, nem existiam, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, saldos com os Administradores da Empresa. A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, tem a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Benefícios de curto prazo	–	37.177

8.2. Cumprimento de disposições legais

Decreto-Lei n.º 318/94 art.º 5.º n.º 4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram celebrados contratos de suprimentos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram celebrados contratos de operações de tesouraria, incluindo contratos de gestão centralizada de tesouraria, com as seguintes empresas:

- Asprela — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Azulino — Imobiliária, S.A.
- BB Food Service, S.A.
- Bertimóvel — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Bom Momento — Restauração, S.A.
- Brio — Produtos de Agricultura Biológica, S.A.
- Citorres — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Chão Verde — Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.
- Contimobe — Imobiliária do Castelo de Paiva, S.A.
- Continente Hipermercados, S.A.
- Cumulativa — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Elergone Energia, Lda
- Farmácia Selecção, S.A.
- Fozimo — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Go Well — Promoção de Eventos, Caterings e Consultoria, S.A.
- H&W — Mediadora de Seguros, S.A.
- IGI Investimentos e Gestão Imobiliária, S.A.
- Igimo — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Iginha — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoestrutura — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imomuro — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoresultado — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imosistema- Sociedade Imobiliária, S.A.
- Marcas MC, ZRT
- MC — Shared Services, S.A.
- MCCare, Serviços de Saúde, S.A.
- MCMKT Brands, Lda
- MContinente SGPS, S.A.
- MJLF — Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- Modelo Continente Hipermercados — Sucursal en España
- Modelo Hiper Imobiliária, S.A.

- Mundo Note — Papelaria, Livraria e Serviços, S.A.
- Pharmaconcept — Actividades em Saúde, S.A.
- Pharmacontinente — Saúde e Higiene, S.A.
- Ponto de Chegada — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Portimão Ativo — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Predicomercial — Promoção Imobiliária, S.A.
- Predilugar — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sempre à Mão — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Socijofra — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sociloures — Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sondis Imobiliária, S.A.
- SO FISH — Atividades Aquícolas e Pesca, Unipessoal Lda
- Valor N, S.A.
- ZU Produtos e Serviços para Animais, S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram também celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

- Sonae SGPS, S.A.
- Modelo Continente Hipermercados, S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 os saldos a pagar relativamente a estas operações são como segue (nota 3.3):

Empréstimos Obtidos	31 dez 2023
Modelo Continente Hipermercados, Sucursal en España	471.847.000
Continente Hipermercados, S.A.	162.322.000
Contimobe – Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	86.419.000
Marcas MC, zRT	57.922.000
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	13.913.000
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	12.165.000
Mundo Note – Papelaria, Livraria e Serviços, S.A.	8.948.000
Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.	7.369.000
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	7.182.000
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	7.162.000
MCMKT Brands, Lda	6.749.000
Farmácia Seleção, S.A.	6.645.000
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.	6.172.000
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	6.168.000
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5.966.000
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	5.777.000
Valor N, S.A.	5.693.000
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	5.327.000
BB Food Service, S.A.	4.606.000
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.	4.578.000
Ponto de Chegada – Sociedade Imobiliária, S.A.	4.565.000
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	4.485.000
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	4.391.000
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	3.666.000
Azulino Imobiliária, S.A.	3.472.000
Brio – Produtos de Agricultura Biológica, S.A.	3.404.000
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	3.370.000
Elergone Energias, S.A.	3.241.000
Bom Momento – Restauração, S.A.	3.177.000
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	3.135.000
Predilugar- Promoção Imobiliária, S.A.	1.299.000
ZU Produtos e Serviços para Animais, S.A.	1.078.000
Go Well – Promoção de Eventos, Caterings e Consultoria, S.A.	817.000
Sondis Imobiliária, S.A.	363.000
H&W – Mediadora de Seguros, S.A	115.000
	933.508.000

Em 31 de dezembro de 2023 os saldos brutos a receber relativamente a estas operações são como segue (notas 3.1 e 3.2.2):

Empréstimos Concedidos	31 dez 2023
MContinente, SGPS, S.A.	811.664.000
IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A.	332.437.731
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	256.254.000
IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A.	26.653.000
MC Shared Services, S.A.	13.518.000
MCCARE – Serviços de Saúde, S.A.	8.498.000
SCBRASIL Participações, Ltda	7.242.722
Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	5.448.616
Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	1.968.000
Asprela Sociedade Imobiliária, S.A.	1.030.000
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.	511.000
Portimão Ativo – Sociedade Imobiliária, S.A.	243.000
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, S.A.	127.000
SO FISH – Atividades Aquícolas e Pesca, Unipessoal Lda	6.000
	1.465.601.070

Art.º 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais

Conforme referido na nota 1.1, a Empresa apresenta demonstrações financeiras.

A informação relativa aos honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas encontra-se incluída na informação divulgada no Relatório de Gestão.

8.3. Despesas de Auditoria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa incorreu em honorários de auditoria no montante de 21.991,00 euros.

8.4. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras separadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Conselho de Administração,

- Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
- Álvaro Sendagorta Cudos
- Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
- Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho
- João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores
- Fernando Peixoto Van Zeller
- João Nonell Günther Amaral
- Isabel Sofia Bragança Simões Barros
- Jan Reinier Voûte
- José Manuel Cardoso Fortunato



Certificação Legal das Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da MCRetail, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 4.387.186.782 euros e um total de capital próprio de 807.449.240 euros, incluindo o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe de 170.617.379 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da MCRetail, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Porto Office Park, Avenida de Sidónio Pais, 153 - piso 1, 4100-467 Porto, Portugal

Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e

g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

25 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, ROC n.º 1426
Registado na CMVM com n.º 20161036



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MCRetail, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 4.001.041.363 euros e um total de capital próprio de 2.500.095.504 euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 1.262.335.127 euros), a demonstração separada dos resultados e do rendimento integral, a demonstração separada das alterações no capital próprio e a demonstração separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MCRetail, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Porto Office Park, Avenida de Sidónio Pais, 153 - piso 1, 4100-467 Porto, Portugal
Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

25 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, ROC nº 1426
Registado na CMVM com nº 20161036

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL MCRETAIL, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência e de acordo com o estabelecido no seu Regulamento, as linhas estratégicas e a política de risco aprovada pela gestão da Sociedade e das suas participadas, as quais não lhe mereceram reparo, analisou com a extensão aconselhável a atividade do Conselho de Administração e respetivas comissões, nomeadamente a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação emitida pelo órgão de administração, incluindo das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração adotados, bem como verificou a observância dos normativos legais e estatutários.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração as informações necessárias ao exercício da sua atividade de fiscalização e procedeu às interações necessárias ao cumprimento das competências elencadas na lei e no seu Regulamento Interno.

O Conselho Fiscal verificou, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades e apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, aprovou, com caráter prévio, a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria permitidos nos termos da lei, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da MCretil, SGPS, S.A. e, neste ponto de vista, destaca a evolução positiva dos segmentos de negócio e das principais parcerias, cujos efeitos são patentes no salutar desenvolvimento económico e financeiro do Grupo.

O Conselho Fiscal observou o Princípio II.5.A. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, na sua versão revista de 2023, nos termos dos critérios por si estabelecidos nos números 3 a 5 do art.º 4º do seu Regulamento, com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas detentores de participações qualificadas ou com entidades com estes em qualquer uma das relações estatuídas no nº1 do art.º 20º do Código de Valores Mobiliários, não tendo identificado a concretização de transações relevantes à luz daqueles critérios, nem identificou a presença de conflitos de interesses.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG, na sua versão revista de 2023, II.2.2., II.2.4., II.3.1., II.3.2., II.4.1., II.4.2., V.1., VII.2., VII.3., VII.4., VII.5., VII.10., VII.11., VIII.1.1., VIII.2.1., VIII.2.2. e VIII.2.3..

Sendo um órgão totalmente integrado por membros independentes à luz dos critérios legais e profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da Sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou reuniões ordinárias trimestrais, além de outras extraordinárias, em que, de acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, da Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício e teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da Sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- O Relatório de Gestão;
- As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 29º-G do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MCretail, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da MCretail, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 25 de março de 2024

O Conselho Fiscal

António Augusto Almeida Trabulo

Maria José Martins Lourenço da Fonseca

Carlos Manuel Pereira da Silva



Anexos



Reporte de Sustentabilidade

O Reporte de Sustentabilidade foi desenvolvido de acordo com os *Standards* GRI, para o período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, para o perímetro de atividade apresentado no capítulo do Relatório Anual “**Visão dos Negócios**”, sub-capítulo “**Portefólio**” e onde se insere a Arenal (Tomenider).

Este Reporte foi elaborado de acordo com a versão de 2021 das Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI (*GRI Standards*). O reporte da atividade evidencia ainda a nossa atuação ao nível dos Princípios do *United Nations Global Compact (UNGC)*, do *Standard SASB* e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Reporte de Sustentabilidade complementa a informação reportada no capítulo “**Sustentabilidade em relance**” do Relatório Anual de 2023.

A informação que integra o Reporte de Sustentabilidade foi submetida a verificação por uma entidade externa – KPMG.

Tabela Conteúdo GRI

Declaração de uso	A MC relatou em conformidade com as Normas GRI, para o período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023
Versão utilizada	GRI 1: Fundamentos 2021
Normas Setoriais Aplicáveis	Nenhuma norma setorial aplicável na data de publicação deste relatório

Índice GRI e Tabela de correspondência de *standards* | Indicadores de sustentabilidade

Apresenta-se de seguida o sumário de conteúdos GRI e a correspondência de *standards*, evidenciando a nossa atuação ao nível dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos Princípios do *United Nations Global Compact* (UNGC) e do *Standard SASB* – *Food retailers & distributor*.

GRI	REFERÊNCIAS	ODS ¹	UNGC ²	SASB ³
Conteúdos Gerais				
A organização e as suas práticas de relato				
2-1	Capítulo “ O ano em relance ”			
2-2	Capítulo “ Demonstrações financeiras ”			
2-3	Anexos – “ Sobre este relatório ”			
2-4				
2-5	Anexos – “ Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade ”			
Atividades e trabalhadores				
2-6	Capítulo “ O ano em relance ”; Código de Ética e Conduta para Fornecedores; Declaração para a Sustentabilidade do Clube de Produtores Continente (CPC); Política de Sustentabilidade do Pescado; Compromisso Zero Desflorestação;			FB-FR-000.A Número de Lojas e Entrepósitos FB-FR-000.B Área das Lojas e Entrepósitos
2-7			6	
2-8				

CONTINUA

GRI	REFERÊNCIAS	ODS ¹	UNGC ²	SASB ³
Governança				
2-9	Capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulos “ Estrutura acionista ” e “ Governo societário ”			
2-10	Capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Governo societário ”			
2-11	Capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Governo societário ”			
2-12	Capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Governo societário ”			
2-13				
2-14				
2-15	Código de Ética e Conduta MC Código de Ética e Conduta Sonae			
2-16				
2-17				
2-18	Capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Política de remuneração ”			
2-19	Capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Política de remuneração ”			
2-20	Capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Política de remuneração ”			
2-21				
Estratégia, políticas e práticas				
2-22	Sub-capítulo “ Mensagem do CEO ” e capítulo “ Sustentabilidade em relance ”			
2-23	Capítulo “ Princípios e práticas governativas ”			
2-27				FB-FR-310A.4 Valor total de perdas monetárias como resultado de processos judiciais associados a: (1) violações da lei do trabalho e (2) discriminação no emprego
2-28				
Envolvimento das partes interessadas				
2-29				
2-30			3	FB-FR-310A.2 Percentual da força de trabalho ativa coberta por acordos de negociação coletiva FB-FR-310A.3 (1) Número de paralisações de trabalho e (2) total de dias perdidos

CONTINUA

GRI	REFERÊNCIAS	ODS ¹	UNGC ²	SASB ³
Tópicos materiais				
Aspetos materiais				
3-1	Capítulo “ Sustentabilidade em relance ”			
3-2	Capítulo “ Sustentabilidade em relance ”			
3-3	Capítulos “ Sustentabilidade em relance ”, “ Princípios e práticas governativas ”, “ Visão dos Negócios ”, sub-capítulo “ Prioridades estratégicas ”			

AGENDAS ESTRATÉGICAS	ASPETOS MATERIAIS	GESTÃO DOS ASPETOS MATERIAIS
Ação Climática	Emissões GEE âmbito 1 e 2 Emissões GEE âmbito 3	<p>Como referido no capítulo “Sustentabilidade em relance”, ciente dos diversos e complexos desafios que a crise climática nos coloca, a MC pretende assegurar a descarbonização e adaptação das operações, em linha com o cenário de 1,5°C, através dos seguintes compromissos e metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 2032, reduzir em 51% as emissões de gases com efeito de estufa das operações (emissões GEE de âmbito 1+2) face a 2022 (objetivo de descarbonização validado pela <i>Science Based Targets initiative (SBTi)</i>); • Atingir a neutralidade carbónica das operações (emissões GEE de âmbito 1+2) até 2040, dez anos antes da meta da UE; • Ter instalações resilientes e <i>climate friendly</i>, através da incorporação de medidas de adaptação e resiliência no plano de remodelação das lojas, da implementação de medidas de ecoeficiência com o objetivo de otimizar os nossos consumos de energia, da eletrificação dos consumos e do programa de alteração das nossas centrais de frio; • Descarbonização da matriz energética através do investimento na produção e aquisição de energia efetivamente produzida a partir de fontes renováveis; • Descarbonização dos transportes (frota de função e serviço e <i>last mile</i>) e compensação de 100% das emissões de GEE associadas ao consumo de combustíveis fósseis pela frota de viaturas ligeiras, até que esta frota seja totalmente elétrica, através da plantação de árvores e ações de conservação; • Até 2032, reduzir em 31% as emissões de gases com efeito de estufa da cadeia de abastecimento, face a 2022 (objetivo de descarbonização validado pela <i>Science Based Targets initiative (SBTi)</i>).
Circularidade	Embalamento de Produtos Desperdício Alimentar Gestão de Resíduos	<p>A MC pretende orientar a sua atuação para maior eficiência no consumo de recursos e reforçar a circularidade, como mencionado no capítulo “Sustentabilidade em relance”, através dos seguintes compromissos e metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver soluções de embalagem mais sustentáveis, assegurando que, até 2025, 100% das nossas embalagens de marca própria ou marcas exclusivas sejam recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis e que incorporem 30% de matéria-prima reciclada; • Promover o desenvolvimento de produtos e serviços circulares; • Otimizar os sistemas de recolha e triagem de resíduos com vista a uma maior valorização e/ou reintegração de materiais na cadeia, promovendo, em simultâneo, ações de sensibilização e envolvimento dos consumidores; • Reforçar as iniciativas de combate ao desperdício alimentar através da definição da hierarquia de prioridades e medidas de otimização das operações; • Até 2028, reduzir em 50% o desperdício alimentar das nossas operações face a 2020.

CONTINUA

AGENDAS ESTRATÉGICAS	ASPETOS MATERIAIS	GESTÃO DOS ASPETOS MATERIAIS
Produção Sustentável	Agricultura Sustentável Desflorestação Consumo de Água <i>Animal Welfare</i> e Pesca Sustentável Gestão da Cadeia de Abastecimento e Direitos Humanos	<p>Tendo a ambição de fomentar a adoção de práticas produtivas com baixa pegada ambiental e promover o respeito pelos direitos humanos ao longo da cadeia de abastecimento, tal como referido no capítulo “Sustentabilidade em relance”, a MC estabeleceu os seguintes compromissos e metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a Zero Desflorestação nas cadeias de abastecimento até 2030, garantindo o <i>sourcing</i> sustentável das matérias-primas através da adoção de esquemas de certificação e/ou outros mecanismos de controle e monitorização; • Até 2032, reduzir em 31% as emissões de gases com efeito de estufa da cadeia de abastecimento, face a 2022 (objetivo de descarbonização validado pela <i>Science Based Targets initiative (SBTi)</i>). • Política de Sustentabilidade do Pescado e utilização do <i>Traffic Light System (TLS)</i>, ferramenta que possibilita avaliar as compras consoante o nível de sustentabilidade das pescas, visando a minimização dos impactes das atividades piscatórias na biodiversidade marinha e promoção de práticas de sustentabilidade do pescado, tendo em consideração um conjunto de princípios de atuação que incentivam a proteção dos ecossistemas; • Declaração para a Sustentabilidade do Clube de Produtores Continente (CPC), assente em onze princípios e diversas iniciativas que pretendem promover a produção e o consumo sustentáveis e um sistema alimentar que respeita o ambiente; • Certificação das práticas produtivas, alavancando, entre outras, as certificações já adotadas (<i>Marine Stewardship Council (MSC)</i> e <i>Aquaculture Stewardship Council (ASC)</i>) para o pescado, Bem-Estar Animal para o talho); • Avaliar a exposição da cadeia de valor a riscos ambientais, sociais e de governança (ESG); • Promover a implementação de programas de suporte à adoção de práticas mais sustentáveis; • Monitorizar e acompanhar o desempenho dos fornecedores, fomentando políticas promotoras de uma produção socialmente sustentável e práticas de salvaguarda dos direitos e dignidade humana.
Oferta Responsável	Rotulagem de Produtos e <i>Marketing</i> Qualidade e Nutrição	<p>A MC tem a ambição de contribuir progressivamente para a democratização do acesso a uma cesta mais saudável e sustentável, conforme mencionado no capítulo “Sustentabilidade em relance”, tendo estabelecido os seguintes compromissos e metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a gama de produtos alimentares equilibrados, bio, <i>plant-based</i>, bem como produtos com certificação de bem-estar animal e de pesca responsável; • Dinamizar a implementação de campanhas de promoção de consumo responsável; • Facilitar a escolha do consumidor por opções mais saudáveis e sustentáveis.

CONTINUA

A par dos aspetos destacados, importa referir que os temas relacionados com as nossas Pessoas e com a nossa Relação com a Comunidade representam questões intrínsecas aos princípios e valores da MC e possuem uma elevada maturidade e integração ao nível dos negócios, pelo que são endereçados e geridos através de um conjunto complementar de instrumentos, políticas e estratégias.

GRI	REFERÊNCIAS	ODS ¹	UNGC ²	SASB ³
Divulgações económicas				
Desempenho económico				
201-2	Capítulo “Princípios e práticas governativas”, sub-capítulo “Gestão de risco”			
Impactos económicos indiretos				
203-1	Capítulo “Sustentabilidade em relance”			
203-2	Capítulo “Sustentabilidade em relance”			
Práticas de compra				
204-1				
Anti-corrupção				
205-1	Capítulo “Princípios e práticas governativas”, sub-capítulo “Gestão de risco”		10	
205-2	Código de Ética e Conduta MC Código de Ética e Conduta Sonae		10	
205-3			10	
Desempenho ambiental				
Materiais				
301-1	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		7, 8	FB-FR-430A.4 Discussão de estratégias para reduzir o impacto ambiental das embalagens
301-2			7, 8	
301-3			7, 8	
Energia				
302-1	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		7, 8	FB-FR-110A.1 Consumo de combustível da frota FB-FR-130A.1 (1) Energia consumida, (2) percentagem de eletricidade consumida da rede e (3) percentagem de energia renovável
302-3			8	
302-4	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		8, 9	

CONTINUA

GRI	REFERÊNCIAS	ODS ¹	UNGC ²	SASB ³
Água e efluentes				
303-1			7, 8	
303-2			7, 8	
303-3	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		8	
303-4			8	
303-5			8	
Biodiversidade				
304-1			8	
304-2	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		8	
304-3	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		8	
Emissões				
305-1	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		7, 8	FB-FR-110B.1 Emissões de Gases com Efeito de Estufa (âmbito 1)
305-2	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		7, 8	
305-3	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		7, 8	
305-4			8	
305-5	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		8, 9	
305-7			7, 8	
Resíduos				
306-1			8	
306-2			8	
306-3	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		8	
306-4	Capítulo “Sustentabilidade em relance”		8	FB-FR-150A.1 (1) Quantidade de resíduos alimentares gerados e (2) percentagem reencaminhada para valorização
306-5			8	

CONTINUA

GRI	REFERÊNCIAS	ODS ¹	UNGC ²	SASB ³
Desempenho social				
Diversidade e igualdade de oportunidades				
405-1	Capítulo “ Sustentabilidade em relance ” Plano para a Igualdade de Gênero		6	
Liberdade de associação e negociação coletiva				
407-1			3	
Trabalho infantil				
408-1	Código de Ética e Conduta para Fornecedores	 	5	
Trabalho forçado ou análogo ao escravo				
409-1	Código de Ética e Conduta para Fornecedores		4	
Comunidades locais				
413-1	Capítulo “ Sustentabilidade em relance ”	  		
Avaliação social e ambiental de Fornecedores				
414-1 & 308-1				FB-FR-430A.3 Discussão de estratégia para gerir riscos ambientais e sociais dentro da cadeia de abastecimento, incluindo bem-estar animal
Saúde e segurança do cliente				
416-1				FB-FR-260A.2 Discussão do processo para identificar e gerenciar produtos e ingredientes relacionados a preocupações nutricionais e de saúde entre os consumidores
Marketing e rotulagem				
417-1		 		FB-FR-270A.1 Número de incidentes de não conformidade com a rotulagem regulatória ou do setor e/ou códigos de <i>marketing</i> FB-FR-270a.2 Valor total de perdas monetárias como resultado de processos judiciais associados a práticas de <i>marketing</i> e/ou rotulagem

CONCLUSÃO

Divulgações GRI

GRI 2 – CONTEÚDOS GERAIS

1. A ORGANIZAÇÃO E AS SUAS PRÁTICAS DE RELATO

2-1 V	Detalhes da organização	Nome da organização: MCretail, SGPS, S.A. Natureza da organização: a MC é uma sociedade anónima, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto.	Sede: localiza-se na Rua João Mendonça, 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal. A MC tem operações em Portugal e Espanha.
2-2 V	Entidades incluídas no reporte de sustentabilidade da organização	Consultar o capítulo “Demonstrações financeiras” .	
2-3 V	Período do relatório, frequência e pontos de contacto	A MC publica o seu relatório integrado anualmente. O presente relatório incide sobre a atividade entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023.	Contacto para questões sobre o relatório: rpsonaemc@mc.pt
2-4 V	Reformulações de informações	O presente relatório atualiza os dados constantes no relatório anual de 2022 referentes aos indicadores 302-1, 302-3, 305-3, 305-4 e 305-7.	O indicador 301-2 foi atualizado, decorrente do ajuste na metodologia de consolidação de informação — o consumo de materiais utilizado no produto diz respeito aos sacos que comercializamos — bem como o indicador 414-1/308-1.
2-5 V	Verificação externa	A informação de sustentabilidade que integra o Relatório Anual 2023 e o respetivo “Reporte de Sustentabilidade” foi submetida a verificação por uma entidade externa, KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	

2. ATIVIDADES E TRABALHADORES

2-6 V	Atividades, cadeia de valor e outras relações negociais	<p>Através de um portefólio de negócios multi-formato e omnicanal, a missão da MC passa por servir diariamente as famílias, através da disponibilização de uma oferta responsável e alargada de produtos e serviços de qualidade, a preços competitivos, de forma próxima e conveniente.</p> <p>Com vista a assegurar o seu propósito e de forma alinhada com os seus valores, a MC investe, de forma contínua, numa relação de proximidade, confiança e respeito com os seus Fornecedores. Especificamente para os Fornecedores de marca própria, assume o duplo papel de avaliar e qualificar os parceiros aptos a trabalhar com a MC, procurando encontrar pontos de melhoria que maximizem a eficiência e sustentabilidade das operações e produtos fornecidos.</p> <p>O Código de Ética e Conduta para Fornecedores sistematiza as preocupações ambientais, sociais e éticas que pretendemos assegurar ao longo da cadeia de valor que são complementadas por um conjunto de procedimentos e instrumentos específicos:</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Requisitos de seleção, qualificação e avaliação dos Fornecedores de acordo com critérios ambientais e sociais definidos internamente; 2. Declaração para a Sustentabilidade do Clube de Produtores Continente (CPC), assente em onze princípios e diversas iniciativas que pretendem reforçar a oferta de produtos nacionais mais sustentáveis; 3. Política de Sustentabilidade do Pescado e utilização do “Traffic Light System” (TLS), ferramenta que possibilita avaliar as compras consoante o nível de sustentabilidade das pescas; 4. Compromisso Zero Deflorestação e certificação da origem das matérias-primas usadas no desenvolvimento de produtos de marca própria; 5. Carta de Princípios para o CO₂ e Alterações Climáticas e Carta de Princípios para o Plástico; <p>Adicionalmente, vide respostas aos indicadores: 204-1; 304-2; 308-1; 407-1; 408-1; 409-1 e 414-1. Mercados servidos: Portugal e Espanha. Para mais informações consultar o capítulo “O ano em relance”. Dimensão da organização: para mais informações consultar o capítulo “O ano em relance”.</p>
----------	--	--	--

CONTINUA

GRI 2 – CONTEÚDOS GERAIS

2. ATIVIDADES E TRABALHADORES

2-7 V	Colaboradores						
Países com operações por número de Colaboradores							
		2022			2023		
Portugal		37.025				36.910	
Espanha		1.195				1.383	
Países com operações por tipo de contrato							
		CP	CT	T	CP	CT	T
		2022			2023		
Portugal		27.622	9.403	37.025	28.851	8.059	36.910
Espanha		925	270	1.195	1.029	354	1.383
CP Contrato Permanente CT Contrato Temporário T Total							
N.º de contratos por tipo							
		H	M	T	H	M	T
		2022			2023		
Contratos permanentes		8.718	19.829	28.547	9.286	20.594	29.880
Contratos temporários		3.455	6.218	9.673	2.964	5.449	8.413
Total		12.173	26.047	38.220	12.250	26.043	38.293
Tempo integral		9.654	19.055	28.709	9.907	19.548	29.455
Tempo parcial		2.519	6.992	9.511	2.343	6.495	8.838
Total		12.173	26.047	38.220	12.250	26.043	38.293
Sem garantia de carga horária		–	–	–	–	–	–
H Homem M Mulher T Total							

CONTINUA

GRI 2 – CONTEÚDOS GERAIS

2. ATIVIDADES E TRABALHADORES

2-7
V

Colaboradores

Média de contratos por tipo – Permanente / Temporário

		2022						2023								
		H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T			
		PERMANENTE			TEMPORÁRIO			PERMANENTE			TEMPORÁRIO					
Executives	<30 anos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	30-50 anos	24	6	30	–	–	–	20	9	29	–	–	–	–	–	–
	≥50 anos	19	5	24	–	–	–	25	5	30	–	–	–	–	–	–
	Total	43	11	54	–	–	–	45	14	59	–	–	–	–	–	–
Senior & Middle Managers	<30 anos	4	1	5	–	–	–	7	3	10	–	–	–	–	–	–
	30-50 anos	288	214	502	–	–	–	329	239	568	–	–	–	–	–	–
	≥50 anos	143	85	228	–	–	–	161	109	270	–	–	–	–	–	–
	Total	435	300	735	–	–	–	497	351	848	–	–	–	–	–	–
Coordinators & Supervisors	<30 anos	76	158	234	1	15	16	65	222	287	1	43	44	–	–	–
	30-50 anos	545	1,065	1,610	5	16	21	547	1,242	1,789	1	32	33	–	–	–
	≥50 anos	148	259	407	–	2	2	164	336	500	–	5	5	–	–	–
	Total	769	1,482	2,251	6	33	39	776	1,800	2,576	2	80	82	–	–	–
Technicians & Specialists	<30 anos	210	491	701	9	37	46	236	544	780	20	28	48	–	–	–
	30-50 anos	384	859	1,243	5	10	15	410	880	1,290	2	8	10	–	–	–
	≥50 anos	88	189	277	–	1	1	94	226	320	–	–	–	–	–	–
	Total	682	1,539	2,221	14	48	62	740	1,650	2,390	22	36	58	–	–	–
Representatives	<30 anos	2.463	4.095	6.558	2.697	4.362	7.059	2.651	4.164	6.815	2.257	3.661	5.918	–	–	–
	30-50 anos	3.297	8.739	12.036	692	1.545	2.237	3.526	8.622	12.148	645	1.462	2.107	–	–	–
	≥50 anos	1.029	3.663	4.692	46	230	276	1.051	3.993	5.044	38	210	248	–	–	–
	Total	6.789	16.497	23.286	3.435	6.137	9.572	7.228	16.779	24.007	2.940	5.333	8.273	–	–	–

H Homem M Mulher T Total

CONTINUA

GRI 2 – CONTEÚDOS GERAIS

2. ATIVIDADES E TRABALHADORES

2-7 V	Colaboradores	Média de contratos por tipo – Integral / Parcial											
		2022						2023					
		H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
		INTEGRAL		PARCIAL		INTEGRAL		PARCIAL		INTEGRAL		PARCIAL	
Executives	<30 anos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	30-50 anos	24	6	30	–	–	–	20	9	29	–	–	–
	≥50 anos	19	5	24	–	–	–	25	5	30	–	–	–
	Total	43	11	54	–	–	–	45	14	59	–	–	–
Senior & Middle Managers	<30 anos	4	1	5	–	–	–	7	3	10	–	–	–
	30-50 anos	286	213	499	2	1	3	327	238	565	2	1	3
	≥50 anos	142	85	227	1	–	1	161	109	270	–	–	–
	Total	432	299	731	3	1	4	495	350	845	2	1	3
Coordinators & Supervisors	<30 anos	77	170	247	–	3	3	66	212	278	–	53	53
	30-50 anos	548	1.057	1.605	2	24	26	547	1.193	1.740	1	81	82
	≥50 anos	148	259	407	–	2	2	164	324	488	–	17	17
	Total	773	1.486	2.259	2	29	31	777	1.729	2.506	1	151	152
Technicians & Specialists	<30 anos	219	526	745	–	2	2	256	569	825	–	3	3
	30-50 anos	388	865	1.253	1	4	5	410	881	1.291	2	7	9
	≥50 anos	88	190	278	–	–	–	94	226	320	–	–	–
	Total	695	1.581	2.276	1	6	7	760	1.676	2.436	2	10	12
Representatives	<30 anos	3.181	4.684	7.865	1.979	3.773	5.752	3.147	4.614	7.761	1.761	3.211	4.972
	30-50 anos	3.535	8.088	11.623	454	2.196	2.650	3.679	8.017	11.696	492	2.067	2.559
	≥50 anos	995	2.906	3.901	80	987	1.067	1.004	3.148	4.152	85	1.055	1.140
	Total	7.711	15.678	23.389	2.513	6.956	9.469	7.830	15.779	23.609	2.338	6.333	8.671

H Homem M Mulher T Total

2-8
V Trabalhadores que não são empregados

	2022			2023		
	H	M	T	H	M	T
Nº trabalhadores que não são colaboradores	734	375	1.109	535	299	834

H Homem M Mulher T Total

Nota: estão contemplados no indicador trabalhadores temporários e estagiários.

CONTINUA

GRI 2 – CONTEÚDOS GERAIS

3. GOVERNANÇA		
2-9 V	Estrutura de governança e sua composição	Consultar capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulos “ Estrutura acionista ” e “ Governo societário ”.
2-10 V	Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	Consultar capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Governo societário ”.
2-11 V	Presidência do mais alto órgão de governança	Consultar capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Governo societário ”.
2-12 V	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão de impactos	<p>A Comissão de Liderança, assume funções estratégicas no modelo de governança de sustentabilidade, com o intuito de fortalecer o compromisso da gestão e fomentar a transformação do negócio.</p> <p>Os principais objetivos da Comissão de Liderança, no modelo de governança de sustentabilidade, prendem-se com:</p> <ul style="list-style-type: none"> Assegurar a incorporação dos temas de sustentabilidade na Estratégia Corporativa; Fomentar um compromisso transversal de todos os Pelouros no sentido de uma mudança de comportamento relativa à incorporação dos princípios de sustentabilidade nos modelos de negócio da MC; <p>• Avaliar e validar os eixos estratégicos e os principais programas de sustentabilidade;</p> <p>• Supervisionar o trabalho desenvolvido pela MC nestas temáticas;</p> <p>• Analisar a <i>performance</i> de sustentabilidade da MC.</p> <p>Anualmente, a Comissão de Liderança reavalia a Estratégia de Sustentabilidade e as políticas corporativas, para se ajustarem a novas tendências e desafios emergentes.</p> <p>Para mais informações, consultar capítulo “Princípios e práticas governativas”, sub-capítulo “Governo societário”.</p>
2-13 V	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	<p>A Direção reporta ao Administrador do Pelouro <i>People & Sustentabilidade</i>. Tem como principais responsabilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver as Estratégias de Sustentabilidade, planos de ação e <i>roadmaps</i>, holísticos e transversais a toda a organização, apoiando a Comissão de Liderança; Criar <i>Task Forces</i>, sempre que necessário, com outras equipas operacionais para resolver temas de especial importância para a MC, no âmbito da sustentabilidade; Acompanhar os diferentes pelouros e áreas de negócio na execução da Estratégia de Sustentabilidade da MC; Desenvolver funções de PMO em projetos de sustentabilidade; Preparar e desenvolver candidaturas a <i>ratings</i> e índices de sustentabilidade, relato anual; Apoio na transposição de regulamentação aplicável à MC na área da sustentabilidade; Tomar posição sobre temáticas de sustentabilidade relevantes; Assegurar a comunicação e o reporte com as equipas de gestão. <p>Por sua vez, os diferentes Pelouros têm áreas/<i>pivots</i> de sustentabilidade, com o objetivo de assegurar a operacionalização da Estratégia de Sustentabilidade e implementar as iniciativas definidas. Estes <i>pivots</i> trabalham em estreita colaboração com a Direção de Sustentabilidade, acompanhando as equipas das áreas de negócio na persecução dos seus planos de ação. Os principais objetivos dos <i>pivots</i> são:</p> <ul style="list-style-type: none"> Adaptar as orientações rececionadas da Comissão de Liderança à realidade operacional do seu pelouro e área de negócio, monitorizando o <i>status</i> de implementação; Assegurar a execução efetiva dos vetores e iniciativas definidos nos Planos de Ação de Sustentabilidade, dentro das diferentes áreas de negócio; Desenvolver um acompanhamento operacional, no terreno, identificando riscos e oportunidades que impactam a execução das iniciativas, bem como recolhendo informação sobre necessidades de recursos (humanos, técnicos e financeiros); Recolher o <i>feedback</i> das equipas das áreas de negócio e garantir um canal de comunicação entre estas e os elementos de gestão e da Direção de Sustentabilidade.
2-14 V	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	O compromisso do mais alto órgão de governança, através da identificação e melhoria de processos críticos em termos de preparação e comunicação de informação de sustentabilidade, assegura um ambiente de controlo interno eficaz para proporcionar informação de sustentabilidade com transparência, materialidade e fiabilidade.

CONTINUA

GRI 2 – CONTEÚDOS GERAIS

3. GOVERNANÇA		
2-15 V	Conflitos de interesse	<p>A política de prevenção de conflitos de interesse, aprovada pela empresa, estabelece os mecanismos internos relativos a potenciais conflitos de interesses envolvendo colaboradores e órgãos sociais. A política estabelece a obrigação de informar o superior hierárquico sobre a existência de ligações que suscitem conflitos de interesse, tais como colaboração com organizações, ou laços de parentesco ou amizade com pessoas relacionadas com processos de decisão vigentes.</p> <p>Para mais informações, consultar os Códigos de Ética e Conduta da MC e Sonae.</p> <p>Código de Ética e Conduta MC Código de Ética e Conduta Sonae</p>
2-16 V	Comunicação de preocupações cruciais	<p>A nossa cultura empresarial assenta em princípios de consciencialização e respeito absoluto pelas regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesse e em deveres de diligência e confidencialidade no tratamento de questões críticas.</p> <p>Proporcionamos os seguintes canais de comunicação de preocupações críticas para os nossos <i>stakeholders</i>:</p> <p>i) a Provedoria Sonae, para que seja comunicada qualquer possível irregularidade; ii) a Comissão de Ética, para que seja comunicada qualquer eventual violação do Código de Ética e Conduta; e iii) o Canal de Denúncias no âmbito da política de prevenção da corrupção.</p> <p>Além disso, a Provedoria Sonae fornece o seu canal de contacto a todos os Clientes, Colaboradores e Fornecedores, recolhendo elogios, sugestões, pedidos de informação, reclamações e/ou queixas.</p> <p>Adicionalmente, dispomos de um Sistema de Gestão de Sugestões e Reclamações certificado que nos permite identificar diversas oportunidades de desenvolvimento, bem como implementar melhorias e mudanças resultantes do <i>feedback</i> dos nossos principais <i>stakeholders</i>, tanto a nível do produto como a nível da operação.</p>
2-17 V	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	<p>Para garantir que o mais alto órgão de governança da MC está preparado para incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável na sua gestão, são tomadas as seguintes medidas pela MC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sensibilização e formação que reforça a importância da sustentabilidade e a urgência de uma ação concertada. Os membros conhecem as áreas de atuação dos pelouros da MC e compreendem os seus desafios, como a nossa empresa impacta e é impactada pela sustentabilidade e, por fim, têm noção dos seus riscos e oportunidades; <p>• Colaboração com outras organizações, especialistas e partes interessadas no desenvolvimento sustentável, para partilhar experiências, conhecimentos e competências aprofundados das complexidades do desenvolvimento sustentável, das questões emergentes e da melhor forma de mitigar os riscos. Para mais informações sobre as nossas Associações parceiras, consultar o indicador GRI 2-28;</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento do progresso com indicadores de desempenho claros, o que ajuda a compreender até onde chegámos e o que precisa de ser melhorado. <p>Ao adotar estas medidas, a MC aumenta a capacidade de governo e desenvolve o seu conhecimento, as competências e a experiência.</p>
2-18 V	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Consultar capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Política de remuneração ”
2-19 V	Políticas de remuneração	Consultar capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Política de remuneração ”
2-20 V	Processo para determinação da remuneração	Consultar capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Política de remuneração ”
2-21 V	Proporção da remuneração total anual	Consultar o Relatório Anual Integrado 2023 da Sonae.

CONTINUA

GRI 2 – CONTEÚDOS GERAIS

4. ESTRATÉGIA, POLÍTICAS E PRÁTICAS

2-22 V	Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável	Para mais informações consultar sub-capítulo “Mensagem do CEO” e capítulo “Sustentabilidade em relance” .		
2-23 V	Compromissos relacionados com políticas	<p>Na MC pautamos a nossa atuação por um conjunto de princípios e valores que se encontram enraizados no nosso ADN, procurando inspirar quem nos rodeia a construir um legado de excelência para o futuro.</p> <p>O Código de Ética e Conduta sistematiza os princípios que regem a atividade da Companhia e um conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos respetivos membros dos Órgãos Sociais e por todos os Colaboradores, na sua relação com Clientes, Fornecedores e restantes <i>stakeholders</i>.</p> <p>Através do Código de Ética e Conduta garantimos que toda a nossa atividade se rege pela aplicação fiel dos princípios de ética e confiança definidos.</p> <p>Com as políticas e procedimentos relativos a questões de Direitos Humanos, a MC pretende dos seus Colaboradores, Fornecedores e restantes <i>stakeholders</i> o compromisso de pautarem as suas atividades tendo em conta o respeito pelos direitos humanos, o qual constitui garantia mínima de conformidade tanto nas suas operações diretas, como ao longo da sua cadeia de fornecimento, de forma alinhada com o Código de Ética e Conduta.</p> <p>Em 2023, 23.733 colaboradores receberam formação formal nas políticas e procedimentos da organização relativos a questões de Direitos Humanos.</p>	<p>Adicionalmente, com o objetivo de suportar a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável na gestão da nossa atividade, ao longo dos anos temos vindo a subscrever um conjunto de políticas e compromissos (diretamente ou através da Sonae SGPS) e a desenvolver referenciais internos, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas; Princípios do <i>Global Compact</i> das Nações Unidas; Carta de Princípio do BCSD Portugal; <i>CEO Guide For Human Rights</i> do WBCSD; <i>Women Initiative</i> do <i>European Roundtable of Industrials</i> (ERT); <i>CEO Pledge da Lead Network</i>; <i>Future of Work Leadership Statement</i> do WBCSD; <i>Paris Pledge for Action</i>; <i>New Plastics Economy Global Commitment</i>; Pacto Português para os Plásticos; <i>Business for Nature’s Call to Action</i>; <i>Science Based Targets Network</i> (SBTN) <i>Corporate Engagement Program</i>; Política Ambiental; Plano para a Igualdade de Género; Código de Ética e Conduta para Fornecedores; Declaração para a Sustentabilidade do Clube de Produtores Continente; Política de Sustentabilidade do Pescado; Compromisso Zero Desflorestação; Carta de Princípios para o CO₂ e Alterações Climáticas e Carta de Princípios para o Plástico.</p> <p>Para mais informações, vide respostas ao indicador 2-6; consultar o capítulo “Princípios e práticas governativas”.</p>	
2-27 V	Conformidade com leis e regulamentos	A MC considera que uma coima é significativa quando o valor monetário total é superior ou igual a 12.000€, por corresponder à coima mínima de uma contraordenação grave (de acordo com o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas).	A MC sofreu em 2022 uma contraordenação ambiental muito grave por rejeição para domínio hídrico sem licença, tendo a coima sido suspensa pelo período de um ano, sob a condição do estrito cumprimento dos requisitos estabelecidos na autorização emitida.	
		SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS (n.º)	MULTAS SIGNIFICATIVAS (n.º)	VALOR MONETÁRIO TOTAL DAS MULTAS SIGNIFICATIVAS (€)
	No período de relato – ano 2023	7	0	0
	Em exercícios anteriores – ano 2022	2	1	24.000
2-28 V	Participação em associações	Complementarmente à representação do Grupo Sonae, a MC integra as seguintes associações: APED (Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição); APLOG (Associação Portuguesa de Logística); ACEPI (Associação Economia Digital);	GS1 Portugal; APAN (Associação Portuguesa de Anunciantes); AHRESP (Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal) e <i>Consumer Goods Forum</i> .	

CONTINUA

GRI 2 – CONTEÚDOS GERAIS

5. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

2-29 V	Abordagem ao envolvimento das partes interessadas	Para a MC é fundamental o estabelecimento de relações duradouras com os <i>stakeholders</i> . Estamos comprometidos em ouvir todos através de um diálogo regular. A auscultação dos nossos <i>stakeholders</i> tem como objetivo identificar, priorizar e gerir tópicos materiais com impacto relevante sobre o Negócio, o Planeta e a Comunidade.	Com o objetivo de implementar uma cultura de <i>engagement</i> , estabelecemos uma comunicação e interação estruturada com cada grupo de <i>stakeholders</i> , através de um leque diversificado de meios de comunicação e monitorização de informação, que nos permite identificar respetivos temas materiais.	
	STAKEHOLDERS	CANAIS	TEMAS	
	Clientes	<p>A MC assume como foco das suas ações o desenvolvimento de uma relação de transparência e confiança com os seus Clientes, alicerçada numa proposta de valor competitiva e responsável, amplamente adaptada às suas necessidades.</p> <p>Desta forma, ouvir e conhecer os nossos Clientes é fundamental para que possamos responder às suas necessidades, assim como definir e ajustar a nossa proposta de valor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Interação com os Clientes nas nossas lojas e através das plataformas digitais e nos pontos de entrega de encomendas online <i>Call center</i> de apoio ao Cliente Provedoria Sonae Campanhas de comunicação e ações de ativação de marca <i>Social media</i> e <i>website</i> MC Estudos de mercado e <i>focus groups</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade e segurança Origem e rastreabilidade produtos Informação nutricional e pegada ambiental Inovação de produto Preço Experiência de compra e relação com cliente Comunicação transparente Ambiente e condições de trabalho Sustentabilidade Respeito e cumprimento da lei relativa à privacidade e tratamento da informação
	Colaboradores	A MC atribui elevado valor ao desenvolvimento profissional e pessoal dos seus Colaboradores. Ouvimos as nossas equipas para que possamos promover ambientes de trabalho inclusivos, saudáveis e seguros e com igualdade de oportunidades.	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões e interações recorrentes em ambiente profissional Eventos e convívios informais Ações de formação Comunicação interna Fóruns e grupos de partilha Inquéritos de satisfação e clima Consultas a Colaboradores Avaliação de desempenho Provedoria Sonae 	<ul style="list-style-type: none"> Atração e retenção de talento Desenvolvimento de capital humano Critérios de remuneração e progressão profissional Jornada colaborador Diversidade e inclusão Ambiente e condições de trabalho Comunicação transparente Ética
	Fornecedores	Através de uma comunicação regular e aberta com os nossos Fornecedores construímos e asseguramos relações de confiança a longo prazo, o que permite responder às necessidades dos nossos Clientes, através da entrega de produtos diferenciados, responsáveis e de qualidade, e assegurar o crescimento e desenvolvimento da nossa comunidade de Fornecedores.	<ul style="list-style-type: none"> Projetos de parcerias Reuniões e negociações Contratos de fornecimento Avaliação, qualificação e auditoria de desempenho Inquéritos de auscultação Portal de Fornecedores Provedoria Sonae Fichas técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> Requisitos de desenvolvimento Controlo de qualidade Preço Origem e rastreabilidade Informação nutricional e pegada ambiental Comunicação transparente Gestão da relação com fornecedores
	Acionistas	A MC visa a geração de valor de longo prazo para os seus Acionistas, mantendo uma relação de proximidade através de uma comunicação constante para que possamos assegurar as suas expectativas de criação de valor económico, social e ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> Interações com os Acionistas Interações com instituições financeiras Apresentações institucionais Comunicações financeiras Reuniões dos órgãos sociais e Comissões 	<ul style="list-style-type: none"> Modelo Governo Investimento responsável Desempenho económico, social e ambiental Ética Gestão de risco e crise Gestão da marca e reputação Comunicação transparente

CONTINUA

GRI 2 – CONTEÚDOS GERAIS

5. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

2-29 V	STAKEHOLDERS	CANAIS	TEMAS
	Sociedade	Colaboramos com entidades governativas e reguladoras para ajudar a desenvolver e implementar regulamentação associada à nossa atividade; somos membros de diferentes associações para que possamos monitorizar e integrar melhores práticas e tendências e promover o desenvolvimento sustentável do setor; mantemos a comunicação regular com as comunidades locais e ONGs para que possamos ter impacto positivo na vidas das pessoas.	<ul style="list-style-type: none"> • Interações com entidades e decisores públicos • Participação em associações • Interações com media • Interações com ONGs • Apresentações, conferências e outras reuniões públicas • Eventos e festivais para a Comunidade em geral • Publicações
		Em 2023, registámos, analisámos e tratámos mais de 143 mil reclamações, sugestões, elogios e pedidos de informação relativos aos diversos Negócios da MC.	Dispomos de um Sistema de Gestão de Sugestões e Reclamações certificado que nos permite identificar diversas oportunidades de desenvolvimento e implementar melhorias e mudanças tanto ao nível do produto como ao nível da operação.
2-30 V	Acordos de negociação coletiva	Na MC 95,5% do total de Colaboradores estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho através do contrato de trabalho.	Em 2023 não tivemos paralisações de trabalho envolvendo 1.000 ou mais trabalhadores com duração de um turno completo ou mais e foram perdidos zero dias como resultado de paralisações.

CONCLUSÃO

GRI 3 – TÓPICOS MATERIAIS

ASPETOS MATERIAIS

3-1 V	Processo de definição da materialidade	<p>Ao longo dos anos temos estado próximos dos nossos <i>stakeholders</i> de forma a receber as suas contribuições quanto aos impactes da nossa atividade. Entre 2022 e 2023 levámos a cabo um processo de auscultação robusto que envolveu diferentes <i>stakeholders</i>.</p> <p>Os temas foram identificados com base numa análise holística e exaustiva à atividade desenvolvida pela MC que envolveu os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise das principais tendências do setor e quadro regulatório vigente e emergente; • <i>Benchmark</i> aos principais <i>players</i> do setor e respetivos competidores; • Auscultação aos seus clientes e colaboradores, através de inquéritos e <i>focus group</i>; • Auscultação aos seus fornecedores, entidades parceiras e ONGs, através de inquéritos; • Maturidade da organização, tendo por base o desenvolvimento de um diagnóstico organizacional e um conjunto de sessões de trabalho com as nossas equipas. 	<p>Complementarmente assegurámos uma reflexão que atendeu à estrutura e posicionamento da MC, à estratégia e aos compromissos assumidos, ao desempenho registado, aos impactos significativos, reais ou potenciais sobre a sociedade e o ambiente, associados às operações e à cadeia de valor a montante e a jusante, bem como os riscos e oportunidades que a agenda do desenvolvimento sustentável pode representar para a MC.</p> <p>Esta análise colmatou no delineamento de um conjunto de agendas que congregam os temas mais materiais para cumprirmos a nossa ambição de democratizar o acesso a uma cesta saudável e sustentável e garantirmos que hoje estamos a construir um futuro que respeita as Pessoas, as Comunidades e o Planeta.</p>
3-2 V	Lista de aspetos materiais	<ul style="list-style-type: none"> • Ação Climática (Emissões GEE âmbito 1 e 2, Emissões GEE âmbito 3); • Circularidade (Embalamento de Produtos, Desperdício Alimentar, Gestão de Resíduos); • Produção Sustentável (Emissões GEE âmbito 3, Agricultura Sustentável, Desflorestação, Consumo de Água, <i>Animal Welfare</i> e Pesca Sustentável, Gestão da Cadeia de Abastecimento e Direitos Humanos); • Oferta Responsável (Rotulagem de Produtos e <i>Marketing</i>, Qualidade e Nutrição). 	<p>A par dos aspetos destacados, importa referir que os temas relacionados com as nossas Pessoas e com a nossa Relação com a Comunidade representam questões intrínsecas aos princípios e valores da MC e possuem uma elevada maturidade e integração ao nível dos negócios, pelo que são endereçados e geridos através de um conjunto complementar de instrumentos, políticas e estratégias.</p>
3-3 V	Gestão dos aspetos materiais	<p>Pela construção de um amanhã sustentável temos vindo a ter uma ação sustentada, que monitorizamos e avaliamos, de acordo com o reportado neste Relatório.</p> <p>Os temas materiais e as agendas que integram estão a ser trabalhados transversalmente desde 2023 com a definição progressiva de políticas, princípios de atuação, objetivos e metas a atingir pela MC. Ao longo deste Relatório divulgamos um conjunto de iniciativas promovidas para endereçar estes mesmos aspetos materiais.</p>	<p>Para mais informações sobre a abordagem ao princípio de precaução, consultar o capítulo “Princípios e práticas governativas”.</p>

GRI 200 – DIVULGAÇÕES E CONÔMICAS

201: DESEMPENHO ECONÓMICO			
201-2 V	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas	A MC adotou as recomendações da <i>Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)</i> – uma iniciativa que promove recomendações para a gestão e divulgação de riscos financeiros associados às mudanças climáticas.	Para mais informações consultar o capítulo “ Princípios e práticas governativas ”, sub-capítulo “ Gestão de risco ”.
203: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS			
203-1 V	Investimentos de infraestrutura e serviços suportados	A MC assegura as condições necessárias para causar o mínimo impacto negativo nas Comunidades aquando da abertura de novas infraestruturas. Durante a operação desenvolve inúmeras atividades de apoio à Comunidade local, indo de encontro às diferentes necessidades destas. As atividades são muitas vezes realizadas em parceria com entidades locais.	Em 2023, cerca de 30,8 milhões de euros foram doados à Comunidade, a 1.430 instituições de todo o país.
203-2 V	Impactos económicos indiretos significativos	Para mais informações consultar o capítulo “ Sustentabilidade em relance ”.	
204: PRÁTICAS DE COMPRA			
204-1 V	Proporção de despesas com Fornecedores locais Percentagem de custos com Fornecedores		
			2022 2023
	Percentagem de custos com Fornecedores estrangeiros		16% 16%
	Percentagem de custos com Fornecedores nacionais		84% 84%
205: ANTI-CORRUPÇÃO			
205-1 V	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção	A Gestão de Risco está alinhada com o processo de planeamento da MC, alicerçada numa abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento. O seu objetivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e ameaças que a MC enfrenta na prossecução dos seus objetivos de negócio e de criação de valor. A fim de prevenir, detetar e sancionar atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo contra ou através da entidade, a MC desenvolveu um Programa de Cumprimento Normativo que engloba: i) plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR); ii) política anticorrupção; iii) canal de denúncias; iv) programa de formação.	O PPR, que abrange toda a organização e atividade da MC e as suas subsidiárias e afiliadas, não identificou nenhum risco crítico. Em 2023, não foram recebidas denúncias relativas a casos de corrupção.
205-2 V	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	O Código de Ética e Conduta , que estabelece os princípios e regras relacionados com conflito de interesses, ofertas ou recompensas a Colaboradores, incluindo políticas anticorrupção, é comunicado na formação inicial a todos os Colaboradores.	Em 2023, 8.672 Colaboradores receberam formação em anticorrupção.
205-3 V	Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas	Em 2023, não foram registados casos de corrupção.	

GRI 300 – DESEMPENHO AMBIENTAL

301: MATERIAIS							
301-1 V	Consumo de materiais por peso ou volume	A MC visa uma utilização sustentável do consumo de materiais associados à sua cadeia de valor e operação. Atendendo às especificidades do retalho, a <i>packaging</i> assume uma dimensão particularmente material a este nível. O <i>packaging</i> desempenha um papel central no desenvolvimento dos nossos produtos, com impactos relevantes na garantia da qualidade e validade do produto, assegurando as condições para um correto armazenamento e transporte até às nossas lojas e das nossas lojas até à casa dos nossos clientes, para que os produtos possam ser consumidos de forma segura. Não obstante a importância do <i>packaging</i> , conscientes do impacto subjacente às suas utilizações de uso único, definimos uma abordagem que tem como objetivo potenciar a aplicação dos princípios de <i>eco-design</i> e <i>design4recycling</i> na conceção de todas as embalagens, privilegiando a utilização dos materiais mais adequados, reduzindo a utilização de recursos em toda a cadeia de valor, minimizando a possibilidade de libertação de partes de embalagem para o meio ambiente, facilitando os processos de uso e descarte adequado por parte do consumidor e procurando que todas as embalagens sejam recicláveis e efetivamente recicladas, numa abordagem <i>design4recycling</i> .	A MC tem um plano de alteração das suas embalagens em curso, para garantir o desenvolvimento, de raiz, de embalagens recicláveis para os seus produtos. No último ano estas diretrizes foram revistas, dando origem ao Manual de <i>Packaging</i> Sustentável da MC, bem como à disponibilização de um percurso formativo para colaboradores e fornecedores, de forma a se assegurar e acelerar a sua adoção. Até 2025 temos a ambição de assegurar que todas as embalagens das marcas próprias e exclusivas da MC sejam recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis e que incorporem 30% de matéria-prima reciclada. Concluímos 2023 com uma taxa de reciclabilidade das nossas embalagens de 92,9%, considerando os diferentes tipos de materiais e de acordo com a nossa matriz de reciclabilidade, tendo a taxa de reciclabilidade das embalagens de plástico atingido os 86,3% (mais 6,3 pp face a 2022) e das embalagens de papel /cartão os 96,6%. O detalhe da incorporação de matéria-prima reciclada por material encontra-se no indicador 301-2. Os materiais reportados são os mais relevantes em peso e volume.				
301-2 V	Materiais reciclados utilizados						
			2022	2023			
	MATERIAIS UTILIZADOS (t)	VIRGENS	RECICLADOS	TOTAL	VIRGENS	RECICLADOS	TOTAL
	Plástico Embalagem	14.967	2.462	17.429	19.784	3.135	22.918
	Plástico Produto	275	2.289	2.564	259	2.090	2.349
	Papel / Cartão Embalagem	8.741	671	9.412	6.121	3.247	9.368
	Papel / Cartão Produto	–	–	–	5	19	24
	Vidro Embalagem	NA	NA	11.606	NA	NA	10.237
	Metal Embalagem	NA	NA	4.298	NA	NA	4.224
	Madeira Embalagem	NA	NA	69	NA	NA	97
	ECAL Embalagem	–	–	–	2.835	–	2.835
	Algodão Produto	–	–	–	29	1	30
	Nota 1: Os materiais reportados são os mais relevantes em peso e volume.				Nota 2: O consumo de materiais utilizado no produto diz respeito aos sacos que comercializamos (apuramento de papel/cartão e algodão a partir do ano 2023). Decorrente do ajuste na metodologia de consolidação de informação, a informação de 2022 foi atualizada.	Nota 3: Quantificação do ECAL a partir do ano 2023.	

CONTINUA

GRI 300 – DESEMPENHO AMBIENTAL

301: MATERIAIS			
301-3 V	Produtos e embalagens recuperadas		
	PRODUTOS E EMBALAGENS RECUPERADAS (t)	2022	2023
	Papel e cartão	39.935	38.538
	Plástico	2.565	2.578
	Esferovite	364	327
	Madeira	645	540
	Vestuário	629	758
	Cortiça	25	38
	Cápsulas de café	5	5
	Óleos alimentares	75	334
	Pilhas e baterias	30	63
	Lâmpadas	9	10
Consumíveis informáticos	10	32	
302: ENERGIA			
302-1 V	Consumo de energia dentro da organização		
	CONSUMO DE ENERGIA POR FONTE (GJ)	2022	2023
	Combustíveis fósseis – Frota	531.934	552.189
	Combustíveis fósseis – Instalações	29.136	25.247
	Consumo de eletricidade	1.630.972	1.707.005
	Consumo de energia térmica	52.394	50.816
	Total	2.244.436	2.335.257
	<i>Nota:</i> Valor referente a combustíveis fósseis – frota do ano 2022 atualizado.		
	ENERGIA RENOVÁVEL PRODUZIDA (GJ)	2022	2023
	Produzida e consumida	101.736	143.288
Produzida e vendida	26.895	24.401	
Total	128.631	167.689	
ENERGIA RENOVÁVEL ADQUIRIDA – PPA (GJ)	391.381	439.136	
302-3 V	Intensidade energética		
	INTENSIDADE ENERGÉTICA	2022	2023
	Consumo total de energia (GJ)	2.244.436	2.335.257
	Área de Vendas (m ²)	850.000	880.000
	Rácio de intensidade energética (GJ/m²)	2,64	2,65
<i>Nota 1:</i> O aumento do rácio de intensidade energética deve-se à introdução de novos formatos nas lojas MC, como o <i>Plug & Charge</i> , a Cozinha Continente e a Washy, que têm necessidades energéticas superiores aos formatos tradicionais de retalho.		<i>Nota 2:</i> Valor referente a consumo total de energia do ano 2022 atualizado.	

CONTINUA

GRI 300 – DESEMPENHO AMBIENTAL

302: ENERGIA			
302-4 V	Redução do consumo de energia	Em 2023 reforçámos os esforços de promoção do consumo eficiente e flexível de energia, investindo na instalação de equipamentos e sistemas mais eficientes, criando as condições necessárias para melhor monitorizar e gerir o consumo de energia e desenvolvendo procedimentos para potenciar o investimento realizado.	As medidas de eficiência e produção local de energia renovável representaram um investimento de cerca de 35 milhões de euros, no âmbito do programa interno “ <i>Trevo</i> ” e remodelação de lojas. Ver capítulo “ Sustentabilidade em relance ”.
	303: ÁGUA E EFLUENTES		
303-1 V	Interações com a água como um recurso partilhado	A maioria da água consumida nas operações da MC está relacionada com o uso humano. Com o objetivo de reduzir o impacto ambiental, a MC está empenhada em reduzir a sua pegada hídrica direta, aumentando a eficiência das suas operações, inovando e aproveitando tecnologia para repensar a forma como a água é utilizada e gerida nas suas infraestruturas. A instalação progressiva de contadores dotados de telemetria, que possibilitam uma monitorização mais apurada dos consumos de água, são essenciais neste processo.	Existem algumas iniciativas que visam a reutilização e reciclagem da água. Entre elas, destaca-se uma instalação para recuperação e reciclagem de parte dos efluentes líquidos produzidos no Centro de Processamento de Carnes da MC.
	303-2 V	Gestão de impactos relacionados com efluentes	A MC não dispõe de medições quantitativas de efluentes líquidos rejeitados nas lojas e na maioria dos entrepostos. Assim, e de acordo com as melhores práticas da engenharia, assumimos que 80% da água consumida nas operações e estrutura acaba rejeitada como efluente líquido, e os 20% restantes são consumidos, com exceção do Centro de Distribuição da Azambuja, Centro de Distribuição de Vila Nova da Rainha e o Centro de Processamento de Carnes (CPC). Relativamente aos destinos, a maioria dos efluentes líquidos produzidos são rejeitados para as redes públicas de águas residuais domésticas, e todas as rejeições de efluentes líquidos para linhas de água naturais são sujeitas a pré-tratamento em instalações dedicadas (ETARS) e realizada a respetiva monitorização da qualidade.
303-3 V	Captação de água		
	CAPTAÇÃO TOTAL DE ÁGUA POR FONTE (m ³)	2022	2023
	Água de terceiros	818.006	881.473
	Água subterrânea	105.682	98.175
	Água à superfície e água da chuva	–	–
	Águas cinzentas	–	–
	Fontes de água diversas	–	–
	Total	923.689	979.648
	CAPTAÇÃO DE ÁGUA EM ÁREAS DE STRESS HÍDRICO (m ³)	169.392	583.370
	<i>Nota:</i> Para determinação dos estabelecimentos que se situam em áreas de <i>stress</i> hídrico alto ou extremamente alto recorreu-se ao <i>Aqueduct Water Risk Atlas</i> . Entre 2022 e 2023 verifica-se um grande aumento de locais em zonas de <i>stress</i> hídrico, no seguimento da atualização em agosto de 2023 dos dados do modelo hidrológico disponibilizados na ferramenta, com base nos modelos climáticos mais recentes.		

CONTINUA

GRI 300 – DESEMPENHO AMBIENTAL

303: ÁGUA E EFLUENTES

303-4 V	Descarga de água		
	VOLUME TOTAL DE EFLUENTE POR FONTE (m³)		
	Água de terceiros	716.286	784.561
	Água subterrânea	8.141	3.552
	Água à superfície e água da chuva	–	–
	Águas cinzentas	–	–
	Fontes de água diversas	–	–
	Total	724.427	788.114
	VOLUME DE EFLUENTE DESCARREGADO EM ÁREAS DE STRESS HÍDRICO (m³)	135.514	466.696

Nota: Para determinação dos estabelecimentos que se situam em áreas de stress hídrico alto ou extremamente alto recorreu-se ao *Aqueduct Water Risk Atlas*. Entre 2022 e 2023 verifica-se um grande aumento de locais em zonas de stress hídrico,

no seguimento da atualização em agosto de 2023 dos dados do modelo hidrológico disponibilizados na ferramenta, com base nos modelos climáticos mais recentes.

303-5 V	Consumo de água		
	CONSUMO TOTAL DE ÁGUA (m³)		
	Consumo total de água	199.262	191.534
	CONSUMO DE ÁGUA EM ÁREAS DE STRESS HÍDRICO (m³)	33.878	116.674

Nota 1: Para determinação dos estabelecimentos que se situam em áreas de stress hídrico alto ou extremamente alto recorreu-se ao *Aqueduct Water Risk Atlas*. Entre 2022 e 2023 verifica-se um grande aumento de locais em zonas de stress hídrico,

no seguimento da atualização em agosto de 2023 dos dados do modelo hidrológico disponibilizados na ferramenta, com base nos modelos climáticos mais recentes.

Nota 2: De acordo com a metodologia descrita pelos *standards* GRI, o volume de água consumido corresponde à diferença entre o volume de água captado e o volume de água descarregado.

304: BIODIVERSIDADE

304-1 V	Instalações operacionais (próprias ou arrendadas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas	A MC não possui instalações em áreas classificadas como zonas de <i>habitats</i> ricos em biodiversidade, na sua operação direta.	
304-2 V	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade	Em 2023, continuámos a colaborar com a <i>Science Based Targets Network</i> , via Sonae SGPS, no desenvolvimento de um <i>framework</i> comum de ação que possa ser usado por empresas de diferentes setores e regiões geográficas para aferir os seus impactos na natureza, delinear áreas prioritárias de atuação e definir <i>targets</i> alinhados com a ciência.	Simultaneamente desencadeámos um conjunto de ações que nos permitam mitigar os impactos das nossas cadeias de abastecimento e promover a adoção de práticas de produção mais sustentáveis. O Clube de Produtores Continente (CPC) é uma importante plataforma através da qual temos vindo a promover elevados padrões de qualidade, sustentabilidade e segurança, apoiando de forma estruturada os produtores nacionais na adoção de melhores práticas de produção e assegurando a sua valorização e reconhecimento.

CONTINUA

GRI 300 – DESEMPENHO AMBIENTAL

304: BIODIVERSIDADE

304-2 V	A Declaração para a Sustentabilidade do CPC lançada em 2021 já foi subscrita por mais de 100 membros do Clube, e tem como objetivo assegurar uma produção sustentável através de um conjunto de iniciativas que permitem apoiar os nossos produtores na resposta às metas da Estratégia “ <i>Farm to Fork</i> ”. Esta Declaração assenta em onze princípios que abrangem todas as categorias de produtos produzidos pelos membros do CPC, e que vão desde princípios de agricultura regenerativa, a métodos de aferição e medição de sustentabilidade, pecuária sustentável, valorização de subprodutos e biodiversidade, sempre numa ótica de compromisso e de melhoria contínua.	Com a Política de Sustentabilidade do Pescado pretendemos minimizar os impactes das atividades piscatórias na biodiversidade marinha e promover a adoção de práticas de sustentabilidade do pescado, tendo em consideração um conjunto de princípios de atuação que incentivam a proteção dos ecossistemas. Deste modo, ao longo dos últimos anos desenvolvemos diversas medidas de melhoria que contribuem para estimular a comercialização da pesca saudável e a redução de práticas de pesca não sustentáveis.
	Complementarmente temos trabalhado no desenvolvimento de <i>standards</i> específicos, como o Eco XT para a produção sustentável de carne de bovino e pequenos ruminantes, e na sensibilização e apoio dos nossos Produtores e Fornecedores na adoção de <i>standards</i> de práticas produtivas mais sustentáveis (Certificações GLOBAL G.A.P., MSC/ASC, Resíduo Zero, Bem-estar animal, entre outras).	A MC dispõe da ferramenta “ <i>Traffic Light System</i> ”, que foi desenvolvida com a finalidade de promover a venda de espécies de modo sustentável e avaliar mais facilmente o nível de sustentabilidade dos produtos que comercializamos. A partir da utilização desta ferramenta, a cor vermelha, amarela ou verde é atribuída consoante o método de pesca utilizado, simplificando assim o levantamento das principais práticas de pescado. Deste modo, a MC dá primazia a Fornecedores que utilizem métodos de pesca com menor impacto ao nível da existência das espécies e ecossistemas.

“TRAFFIC LIGHT SYSTEM” DO PESCADO (Volume de compras de pescado (%) segundo classificação)	2022	2023
Utilização de métodos/artes de pesca com potencial impacto reduzido na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos	39,7%	36,4%
Utilização de métodos/artes de pesca com potencial impacto moderado na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos	30,4%	30,6%
Utilização de métodos/artes de pesca com potencial impacto significativo na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos	0,8%	0,5%
Produzidos em aquacultura, certificados segundo os padrões de qualidade do Continente	29,1%	32,6%

304-3 V	Habitats protegidos ou restaurados		
	Áreas monitorizadas e/ou intervencionadas		
	Projetos da Águia-caçadeira	700 hectares	7.753 hectares
	Programa de Certificação Resíduo Zero	1.670 hectares	2.609 hectares
	Programa Agroecologia	544 hectares	665 hectares
	Programa Zerya Regenerativa	15 hectares	337 hectares

A floresta está particularmente exposta aos efeitos das alterações climáticas. O projeto “*Floresta Sonae*” representa um esforço coletivo das Empresas Sonae para restauro e conservação da floresta Portuguesa e compensação das emissões associadas ao consumo de combustíveis fósseis pela nossa frota de viaturas ligeiras. Em 2023, a MC assegurou o financiamento necessário para reflorestar cerca de 43 hectares.

Paralelamente, através das campanhas “*Cadernão*” e “*Poupe o Planeta*” financiamos a reflorestação de mais 17,5 hectares.

Ver capítulo “**Sustentabilidade em relance**”.

CONTINUA

GRI 300 – DESEMPENHO AMBIENTAL

305: EMISSÕES			
305-1 V	Emissões GEE diretas (âmbito 1)		
	EMISSÕES DE ÂMBITO 1 (t CO ₂ e)		2022
	Emissões GEE Diretas Totais		60.838
		2023	62.655
305-2 V	Emissões GEE indiretas (âmbito 2)		
	EMISSÕES DE ÂMBITO 2 (t CO ₂ e)		2022
	Emissões GEE Indiretas associadas ao consumo de eletricidade (<i>market based</i>)		87.526
	Emissões GEE Indiretas associadas ao consumo de eletricidade (<i>location based</i>)		116.379
	Emissões GEE Indiretas associadas ao consumo de energia térmica		3.471
		2023	76.178
		104.324	3.301
305-3 V	Emissões GEE indiretas (âmbito 3)		
	EMISSÕES DE ÂMBITO 3 (t CO ₂ e)		2022
	Emissões GEE Indiretas associadas a		
	Categoria 1. bens e serviços	4.007.185	4.236.407
	Categoria 2. bens de capital	91.369	–
	Categoria 3. atividades relacionadas com combustíveis e energia	25.116	–
	Categoria 4. transporte e distribuição a montante	39.718	–
	Categoria 5. resíduos	10.092	–
	Categoria 6. deslocações em serviço	1.635	–
	Categoria 7. deslocações pendulares dos Colaboradores	69.866	–
	Categoria 9. transporte e distribuição a jusante	181.138	–
	Categoria 11. o uso de produtos vendidos	140.876	–
	Categoria 12. o tratamento de fim de vida dos produtos vendidos	97.196	–
	Categoria 14. <i>franchises</i>	25.965	–
	Total de emissões		4.690.156
<p>Nota 1: Reporte das categorias de âmbito 3 aplicáveis à MC. Nota 2: Valores de 2022 atualizados decorrente do ajuste na metodologia de cálculo.</p>			
Em 2023, o objetivo de descarbonização da cadeia de valor da MC foi validado pela <i>Science Based Targets initiative</i> (SBTi), uma iniciativa que promove o estabelecimento de metas de redução de emissões alinhadas com a ciência climática – até 2032, a MC compromete-se a reduzir em 31% as emissões de gases com efeito de estufa da cadeia de valor, face a 2022.		Como tal, a partir deste ano a aferição da pegada de carbono de âmbito 3 da MC será focada na categoria 1, uma vez que representa mais de 67% das emissões de âmbito 3. Será realizada nova reavaliação de 5 em 5 anos, de forma a garantirmos coerência com a ciência climática mais recente e as melhores práticas.	

CONTINUA

GRI 300 – DESEMPENHO AMBIENTAL

305: EMISSÕES			
305-3 V	EMISSÕES TOTAIS GEE POR ÂMBITO (t CO ₂ e)		
	Âmbito 1	2022	2023
	Âmbito 2	60.838	62.655
	Âmbito 3	90.997	79.479
	4.690.156	4.236.407	
Total de emissões		4.841.992	4.378.541
<p>Nota: As informações sobre os fatores de emissão encontram-se na seção de notas metodológicas.</p>			
Em 2023, o objetivo de descarbonização das operações da MC foi validado pela <i>Science Based Targets initiative</i> (SBTi), uma iniciativa que promove o estabelecimento de metas de redução de emissões alinhadas com a ciência climática – até 2032, a MC compromete-se a reduzir em 51% as emissões de gases com efeito de estufa das operações, face a 2022.		Para suportar o cumprimento deste objetivo foi desenvolvido um <i>Roadmap</i> de Descarbonização das Operações da MC, o qual é monitorizado.	
		TARGET	2023
Emissões GEE Próprias (Âmbito 1 + 2) (t CO ₂ e)		148.000	142.134
Aferição do Cumprimento do Target		O target definido para as emissões próprias foi cumprido, tendo-se registado um desempenho de 4% abaixo do target, o que representa uma redução adicional de 5.866 tCO ₂ e.	
305-4 V	Intensidade das emissões de GEE		
	INTENSIDADE DE EMISSÕES		2022
	Emissões totais de GEE (t CO ₂ e)		4.841.992
	Área de Vendas (m ²)		850.000
	Rácio de intensidade de emissões de GEE (t CO ₂ e/m ²)		5,70
		2023	4,98
<p>Nota 1: A partir deste ano a aferição da pegada de carbono de âmbito 3 da MC será focada na categoria 1, pelo que o valor não é comparável com o ano anterior.</p>		Mantendo o mesmo âmbito em 2022, a intensidade carbónica seria de 4,89.	Nota 2: Valor referente às emissões totais de GEE de 2022 atualizado decorrente do ajuste na metodologia de cálculo.
305-5 V	Redução das emissões de GEE		
	Para apoiar a redução das nossas emissões, a MC desenvolveu um <i>roadmap</i> adaptado ao seu contexto de Negócio, com base nas melhores práticas e no melhor conhecimento tecnológico e científico. A implementação de medidas de ecoeficiência com o objetivo de reduzir ao máximo os nossos consumos de energia; a eletrificação dos consumos; o programa de alteração das nossas centrais de frio; e o investimento na produção e aquisição de energia efetivamente produzida a partir de fontes renováveis são as 4 áreas de atuação do nosso <i>roadmap</i> .	Em 2023, a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis (centrais fotovoltaicas) utilizada em auto-consumo situou-se em 39,8 GWh, tendo-se registado um aumento do consumo em auto-consumo de 41% comparativamente a 2022. Adicionalmente, a MC manteve a aposta na aquisição de energia isenta de emissões de GEE, através do reforço de acordos <i>Power Purchase Agreement</i> (PPA) a longo prazo.	
		Esta aposta nas energias renováveis permite que aproximadamente 34% do consumo de eletricidade da MC seja de origem renovável, possibilitando uma redução de 40.355 ton CO ₂ e relativamente à potencial emissão sem estas opções.	
		Ver capítulo “Sustentabilidade em relance”	

CONTINUA

GRI 300 – DESEMPENHO AMBIENTAL

305: EMISSÕES

305-7 V Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SO ₂) e outras emissões significativas			
EMISSIONES (t)		2022	2023
Emissões totais de NOx		373	373
Emissões totais de SO ₂		108	110
Emissões totais de CH ₄		18	20
Emissões totais de F-gases		22.307	23.430

Nota 1: Valor referente a óxidos de enxofre do ano 2022 atualizado. Nota 2: As informações sobre os fatores de emissão encontram-se na seção de notas metodológicas.

306: RESÍDUOS

306-1 V	Produção de resíduos e impactos significativos relacionados com os resíduos	A maior parte dos resíduos da MC estão associados à atividade das suas lojas. A gestão de resíduos abrange não só os resíduos produzidos no âmbito da nossa atividade, como os depositados pelos Clientes. Algumas medidas implementadas incluem:	(i) criação de áreas específicas nas lojas e entrepostos para a gestão de resíduos; (ii) separação, armazenamento temporário e envio dos diferentes tipos de resíduos para operadores licenciados; (iii) separação da parcela orgânica dos resíduos e envio para valorização orgânica; (iv) redução do material de embalagem de produtos de marca própria; (v) reutilização de embalagens de transporte; e (vi) formação e sensibilização de Colaboradores.
306-2 V	Gestão de impactos significativos relacionados com resíduos	Reforçamos os princípios da circularidade na forma como gerimos a nossa atividade, como concebemos e desenvolvemos os nossos serviços e produtos, evitando sempre que possível os materiais de utilização única, privilegiando a reutilização e reparação dos materiais, e, quando tal não for possível, encaminhando os resíduos para valorização.	
306-3 V	Resíduos gerados		
RESÍDUOS PRODUZIDOS (t)		2022	2023
Resíduos perigosos		75	160
Resíduos não perigosos		73.012	73.452
Peso total de resíduos gerados		73.087	73.612

CONTINUA

GRI 300 – DESEMPENHO AMBIENTAL

306: RESÍDUOS

306-4 V Resíduos não encaminhados para deposição			
RESÍDUOS NÃO ENCAMINHADOS PARA DEPOSIÇÃO (t)		2022	2023
Reciclagem de resíduos perigosos		58	118
Resíduos perigosos preparados para reutilização		–	–
Outras operações de recuperação de resíduos perigosos		–	–
Total de resíduos perigosos não encaminhados para deposição		58	118
Reciclagem de resíduos não perigosos		44.719	43.518
Resíduos não perigosos preparados para reutilização		–	–
Outras operações de recuperação de resíduos não perigosos*		17.183	17.866
Total de resíduos não perigosos não encaminhados para deposição		61.902	61.384

*Compostagem, digestão anaeróbia e valorização energética.

306-5 V Resíduos encaminhados para deposição			
RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA DEPOSIÇÃO (t)		2022	2023
Resíduos perigosos incinerados (com recuperação de energia)		–	–
Resíduos perigosos incinerados (sem recuperação de energia)		–	–
Resíduos perigosos direcionados para aterro		–	–
Outras operações de eliminação de resíduos perigosos		17	42
Deposição total de resíduos perigosos		17	42
Resíduos não perigosos incinerados (com recuperação de energia)		–	–
Resíduos não perigosos incinerados (sem recuperação de energia)		–	–
Resíduos não perigosos direcionados para aterro		10.573	11.406
Outras operações de eliminação de resíduos não perigosos		537	662
Deposição total de resíduos não perigosos		11.110	12.069

A produção de resíduos na MC aumentou 1% face ao ano 2022, justificado pela expansão das nossas lojas.

Registámos uma taxa de valorização de resíduos produzidos de 83,5%. As limitações que encontramos ao nível dos serviços de recolha e das infraestruturas de valorização de resíduos urbanos condicionaram a evolução deste indicador, apesar das melhorias introduzidas na operação para garantirmos uma melhor triagem e encaminhamento tanto dos resíduos recicláveis como dos resíduos orgânicos. Contamos que o previsível desenvolvimento do mercado de valorização permita atingir uma maior proporção de valorização dos resíduos e menor deposição em aterro.

CONTINUA

GRI 400 – DESEMPENHO SOCIAL

405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

405-1 V Diversidade dos órgãos de *governance* e dos Colaboradores

Percentagem de Colaboradores por categoria funcional

		2022			2023		
		H	M	T	H	M	T
Executives	<30 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	30-50 anos	44,4%	11,1%	55,6%	33,9%	15,3%	49,2%
	≥50 anos	35,2%	9,3%	44,4%	42,4%	8,5%	50,8%
	Total	79,6%	20,4%	100,0%	76,3%	23,7%	100,0%
Senior & Middle Managers	<30 anos	0,5%	0,1%	0,7%	0,8%	0,4%	1,2%
	30-50 anos	39,2%	29,1%	68,3%	38,8%	28,2%	67,0%
	≥50 anos	19,5%	11,6%	31,0%	19,0%	12,9%	31,8%
	Total	59,2%	40,8%	100,0%	58,6%	41,4%	100,0%
Coordinators & Supervisors	<30 anos	3,4%	7,6%	10,9%	2,5%	10,0%	12,5%
	30-50 anos	24,0%	47,2%	71,2%	20,6%	47,9%	68,5%
	≥50 anos	6,5%	11,4%	17,9%	6,2%	12,8%	19,0%
	Total	33,8%	66,2%	100,0%	29,3%	70,7%	100,0%
Technicians & Specialists	<30 anos	9,6%	23,1%	32,7%	10,5%	23,4%	33,8%
	30-50 anos	17,0%	38,1%	55,1%	16,8%	36,3%	53,1%
	≥50 anos	3,9%	8,3%	12,2%	3,8%	9,2%	13,1%
	Total	30,5%	69,5%	100,0%	31,1%	68,9%	100,0%
Representatives	<30 anos	15,7%	25,7%	41,4%	15,2%	24,2%	39,4%
	30-50 anos	12,1%	31,3%	43,4%	12,9%	31,2%	44,2%
	≥50 anos	3,3%	11,8%	15,1%	3,4%	13,0%	16,4%
	Total	31,1%	68,9%	100,0%	31,5%	68,5%	100,0%
Governance bodies	<30 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	30-50 anos	20,0%	10,0%	30,0%	30,0%	10,0%	40,0%
	≥50 anos	60,0%	10,0%	70,0%	50,0%	10,0%	60,0%
	Total	80,0%	20,0%	100,0%	80,0%	20,0%	100,0%

H Homem M Mulher T Total

COLABORADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA (n.º)	2022	2023
Colaboradores portadores de deficiência	266	317

Nota: Colaboradores com incapacidade maior ou igual a 60%.

CONTINUA

GRI 400 – DESEMPENHO SOCIAL

405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

405-1 V Diversidade dos órgãos de *governance* e dos Colaboradores

MULHERES EM CARGOS DE LIDERANÇA (%)	2022	2023
Mulheres em cargos de liderança	39,7%	40,6%

Nota: O âmbito de aferição não inclui Arenal. Alargando o âmbito do indicador à Arenal, a % de mulheres em cargos de liderança foi de 40,2%.

A MC estabeleceu o objetivo de atingir 40% de mulheres em cargos de liderança até 2023. Para suportar o cumprimento deste objetivo foi desenvolvida uma Estratégia de Diversidade e Inclusão e o **Plano para a Igualdade de Género**.

	2023
	TARGET DESEMPENHO
% Mulheres em cargos de liderança	40,0% 40,6%

Aferição do Cumprimento do *Target*: O *target* definido para a % de mulheres em cargos de liderança foi cumprido, tendo sido superado em 0,6 pontos percentuais face ao *target* definido para 2023.

407: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

407-1 V	Operações e Fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco	Na MC não existem operações com risco no âmbito do exercício da liberdade de associação e realização de acordos de negociação coletiva.	De acordo com os relatórios de auditorias efetuados em 2023, todos os Fornecedores têm o critério "Liberdade de associação: podem ser membros de instituições/associações que representam os seus direitos" conforme.
---------	--	---	---

408: TRABALHO INFANTIL

408-1 V	Operações e Fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil	Na MC, por regra, não são admitidos menores de idade. Só excepcionalmente se admitem menores, entre os 16 e 18 anos, e sempre em cumprimento da lei.	Não existem operações com risco de incidentes de trabalho infantil. Caso se verifique que um Fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho infantil, o Fornecedor é colocado em <i>standby</i> e só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada.
---------	--	--	--

409: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

409-1 V	Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Na MC, não existe qualquer trabalho forçado. Caso se verifique que um Fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo, o Fornecedor é colocado em <i>standby</i> e só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada.	
---------	---	--	--

CONTINUA

GRI 400 – DESEMPENHO SOCIAL

413: COMUNIDADES LOCAIS

413-1 V	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliação de impacto e desenvolvimento de programas	A MC assegura as condições necessárias para causar o mínimo impacto negativo nas Comunidades aquando da abertura de novas infraestruturas. Durante a operação desenvolve inúmeras atividades de apoio à Comunidade local, indo de encontro às diferentes necessidades destas. As atividades são muitas vezes realizadas em parceria com entidades locais.	Em 2023, cerca de 30,8 milhões de euros foram doados à Comunidade, a 1.430 instituições de todo o país. Ver capítulo “Sustentabilidade em relance” .
-------------------	--	---	--

414 E 308: AVALIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DE FORNECEDORES

414-1 e 308-1 V	Novos Fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais e ambientais	O processo de avaliação de fornecedores abrange todos os fornecedores de marca própria. As auditorias de seleção e qualificação, uma das ferramentas mais relevantes deste processo, têm como objetivo averiguar o cumprimento das nossas políticas. Este processo de auditoria é obrigatório com a exceção dos fornecedores certificados. Os fornecedores de países de risco, mesmo que sejam certificados, devem ser submetidos a esta auditoria.	São verificados um conjunto de requisitos relacionados com qualidade, ética, ambiente, higiene e segurança nas fábricas, direitos humanos, direitos laborais, entre outros. Como resultado das auditorias efetuadas, consoante a pertinência e classificação atribuída, são definidas estratégias para a otimização de processos e implementadas ações de melhoria junto dos mesmos.
---------------------------	---	---	--

FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS SOCIO-AMBIENTAIS	2022		2023	
	TOTAL	NOVOS	TOTAL	NOVOS
Nacional	684	21	715	23
Estrangeiro	739	36	755	47
Total de Fornecedores (n.º)	1.423	57	1.470	70
Nacional	678	21	662	21
Estrangeiro	739	36	728	45
Total de Fornecedores qualificados (n.º)	1.417	57	1.390	66
Nacional (%)	99%	100%	93%	91%
Estrangeiro (%)	100%	100%	96%	96%
Percentagem de Fornecedores qualificados (%)	99,6%	100%	95%	94%
Nacional	126	4	123	2
Estrangeiro	119	1	144	0
Total de auditorias a Fornecedores (n.º)	245	5	267	2

Nota 1: Informação de 2022 atualizada, decorrente do ajuste na metodologia de consolidação de informação.

Nota 2: Os processos administrativos que se encontram ainda a decorrer impactam o número total de Fornecedores qualificados.

CONTINUA

GRI 400 – DESEMPENHO SOCIAL

416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE

416-1 V	Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança	Na MC é uma prioridade garantir a qualidade e segurança dos produtos das nossas marcas próprias, pelo que controlamos, monitorizamos e desenvolvemos constantemente o processo de desenvolvimento das mesmas. Assim, focamos a nossa atuação em quatro áreas: (i) certificação do desenvolvimento dos nossos produtos de marca própria, (ii) monitorização da qualidade e segurança, (iii) rotulagem e (iv) gestão do <i>feedback</i> do Cliente. Em 2023, dando continuidade aos esforços de anos anteriores, assegurámos o processo de certificação do desenvolvimento das marcas próprias da MC, de acordo com a norma internacional de gestão da qualidade NP EN ISO 9001: 2008.	Contamos com uma equipa de profissionais internos e externos qualificados que se dedicam à realização de verificações periódicas dos produtos, incluindo inspeções, testes laboratoriais e auditorias, de forma a garantir o cumprimento dos padrões de qualidade e segurança baseados nos planos anuais em vigor. Em 2023 foram realizadas um total de 630.601 análises, em laboratórios internos e externos, a produtos em que a MC é responsável pela sua colocação no mercado, bem como a produtos de marca fornecedor da direção comercial de Frescos e em caso de reclamações. No indicador 2-29 reportamos o modo como gerimos e integramos o <i>feedback</i> dos nossos Clientes.
-------------------	--	---	---

417: MARKETING E ROTULAGEM

417-1 V	Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços	Temos o compromisso de garantir o fornecimento de uma ampla gama de produtos responsáveis, de forma a corresponder às expectativas dos consumidores e promover a adoção de um estilo de vida sustentável. Ao mesmo tempo, considerando a necessidade de acesso imediato à informação, inerente ao perfil do consumidor atual, preocupamo-nos em garantir que fornecemos a informação necessária sobre os nossos produtos, para que o consumidor possa fazer uma escolha informada e adequada ao seu estilo de vida.	Em 2023, a MC não sofreu nenhuma não conformidade com leis e regulamentos em termos de informação e rotulagem de produtos com valor monetário total superior ou igual a 12.000€.
-------------------	--	---	--

CONCLUSÃO

Notas metodológicas

FATORES DE EMISSÃO				
CATEGORIAS	UNIDADE	2022	2023	FONTE
Energia				
Gas Natural	kgCO ₂ /GJ	56,4	56,4	2022: APA (2021) <i>Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases</i> (NIR)
Gas Propano	kgCO ₂ /GJ	63,1	63,1	2023: APA (2022) <i>National GHG Inventory Submission to UNFCCC. National Inventory Report 2020</i>
Gasóleo	kgCO ₂ /GJ	74,1	74,1	
Energia Térmica	kgCO ₂ e/GJ	65,0	65,0	Despacho n.º 17313/2008
Eletricidade				
<i>Market Based Portugal</i>	kgCO ₂ e/GJ	57,3	48,6	Dados Elergone — o cálculo dos valores anuais é baseado nos valores mensais, que por sua vez são calculados através da ponderação entre os fatores de emissão reportados pelos vários comercializadores e a percentagem de consumo dos pontos que têm contrato de fornecimento de energia com os respetivos comercializadores.
<i>Market Based Espanha</i>	kgCO ₂ e/GJ	55,7	53	2022: Acordo de Rotulagem de Eletricidade Relacionada à Energia Produzida no ano 2021, emitido pelo CMNC. 2023: Acordo de Rotulagem de Eletricidade Relacionado à Energia Produzida no ano 2022, emitido pelo CMNC.
<i>Location Based Portugal</i>	kgCO ₂ e/GJ	76,7	67,4	ERSE Rotulagem
<i>Location Based Espanha</i>	kgCO ₂ e/GJ	44,4	33,3	REE
Fugas de gases fluorados	kgCO ₂ e/kg gás	NA	NA	Fatores de emissão obtidos para cada tipo de gás fluorado através de IPCC <i>Fourth Assessment Report</i> (AR5).
Frota de Colaboradores				
Gasóleo	kgCO ₂ /GJ	70,5	70,5	Baseado em APA, 2022. <i>National GHG Inventory Submission to UNFCCC. National Inventory Report 2022.</i>
Gasolina	kgCO ₂ /GJ	72	72	
Gas Petróleo Liquefeito (GPL)	kgCO ₂ /GJ	NA	65	
Transporte de abastecimento de lojas e de serviço ao cliente (online)	kgCO ₂ /km	NA	NA	Baseado em APA, 2022. <i>National GHG Inventory Submission to UNFCCC. National Inventory Report 2020.</i> As emissões foram calculadas com base nas distâncias percorridas, tendo sido associado o respetivo fator de emissão e considerada uma tipologia de veículo padrão correspondente a cada viatura.
Categoria 1. Aquisição de Bens e Serviços	NA	NA	NA	Fatores de emissão primários obtidos através de plataforma de cálculo interna da pegada de carbono dos produtos mais representativos da MC. Fatores de emissão secundários obtidos através de diversos estudos e literatura nacional e internacional.

CONTINUA

ÓXIDOS DE AZOTO (NOX), ÓXIDOS DE ENXOFRE (SO₂) E OUTRAS EMISSÕES SIGNIFICATIVAS (305-7)

Os valores da tabela GRI associados ao indicador 305-7 foram calculados com os seguintes fatores de emissão:

ENERGIA	UNIDADE	SO ₂	NOx	FONTE
Diesel	kg/GJ	0,21	0,8	IPCC, 2006
Gasolina	kg/GJ	0.075	0,6	IPCC, 2006

CONCLUSÃO

Relatório independente de Garantia Limitada de Fiabilidade



KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Burgo – Avenida da Boavista, 1837, 16º Andar
4100-133 Porto – Portugal
+351 22 010 23 00 – www.kpmg.pt

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Ao Conselho de Administração da
MCretail, SGPS, S.A.

Introdução

Fomos contratados pelo Conselho de Administração da **MCretail, SGPS, S.A.** (“MC”) para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade, incluída no Relatório Anual e no “Reporte de Sustentabilidade” do referido relatório da MC (“Relatório”) para o ano findo em 31 de dezembro de 2023, identificada no “Índice GRI e Tabela de correspondência de standards”, “Divulgações GRI”, e “Notas Metodológicas” do “Reporte de Sustentabilidade”, preparada de acordo com as Normas para reporte de sustentabilidade do *Global Reporting Initiative* (“*GRI Standards*”).

Responsabilidades do Órgão de Gestão

O Órgão de Gestão da MC é responsável:

- Pela preparação da informação de sustentabilidade, incluída no Relatório Anual e no “Reporte de Sustentabilidade” do referido relatório da MC (“Relatório”) para o ano findo em 31 de dezembro de 2023, identificada no “Índice GRI e Tabela de correspondência de standards | Indicadores de sustentabilidade”, “Divulgações GRI”, e “Notas Metodológicas” do “Reporte de Sustentabilidade”, em conformidade com os *GRI Standards* e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
- Pelo desenho, implementação e manutenção de um sistema de informação e de controlo interno apropriado que permita uma preparação da informação de sustentabilidade que esteja isenta de distorções materialmente relevantes, nomeadamente resultantes de fraude ou erro;
- Pela prevenção e deteção de situações de fraude, de erros e pela identificação e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à atividade da Entidade; e,
- Por assegurar que o Órgão de Gestão e o pessoal envolvido na preparação da informação de sustentabilidade possuem as competências adequadas.



A Nossa Responsabilidade

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efetuado.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - ISAE 3000 (Revista) emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) da International Federation of Accountants (IFAC) e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade, incluída no Relatório Anual e no “Reporte de Sustentabilidade” do referido relatório da MC (“Relatório”) para o ano findo em 31 de dezembro de 2023, identificada no “Índice GRI e Tabela de correspondência de standards”, “Divulgações GRI”, e “Notas Metodológicas” do “Reporte de Sustentabilidade”, não esteja preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os *GRI Standards*. Para tanto o referido trabalho incluiu, entre outros procedimentos, o seguinte:

- Indagações aos responsáveis sobre a estratégia de sustentabilidade para compreender os processos implementados pela MC para determinar os aspetos materialmente relevantes para as principais partes interessadas (“*stakeholders*”) da MC;
- Indagações aos colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade a incluir no Relatório;
- Comparação da informação apresentada no Relatório, com as respetivas fontes de informação, para concluir se todos os dados relevantes com origem nas referidas fontes foram incluídos no Relatório; e,
- Leitura da informação apresentada no Relatório, de forma a concluir sobre a sua adequabilidade com o nosso conhecimento geral, e experiência, com a performance de sustentabilidade da MC.

Os procedimentos selecionados dependem do nosso conhecimento sobre o cumprimento com os requisitos dos *GRI Standards* e de outras circunstâncias relacionadas com o trabalho, e da consideração de áreas onde é provável que possam surgir distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados que um trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e Independência

Aplicámos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e do *International Code*



of Ethics for Professional Accountants (incluindo normas internacionais de independência), (Código IESBA), que se baseiam em princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada na base das matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.

Com base nos procedimentos efetuados e prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório Anual e no "Reporte de Sustentabilidade" do referido relatório da MC ("Relatório") para o ano findo em 31 de dezembro de 2023, identificada no "Índice GRI e Tabela de correspondência de standards", "Divulgações GRI", e "Notas Metodológicas" do "Reporte de Sustentabilidade", não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com os GRI Standards.

Restrição no Uso

Este relatório independente de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente no âmbito da divulgação da informação de sustentabilidade contida no "Relatório Anual" e no "Reporte de Sustentabilidade" do referido relatório da MC, pelo que não deverá ser utilizado para nenhuma outra finalidade ou qualquer outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiras entidades para além da MC, pelo nosso trabalho, por este relatório de garantia de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Porto, 3 de abril de 2024

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Pedro Manuel Bouça de Morais Alves da Costa
(ROC n.º 1466 e registado na CMVM com o n.º 20161076)

Sobre este relatório

No seu “Relatório Anual de 2023”, a MC procurou reunir num único documento divulgações de informação financeira e não-financeira, fornecendo aos seus *stakeholders* uma visão holística sobre a Empresa e a sua capacidade de criar valor.

Âmbito e período do relatório

A MCretail, SGPS, S.A. (doravante designada “MC” ou “Empresa”) desenvolve a sua atividade em dois principais domínios: (i) retalho alimentar (em torno do qual opera outros negócios complementares), e (ii) retalho de saúde, beleza e bem-estar, procedendo também à gestão e operação de ativos imobiliários de suporte a essas atividades.

A MC está presente nos territórios português e espanhol através de um portefólio diversificado de insígnias e formatos:

- é líder no setor de retalho alimentar em Portugal, através do Continente (hipermercados urbanos), do Continente Modelo (supermercados de grande dimensão), do Continente Bom Dia (supermercados de proximidade), do Continente Online (plataforma de comércio eletrónico) e do Meu Super (lojas franquizadas de proximidade);
- opera, ainda, em Portugal, um conjunto de negócios complementares à atividade de retalho alimentar, como a ZU (artigos e serviços para animais de estimação) e a Note! (artigos de papelaria, livros, presentes e serviços de conveniência);
- na área de retalho de saúde, beleza e bem-estar, gere, em Portugal, a Wells (saúde, beleza, bem-estar, ótica e perfumaria), e, em Espanha, a Arenal (saúde, beleza, bem-estar e perfumaria).

Este Relatório refere-se às atividades realizadas durante o exercício de 2023 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023).

Verificação da informação

A informação financeira que integra o capítulo “**Demonstrações financeiras**” é parte integrante do Relatório e Contas 2023 da MCretail, SGPS, S.A. aprovado pelo Conselho de Administração nos termos legais e foi submetida a verificação por uma entidade externa – PwC, que elaborou um relatório independente e emitiu uma Certificação Legal das Contas, presente neste documento.

A informação de sustentabilidade identificada na tabela “**Divulgações GRI**” que integra o “**Reporte de Sustentabilidade**” foi submetida a verificação por uma entidade externa – KMPG.

Contactos

Para qualquer esclarecimento, por favor contactar:

Morada MCretail, SGPS, S.A., Rua João Mendonça, 529 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal

Contacto telefónico (+351) 229 561 899

Relações Públicas rpsonaemc@mc.pt

MC

Conceção e design gráfico
GBNT

Fotografias
NVSTUDIO
e Emanuele Zamponi (CEO/Comissão de Liderança)